

Guia para Florestas de Alto Valor de Conservação

1ª Edição

Dezembro de 2003

Autores: Steve Jennings, Ruth Nussbaum, Neil Judd e Tom Evans

Participação: Tasso Azevedo, Nick Brown, Marcus Colchester, Tony Iacobelli, Jim Jarvie, Anders Lindhe, Tim Synnott, Cristian Vallejos, Alexy Yaroshenko, Zhu Chunquan.

Preparado pela ProForest

South Suite, Frewin Chambers

Frewin Court, Oxford OX1 3HZ, UK

Telefone: +44 (0) 1865 243 439

Email: info@ProForest.net

Cooperação WWF e IKEA em Projetos Florestais. Uma parceria para promover o manejo florestal responsável.



Sumário Executivo

Todas as florestas possuem valores ambientais e sociais, como habitat para a vida silvestre, proteção de bacias hidrográficas ou a presença de sítios arqueológicos. Florestas onde estes valores são considerados de caráter excepcional ou de importância crítica podem ser definidas como Florestas de Alto Valor de Conservação (HCVF, do inglês *High Conservation Value Forest*).

A chave para o conceito de Florestas de Alto Valor de Conservação é a identificação dos Altos Valores de Conservação, pois é a presença destes que determina quando uma floresta será designada como Floresta de Alto Valor de Conservação. Altos Valores de Conservação foram inicialmente definidos pelo *Forest Stewardship Council* (FSC) para serem utilizados na certificação florestal. Porém, este conceito tem sido aplicado para outros propósitos, incluindo conservação, planejamento e advocacia de recursos naturais, mapeamento de paisagens, e na política de compras de grandes empresas. Este conceito começou a aparecer recentemente nas discussões e nas políticas de organizações governamentais e patrocinadores institucionais.

Esta rápida adesão ao conceito reflete sua importância, o qual tem levado os debates para além das definições de tipos específicos de florestas (ex. floresta primária e em estágio sucessional avançado) ou métodos de extração madeireira (ex. corte em escala industrial), e, ao invés disso, se concentrar nos valores que fazem uma floresta ser particularmente importante. Através da identificação dos valores chave e garantindo que estes são mantidos ou aumentados, é possível se tomar decisões racionais de manejo que sejam consistentes com a proteção dos valores ambientais e sociais importantes de uma área florestal.

Florestas de Alto Valor de Conservação são aquelas áreas de florestas que precisam ser manejadas apropriadamente para que os Altos Valores de Conservação identificados sejam mantidos ou aumentados. Uma Floresta de Alto Valor de Conservação pode ser uma pequena parte de uma floresta maior, por exemplo, uma zona de mata ciliar protegendo um riacho, o qual é a única fonte de água potável para uma comunidade ou um pequeno fragmento de um ecossistema raro. Em outros casos, a Floresta de Alto Valor de Conservação pode ser toda uma área de manejo florestal, por exemplo, quando a floresta contém diversas espécies ameaçadas ou em perigo de extinção que ocorrem em toda a área. Qualquer tipo de floresta, seja boreal, temperada ou tropical, natural ou plantada, pode potencialmente ser uma Floresta de Alto Valor de Conservação, porque a designação destas deve-se somente à presença de um ou mais atributos de Alto Valor de Conservação.

Apesar de haver um interesse considerável neste conceito, há poucas informações e diretrizes sobre como este pode ser utilizado na prática. Isso se deve parcialmente pelo fato de que as questões envolvidas são complexas, o que por sua vez significa que muitas pessoas estão confusas sobre quais informações são necessárias para identificar

Florestas de Alto Valor de Conservação, e como podem utilizar os dados ecológicos e sociais que já possuem. Em muitos lugares, a identificação de Florestas de Alto Valor de Conservação pode ser realizada sem necessidade de coleta e análise de grande quantidade de dados recentes. Muito progresso pode ser alcançado a partir da revisão e combinação de estudos anteriores que já tenham identificado áreas prioritárias para valores individuais (como a presença de habitats raros ou a proteção de bacias hidrográficas). Porém, em alguns casos, novos estudos deverão ser requisitados, a fim de preencher lacunas para que todos os valores sociais e ambientais sejam considerados.

Este Guia está dividido em três partes. Após a introdução, a qual se destina a todos os usuários, deve-se usar a Parte 2 (HCVF para grupos de trabalho nacionais) ou a Parte 3 (gestores de florestas). As três partes apresentam os seguintes conteúdos:

Parte 1: Introdução. Apresenta uma introdução geral ao conceito de HCVF e como diferentes usuários podem aplicá-lo.

Parte 2: Definindo Florestas de Alto Valor de Conservação em nível nacional. Esta parte apresenta uma metodologia prática para ser utilizada em nível nacional (ou regional ou sub-nacional) para definir atributos de Alto Valor de Conservação. O público alvo são os Grupos de Trabalho, os quais freqüentemente farão parte de um processo de desenvolvimento de padrões.

Este Guia fornece uma estrutura detalhada sobre como definir cada um dos seis tipos de Alto Valor de Conservação. Esta inclui quais informações precisam ser verificadas, perguntas que devem ser feitas e diretrizes sobre como estruturar a definição a fim de que esta possa ser utilizada facilmente por qualquer um que deseje saber se uma floresta específica contém algum dos atributos de Alto Valor de Conservação. O Guia também apresenta algumas orientações a respeito dos requerimentos apropriados para manejo e monitoramento de cada tipo de Alto Valor de Conservação.

Uma vez que os atributos de Alto Valor de Conservação tenham sido definidos nacionalmente, o conceito de Florestas de Alto Valor de Conservação também podem ser utilizados por :gestores de florestas para atingir padrões relacionados a Floresta de Alto Valor de Conservação; certificadores que estejam avaliando Florestas de Alto Valor de Conservação; planejadores ambientais que estejam tentando priorizar diferentes usos da terra; e por compradores, investidores e patrocinadores que estejam implementando políticas relacionadas com o conceito de Florestas de Alto Valor de Conservação.

Parte 3: Identificando e Manejando Florestas de Alto Valor de Conservação: um guia para gestores de florestas. Em muitos países, não há um padrão de certificação FSC ratificado ou mesmo grupo de trabalho para desenvolvimento de padrões, mas assim mesmo, muitos gestores de florestas ainda estão dispostos a seguir as melhores práticas de manejo (equivalente ao FSC ou não). Esta parte do Guia é direcionada a gestores florestais, outros administradores de terras, investidores, patrocinadores e

ambientalistas que desejem implementar o HCVF na ausência de um padrão nacional de FSC ratificado.

Cooperação WWF/IKEA- uma parceria para promover o manejo florestal responsável

O WWF Internacional e o Grupo IKEA juntaram forças para promover o manejo florestal responsável. Em três anos de cooperação, as organizações realizarão diversos projetos florestais que contribuirão para o desenvolvimento de guias globais sobre questões relativas ao manejo florestal. Os projetos são passos importantes para a implementação do plano de ação florestal do IKEA e para alcançar os objetivos de conservação do WWF, por meio do fortalecimento da certificação florestal fundamentada na participação de múltiplas partes interessadas e da gestão e da promoção da conformidade legal no manejo e no comércio de produtos florestais. Um dos projetos é o Guia para Florestas de Alto Valor de Conservação (HCVF), com o objetivo de unir a técnica dos que trabalham nesta área e criar uma série de diretrizes práticas que possam ser usadas por gestores de florestas, formuladores de padrões, organizações de certificação ou outros que usem o conceito para identificar atributos de Alto Valor de Conservação e para implementar o manejo de HCVFs. O WWF contratou a ProForest para coordenar o desenvolvimento do Guia de HCVF. Para mais informações sobre a cooperação WWF/IKEA, acesse www.panda.org/forests4life ou contate o email wwf-ikea-forestprojects@wwf.se.

Parte 1: Introdução

Conteúdo

1. Introdução ao guia de HCVF.....	1
1.1. O QUE SÃO FLORESTAS DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO?.....	1
1.2. O QUE SÃO ATRIBUTOS DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO?	2
1.3. PARA QUE SERVE O GUIA?.....	3
1.4. COMO O HCVF SE ENQUADRA EM OUTRAS INICIATIVAS?.....	5
1.5. QUEM PODE UTILIZAR O MÉTODO DE HCVF?.....	6
1.6. COMO HCVF INFLUENCIA O MANEJO DE FLORESTAS?.....	7
2. Introdução geral aos Atributos de Alto Valor de Conservação	9
2.1. HCV1: CONCENTRAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE VALORES DE BIODIVERSIDADE EM NÍVEL GLOBAL, REGIONAL OU NACIONAL	10
2.2. HCV2: GRANDES ÁREAS FLORESTAIS EM NÍVEL DE PAISAGEM DE SIGNIFICÂNCIA GLOBAL, REGIONAL OU NACIONAL	12
2.3. HCV3: ECOSISTEMAS RAROS, AMEAÇADOS OU EM PERIGO DE EXTINÇÃO	13
2.4. HCV4: ÁREAS FLORESTAIS QUE FORNECEM SERVIÇOS AMBIENTAIS BÁSICOS EM SITUAÇÕES CRÍTICAS	14
2.5. HCV5: ÁREAS FLORESTAIS FUNDAMENTAIS PARA MANTER NECESSIDADES BÁSICAS DE COMUNIDADES LOCAIS	15
2.6. HCV6: ÁREAS FLORESTAIS CRÍTICAS PARA A IDENTIDADE CULTURAL TRADICIONAL DE COMUNIDADES LOCAIS	17
Apêndice 1: Lista de Revisores do Guia de HCVF.....	18

1. Introdução ao guia de HCVF

1.1. O que são Florestas de Alto Valor de Conservação?

Toda floresta tem algum valor ambiental e social. Os valores que as florestas contêm podem incluir, entre outros, presença de espécies raras, áreas de recreação, ou recursos coletados por população local. Quando estes valores forem considerados de caráter excepcional ou de importância crítica, a área florestal pode ser definida como uma Floresta de Alto Valor de Conservação (HCVF).

A chave para o conceito de Florestas de Alto Valor de Conservação é a identificação dos atributos de Alto Valor de Conservação: são estes **valores** que são importantes e que precisam ser protegidos. Florestas de Alto Valor de Conservação são simplesmente áreas florestais onde estes valores são encontrados ou, mais precisamente, a área florestal que deve ser manejada de maneira apropriada para que os valores identificados sejam **mantidos ou aumentados**. A identificação destas áreas é, portanto, o primeiro passo para o desenvolvimento de um manejo apropriado para as mesmas.

O conceito de HCVF foi inicialmente desenvolvido pelo *Forest Stewardship Council* (FSC) para ser empregado na certificação do manejo de áreas florestais e foi primeiramente publicado em 1999 (vide Apêndice 1). De acordo com o princípio 9 para certificação do FSC, os manejadores florestais devem **identificar** os Altos Valores de Conservação (HCVs) que ocorram dentro das suas unidades de manejo para desenvolver um **manejo** de maneira que os valores identificados sejam mantidos ou aumentados, além de **monitorar** o sucesso desse manejo.

Segundo esta publicação, o conceito tem sido aplicado tanto no sistema FSC como mais amplamente. Por exemplo, o uso desta abordagem tem crescido e está sendo usado no mapeamento de paisagens e no planejamento de recursos naturais e no direito ambiental. O conceito também tem sido utilizado nas políticas de compras e recentemente começou a aparecer nas discussões e nas políticas de agências governamentais.

Esta rápida adesão ao conceito reflete sua importância, o que tem distanciado os debates das definições de tipos específicos de florestas (ex. floresta primária ou florestas em estágios sucessionais avançados) ou métodos de extração madeireira (ex. corte em escala industrial), para um maior foco nos valores que fazem uma floresta ser particularmente importante. Através da identificação dos valores chave e garantindo que estes são mantidos ou aumentados, é possível se tomar decisões racionais de manejo que sejam consistentes com a proteção dos valores ambientais e sociais importantes de uma área florestal.

1.2. O que são atributos de Alto Valor de Conservação?

A chave para o conceito de HCVFs é a **identificação e manutenção de Altos Valores de Conservação** (HCVs). A definição de HCVs do FSC engloba atributos ecológicos excepcionais ou críticos, serviços de ecossistemas e funções sociais¹. Estas definições estão listadas a baixo, com um exemplo para cada uma.

Quadro 1.1 Os seis tipos de Alto Valor de Conservação

HCV1. Áreas contendo concentração significativa de valores relativos à biodiversidade em nível global, regional ou nacional (ex: endemismo, espécies ameaçadas, refúgios de biodiversidade).

Por exemplo, a presença de diversas aves ameaçadas globalmente em uma floresta montanhosa no Quênia.

HCV2. Áreas extensas, em nível de paisagem, de significância global, regional ou nacional, onde populações viáveis da maioria, ou de todas as espécies naturais ocorrem em padrões naturais de distribuição e abundância.

Por exemplo, um grande trecho de uma floresta úmida de terra baixa na América Central com populações saudáveis de onças, antas, harpias e jacarés, bem como a maioria das espécies de menor porte.

HCV3. Áreas situadas dentro de, ou que contenham ecossistemas raros, ameaçados ou em perigo de extinção.

Por exemplo, fragmentos de um tipo regional raro de floresta alagada por água doce em um distrito costeiro australiano.

HCV4. Áreas que fornecem serviços ambientais básicos em situações críticas (ex.: proteção de bacias hidrográficas, controle de erosão).

Por exemplo, áreas florestais em terrenos íngremes com risco de avalanches situadas acima de uma cidade nos Alpes Europeus.

HCV5. Áreas essenciais para suprir as necessidades básicas de comunidades locais (ex: subsistência, saúde).

Por exemplo, áreas chave de caça ou coleta para comunidades de subsistência em um mosaico de florestas baixas no Camboja.

HCV6. Áreas críticas para a identidade cultural tradicional de comunidades locais (áreas de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa, identificadas em conjunto com estas comunidades).

¹ Princípios e Critérios do FSC. Documento 1.2; revisado em Fevereiro de 2000. Disponível em www.fsc.org

Por exemplo, locais sagrados de sepultamento situados em uma área de manejo florestal do Canadá.

Resumindo, uma **Floresta de Alto Valor de Conservação** é a **área florestal necessária para manter ou aumentar um atributo de Alto Valor de Conservação**. Uma HCVF pode ser parte de uma grande floresta, por exemplo, uma mata ciliar protegendo um riacho que é a única fonte de água potável para uma comunidade, ou um fragmento de uma floresta calcária rara situada dentro de uma grande área florestal. Em outros casos, a Floresta de Alto Valor de Conservação pode ser toda uma unidade de manejo florestal, por exemplo, quando a floresta contém diversas espécies ameaçadas ou em perigo de extinção que ocorrem em toda a área. Qualquer tipo de floresta, seja boreal, temperada ou tropical; explorada ou não; natural ou plantada, pode potencialmente ser uma Floresta de Alto Valor de Conservação, porque a designação destas florestas se deve somente à presença de um ou mais atributos de Alto Valor de Conservação.

1.3. Para que serve o Guia?

Apesar do FSC fornecer uma definição genérica dos HCVs (Quadro 1.1), não é fácil interpretar esta definição global para diferentes tipos de florestas ou localidades, e em diferentes circunstâncias sociais. Este Guia apresenta diretrizes de como se utilizar a definição genérica para desenvolver interpretações específicas, detalhadas e claras para um país ou região em particular. Este guia também fornece orientações para gestores de florestas de como trabalhar com a definição genérica quando ainda não há uma definição nacional disponível.

Este Guia é dividido em três partes. A introdução (Parte 1) se destina a todos os usuários. As Partes 2 e 3 do Guia são similares, porém abordam a implementação do HCVF a partir de duas perspectivas diferentes: a Parte 2 é direcionada para grupos que estejam desenvolvendo definições nacionais (ou sub-nacionais) de HCVF, enquanto que a Parte 3 é destinada a gestores de florestas que necessitam identificar HCVF na ausência de um processo semelhante em nível nacional. O usuário do Guia deve, portanto, ler a Parte 2 ou Parte 3, mas não ambas.

Parte 1: Introdução. Apresenta uma introdução geral ao conceito de HCVF e como diferentes usuários podem aplicá-lo.

Parte 2: Definindo Florestas de Alto Valor de Conservação em nível nacional. A maneira ideal de implementar o conceito é através do desenvolvimento de interpretações nacionais (ou sub-nacionais) que definam claramente os HCVs locais. Esta parte do Guia apresenta uma metodologia prática para ser utilizada em nível nacional (ou sub-nacional) para definir atributos de Alto Valor de Conservação.

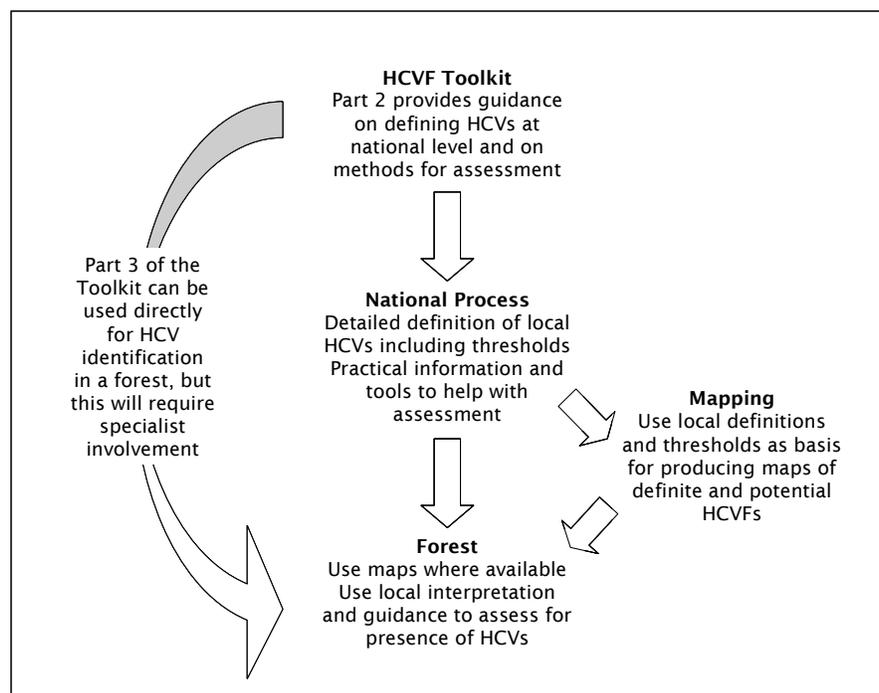
O desenvolvimento de definições nacionais requer tanto conhecimento técnico como decisões difíceis sobre quando um atributo é de importância suficiente para ser

designado como Alto Valor de Conservação. Portanto, é necessária a contribuição de diversos técnicos especialistas bem como de diferentes grupos interessados. O fórum apropriado para definir HCVs nacionais irá variar, mas pode incluir um grupo de trabalho em padronização, um grupo nacional formado para HCVF ou um grupo organizado por uma empresa privada. Independente da composição do grupo, o Guia mapeia os passos envolvidos no desenvolvimento de definições justas e aplicáveis, e também de diretrizes.

Este Guia fornece uma estrutura detalhada sobre como se definir cada um dos seis tipos de Alto Valor de Conservação. Isto inclui orientações de como usar os diferentes tipos de informação existente para definir HCVs para um país, além de delinear as fontes potenciais desta informação. Este Guia também apresenta exemplos de como outros grupos definiram HCVs individuais. Sendo assim, o Guia fornece diretrizes para definir requerimentos apropriados para manejo e monitoramento de cada tipo de Alto Valor de Conservação.

Uma vez que os Altos Valores de Conservação tenham sido definidos nacionalmente, o conceito de Florestas de Alto Valor de Conservação também pode ser utilizado por: manejadores florestais para atingir padrões relacionados a Floresta de Alto Valor de Conservação; certificadores que estejam avaliando Florestas de Alto Valor de Conservação; planejadores ambientais que estejam tentando priorizar diferentes usos da terra; e por compradores, investidores e patrocinadores que estejam implementando políticas relacionadas com o conceito de Florestas de Alto Valor de Conservação. Este processo está ilustrado na Figura 1.1.

Figura 1.1. Como o Guia de HCVF é utilizado na identificação de



HCVs

Parte 3: Identificando e manejando Florestas de Alto Valor de Conservação: um guia para gestores de florestas. Esta parte do Guia é destinada a gestores de floresta, outros administradores de terras, investidores, patrocinadores e conservacionistas que desejam implementar HCVF como parte da melhor prática de manejo. Infelizmente, em muitos países não há uma definição clara e precisa de HCVF (ex. como parte de um padrão FSC ratificado ou mesmo um grupo de trabalho para desenvolvimento de padrões). Isto cria o problema de manejadores florestais terem que interpretar termos genéricos como “significante” ou “crítico”, os quais não são facilmente compreendidos no contexto de uma floresta específica. A Parte 3 fornece diretrizes para a identificação de HCVF na ausência de uma definição nacional aceita e também apresenta algumas orientações gerais sobre quais tipos de atividades de manejo e monitoramento são provavelmente apropriadas para cada tipo de HCV.

1.4. Como o HCVF se enquadra em outras iniciativas?

A identificação de valores florestais específicos e o uso desta informação na determinação de decisões de planejamento e manejo não é uma abordagem nova. Porém, talvez o aspecto mais interessante do conceito de Floresta de Alto Valor de Conservação é que este é inclusivo, e pode fornecer uma base para a aplicação dos resultados das diversas outras iniciativas importantes que visam definir valores florestais chave.

Podem existir diversas abordagens e análises diferentes de recursos florestais que são aplicáveis em qualquer localidade específica. Por exemplo, os resultados de análises globais de florestas que contém a maior biodiversidade, número de espécies endêmicas e perda de área florestal (como as 200 Eco-regiões Globais do WWF, ou os “hotspots” da Conservation International) fornecem informação crucial sobre a significância global da biodiversidade em uma região. De modo similar, estudos do uso costumário da terra ou mapas de áreas indígenas podem auxiliar na definição de Florestas de Alto Valor de Conservação em uma região em particular. O sistema de HCVF permite que a informação de variadas fontes seja integrada em um processo superior de definição de Altos Valores de Conservação para um país ou uma localidade específica.

Isso significa que uma grande proporção do esforço empreendido para implementar o HCVF envolve a identificação e o uso de informação apropriada. As Partes 2 e 3 do Guia fornecem uma base para identificar e usar a informação existente para definir HCVFs em um nível nacional ou sub-nacional (Parte 2), ou para avaliar se uma área florestal em particular contém algum HCVs (Parte 3). Também são apresentadas diretrizes sobre como proceder quando a informação existente em um país em particular não é apropriada para a definição ou identificação de HCVs.

1.5. Quem pode utilizar o método de HCVF?

O conceito de HCVF é útil em diversas maneiras, para diferentes grupos de usuários:

a. Uso por gestores de florestas para atingir padrões relacionados a HCVF

Gestores de florestas podem conduzir avaliações de suas áreas florestais para determinar quando algum dos HCVs definidos está presente nas suas unidades de manejo florestal, para que assim eles possam ser integrados no planejamento e nas atividades de manejo florestal. Este é um requerimento da certificação FSC e também pode ser solicitado por consumidores, patrocinadores ou investidores.

b. Uso por certificadores avaliando HCVF

Os HCVs nacionais definidos, juntamente com as diretrizes de manejo, devem formar o elemento de HCVF dos padrões nacionais de certificação de manejo florestal. Quando não houver nenhum padrão nacional, auditores de certificação devem desenvolver padrões provisórios para avaliar o manejo florestal.

c. Uso por planejadores ambientais para priorizar diferentes usos da terra

Baseado em informações já existentes ou que estão sendo coletadas, os HCVs nacionais definidos podem ser utilizados para elaborar planos em nível de paisagem e mapas para mostrar as HCVMs atuais e potenciais. Estes mapas podem então ser usados para informar e priorizar decisões de planejamento do uso da terra, para conservação e para advogar sobre o uso da terra.

d. Uso por compradores implementando políticas de precaução para compras

Os compradores que estão implementando políticas de HCVM podem utilizar as informações em nível de paisagem sobre a presença de HCVs, ou usar o conjunto de HCVs nacionais definidos para também conduzir avaliações sobre a presença de HCVs em unidades específicas de manejo florestal, ou na definição de políticas de precaução para compras. Muitos compradores e revendedores possuem cadeias complexas de fornecimento e geralmente irão precisar de mapas de HCVMs, ou mais provavelmente, de diretrizes claras (ao invés de mapas ou informação de áreas que potencialmente contém HCVs) que são reconhecidas por um amplo grupo de partes interessadas.

e. Uso por investidores e patrocinadores

Investidores e patrocinadores estão cada vez mais preocupados em fornecer medidas de proteção para garantir que os investimentos ou doações não gerem ações socialmente ou ambientalmente irresponsáveis por parte dos potenciais beneficiários. Isso pode ocorrer tanto pela seleção de potenciais beneficiários, ou através da introdução de requerimentos de que os beneficiários devem cumprir suas responsabilidades sociais e ambientais. Com o foco nos valores sociais e ambientais mais críticos, a estrutura básica de HCVM se torna um mecanismo potencial para

garantir que patrocinadores e investidores cumpram suas próprias políticas ambientais e sociais.

1.6. Como HCVF afeta o manejo florestal?

Quase todos os padrões para manejo florestal sustentável requerem que habitats importantes para manutenção da biodiversidade sejam protegidos para garantir que o manejo florestal não irá degradar cursos d'água ou a função da floresta de proteção contra erosão, e também para garantir que os usuários de florestas sejam tratados de uma maneira justa e igualitária. O conceito de HCVF é baseado na idéia de que quando uma área florestal possui um valor de caráter excepcional ou de importância crítica, devem existir salvaguardas adicionais para garantir que o valor não esteja sendo degradado ou afetado negativamente pelo manejo.

A designação de uma floresta (ou parte de uma floresta) como HCVF não impede automaticamente operações de manejo, como exploração madeireira. Porém significa que atividades de manejo devem ser planejadas e implementadas de uma maneira que garanta que os valores sejam mantidos ou aumentados.

Sob a certificação FSC, existem quatro requerimentos do Princípio 9², incluindo identificação, consultas, planejamento do manejo e monitoramento das HCVFs (Quadro 1.2)

Quadro 1.2 Princípio 9 do FSC : os quatro critérios que governam o manejo de Florestas de Alto Valor de Conservação

Critério 9.1 Uma avaliação apropriada para determinar a presença de atributos consistentes com Florestas de Alto valor de Conservação será realizada, de acordo com a escala e intensidade do manejo florestal.

O objetivo deste critério é garantir que todo valor excepcional ou crítico (isto é, HCVs) que ocorra em uma unidade de manejo florestal seja identificado. Isso implicará na demarcação da floresta necessária para manter e aumentar o valor (isto é, a HCVF) em mapas de planejamento operacional.

Critério 9.2 A parte consultiva do processo de certificação deve enfatizar os atributos de conservação identificados e as opções para a manutenção destes.

Este critério requer que o manejador florestal consulte as partes interessadas a respeito das opções para a manutenção de qualquer atributo de Alto Valor de Conservação identificado. Este requerimento estabelece uma salvaguarda no

² Princípios e Critérios do FSC. Documento 1.2; revisado em fevereiro de 2000. Disponível em www.fsc.org

manejo de HCVFs, uma vez que permite que as partes interessadas levantem pontos significantes e dignos de crédito, que podem ser importantes para manter e aumentar o HCV identificado.

Critério 9.3 O plano de manejo deve incluir e implementar medidas específicas que garantam a manutenção e/ou aumento dos atributos de conservação aplicáveis, de maneira consistente com a abordagem de precaução. Estas medidas devem ser especificamente incluídas no sumário público do plano de manejo.

Este critério especifica o objetivo geral do manejo de HCVF - manter ou aumentar o HCV - assim como garantir que as partes interessadas sejam informados sobre o regime de manejo proposto para a HCVF.

Critérios 9.4 Deve ser conduzido um monitoramento anual para avaliar a efetividade das medidas implementadas para manter ou aumentar os atributos de conservação aplicáveis.

Quando os valores forem de tal importância que sejam designados como HCVs, há uma necessidade clara de garantir que o manejo esteja efetivamente contribuindo para sua manutenção. Portanto, o monitoramento deve ser realizado para avaliar este aspecto.

2. Introdução geral aos atributos de Alto Valor de Conservação

Esta seção introduz cada um dos seis Altos Valores de Conservação (HCVs). Para dois dos HCVs (HCV1 e HCV4), o Guia identifica diversos elementos que precisam ser considerados, o que está resumido na tabela abaixo.

Tabela 2.1. Altos Valores de Conservação e seus elementos

Elemento de HCV
<i>HCV 1 Concentrações significativas - globalmente, regionalmente ou nacionalmente - de valores de biodiversidade</i>
<i>HCV1.1 Áreas Protegidas</i>
<i>HCV1.2 Espécies ameaçadas ou em perigo de extinção</i>
<i>HCV1.3 Espécies endêmicas</i>
<i>HCV1.4 Uso temporal crítico</i>
<i>HCV2. Grandes áreas florestais em nível de paisagem, de significância global, regional ou nacional</i>
(Nenhum elemento adicional)
<i>HCV3. Áreas florestais que estão inseridas ou que contém ecossistemas ameaçados ou em perigo de extinção</i>
(Nenhum elemento adicional)
<i>HCV4. Áreas florestais que fornecem serviços ambientais básicos em situações críticas</i>
<i>HCV4.1 Florestas de importância crítica para captação de água</i>
<i>HCV4.2 Florestas de importância crítica para o controle de erosão</i>
<i>HCV4.3 Florestas que funcionam como barreira para incêndios destrutivos</i>
<i>HCV5. Áreas florestais fundamentais para manter necessidades básicas de comunidades locais</i>
(Nenhum elemento adicional)
<i>HCV6. Áreas florestais críticas para a identidade cultural tradicional de comunidades locais.</i>
(Nenhum elemento adicional)

2.1. HCV1: Concentrações significativas de valores de biodiversidade em nível global, regional ou nacional

Este valor deve incluir áreas com concentração extraordinária de espécies, incluindo espécies ameaçadas ou em perigo de extinção, endêmicas, agrupamentos incomuns de determinados grupos ecológicos ou taxonômicos e concentrações sazonais excepcionais.

Qualquer área florestal que contenha espécies identificadas como HCVs, ou que contenha habitat crítico para a sobrevivência destas espécies, será uma HCVF. Isto inclui florestas com muitas espécies ameaçadas ou em perigo de extinção, ou muitas espécies endêmicas (ex. *hotspots* de biodiversidade). Excepcionalmente, pode até ser que uma única espécie seja considerada suficientemente importante para ser, ela própria, um HCV.

Entretanto, haverá muitas florestas que contêm espécies raras ou endêmicas que não são HCVFs porque a concentração não é **significativa globalmente, regionalmente ou nacionalmente**. Estas florestas, ainda assim, devem ser manejadas apropriadamente, mas não devem ser consideradas HCVFs.

Uma vez que existem diversas maneiras de identificar valores de biodiversidade, este valor foi subdividido em quatro elementos:

- **HCV1.1 Áreas Protegidas:** Áreas protegidas possuem muitas funções, incluindo a conservação da biodiversidade. Redes de Áreas Protegidas são um alicerce de políticas para conservação da biodiversidade da maioria dos governos e muitas ONGs, e a importância destas é reconhecida pela Convenção de Diversidade Biológica (CDB). Apesar dos processos de seleção de áreas para proteção variar muito entre diferentes países e em diferentes épocas, muitos são, todavia, vitais para a conservação de valores da biodiversidade regional e global.
- **HCV1.2 Espécies ameaçadas ou em perigo de extinção:** Um dos aspectos mais importantes do valor da biodiversidade é a presença de espécies ameaçadas ou em perigo de extinção. Áreas florestais que contêm populações de espécies ameaçadas ou em perigo de extinção são claramente mais importantes para manter os valores de biodiversidade que aquelas que não as possuem, simplesmente porque estas espécies são mais vulneráveis a contínua perda de habitat, caça, doenças etc.
- **HCV1.3 Espécies endêmicas:** Espécies endêmicas são aquelas que ocorrem apenas em uma área geográfica específica. Quando a área de ocorrência é restrita, então uma espécie é de importância particular para a conservação. Isto se deve ao fato de que áreas restritas aumentam a vulnerabilidade das espécies à perda de habitat, e ao mesmo tempo a concentração de espécies endêmicas é prova de processos evolutivos extraordinários.

- **HCV1.4 Uso temporal crítico:** Muitas espécies utilizam uma ampla variedade de habitats em diferentes períodos ou diferentes estágios de suas histórias de vida. Estes habitats podem ser geograficamente distintos ou podem ser diferentes ecossistemas ou habitats dentro de uma mesma região. O uso pode ser sazonal ou o habitat pode ser utilizado apenas em anos extremos, apesar de ser crítico para a sobrevivência da população. Este componente inclui áreas críticas para a reprodução, áreas migratórias, rotas ou corredores migratórios (tanto latitudinal como altitudinal), ou florestas que contenham concentrações sazonais de espécies importantes globalmente. Em regiões temperadas e boreais, estas concentrações críticas ocorrem com frequência sazonal (ex. áreas de forrageamento no inverno ou sítios reprodutivos no verão), enquanto nos trópicos, o período de maior uso depende mais da ecologia da espécie em questão (ex., floresta ribeirinha em uma floresta tropical seca pode ser um habitat sazonal crítico para muitas espécies de vertebrados). Este elemento é incluído para garantir a manutenção de concentrações de espécies que utilizam a floresta apenas ocasionalmente.

2.2. HCV2. Grandes áreas florestais em nível de paisagem, de significância global, regional ou nacional

Esta parte da definição de HCVF visa identificar aquelas florestas que contenham populações viáveis da maioria, se não de todas, as espécies naturalmente presentes. Com frequência, este valor também inclui florestas que contêm sub-populações importantes de espécies de ampla distribuição geográfica (ex. glutão (*Gulo gulo*), tigre, elefante), mesmo que as sub-populações não sejam viáveis a longo prazo. Este valor inclui florestas onde processos ecológicos e o funcionamento de ecossistemas (ex. distúrbios naturais, sucessão ecológica em florestas, distribuição e abundância de espécies) não se encontram inteiramente ou relativamente afetados por atividades antrópicas recentes. Estas florestas são necessariamente grandes e serão menos afetadas por atividades humanas recentes que outras florestas dentro da mesma região. Quando ecossistemas florestais formarem naturalmente um mosaico em nível de paisagem com outros tipos de vegetação, e quando diversas espécies utilizarem ambos ecossistemas³ (florestais e não florestais), então deve ser considerado que seu valor está relacionado ao mosaico de vegetação natural e não apenas à extensão da floresta.

Grandes áreas florestais em nível de paisagem são cada vez mais raras e continuam sendo ameaçadas em todo o mundo por processos de desmatamento, fragmentação florestal e degradação. Entretanto, a ocorrência de grandes florestas naturais difere muito de país para país. Em países onde houve extensa conversão de florestas pode ser que não haja nenhuma área florestal que poderia ser considerada sob este HCV. Alternativamente, áreas florestais capazes de manter a maioria ou todas as espécies podem ser tão poucas que já são bem conhecidas. Entretanto, alguns países retêm uma proporção relativamente grande de cobertura florestal e, nestes casos, a extensão com que padrões de uso histórico e atual, bem como as atuais ameaças que têm reduzido a capacidade das florestas em abrigar o conjunto natural de espécies, terão que ser avaliadas.

Também é importante enfatizar que a área florestal considerada sob o HCV2 não é necessariamente restrita a uma unidade administrativa específica (ex. unidade de manejo florestal). Isso se deve ao fato de que muitas unidades administrativas contínuas de áreas florestais podem formar juntas uma floresta significativa em nível de paisagem. Uma unidade de manejo florestal única pode ser uma HCVF sob o HCV2 se ela for a totalidade ou uma parte de uma floresta significativamente grande em nível de paisagem.

³ Por exemplo, a região de Mosquitia no leste da Nicarágua e Honduras é um mosaico natural de vários tipos de vegetação, incluindo matas, campos e pântanos. Muitas espécies animais utilizam a maioria ou todos os tipos de vegetação para diferentes atividades ou em diferentes períodos.

2.3. HCV3: Ecossistemas raros, ameaçados ou em perigo de extinção

Alguns ecossistemas são naturalmente raros quando as condições climáticas ou geológicas necessárias para seu desenvolvimento são limitadas em extensão. Processos recentes, como mudanças no uso da terra, podem ter diminuído ainda mais a extensão destes ecossistemas. Exemplos incluem: florestas montanhosas no leste da África, florestas de altitude na América Central ou matas de galeria em regiões semi-áridas da África, entre outros.

Outros ecossistemas se tornaram raros devido a atividades humanas recentes, como a conversão de ecossistemas naturais em áreas agrícolas ou destinadas a outro uso. Em geral, são estes ecossistemas que estarão em maior risco no futuro.

Este valor visa garantir que ecossistemas florestais, comunidades, ou tipos de vegetação ameaçados ou em perigo de extinção sejam mantidos. Isso inclui tipos de florestas que eram amplamente distribuídos ou típicos de regiões extensas. Também inclui agrupamentos raros de espécies, mesmo quando as espécies constituintes sejam amplamente distribuídas e não estejam em risco, incluindo:

- Agrupamentos (intactos ou não) que sempre tenham sido raros (ex. áreas florestais costeiras ao longo da costa das Filipinas)
- Ecossistemas florestais, mesmo que estejam extremamente perturbados ou degradados, atualmente raros ou muito reduzidos, e quando exemplares intactos sejam muito raros (ex. Mata Atlântica do Brasil)

Nestes casos, o HCV é o próprio ecossistema raro, o qual pode ser a totalidade ou uma parte de qualquer floresta. Ecossistemas florestais nativos ou agrupamento de espécies que sejam característicos de determinada região, mas que não sejam raros ou que não estejam em perigo, não devem ser considerados HCVFs com base nesta definição.

2.4. HCV4: Áreas florestais que fornecem serviços ambientais básicos em situações críticas

Todas as florestas fornecem algum tipo de serviço ambiental, como proteção de bacias hidrográficas, regulação do fluxo de cursos d'água e controle de erosão. Estes serviços devem ser mantidos sempre sob um bom manejo, fato refletido nos requerimentos da maioria dos padrões de manejo florestal. O valor pode ser considerado um HCV se a consequência da interrupção destes serviços tiver um impacto seriamente catastrófico ou cumulativo. Por exemplo, uma floresta que forme uma grande proporção da bacia de captação de um rio, onde haja um alto risco da área a jusante ser danificada ou destruída por enchentes, pode ser crucial na prevenção de alagamentos e seria considerada uma HCVF. É este tipo de situação que o HCV4 procura identificar.

Uma vez que existem diversos serviços ambientais, este valor foi subdividido em três elementos:

- **HCV4.1 Florestas críticas para proteção de bacias:** Áreas florestais possuem uma importante função na prevenção contra enchentes, regulação do fluxo de cursos d'água e controle da qualidade da água. Quando uma área florestal constitui uma grande parte da área de uma bacia, ela pode ter um papel crucial na manutenção destas funções. Quanto maior for o risco de enchentes ou secas ou a importância do uso da água, maior a probabilidade daquela floresta ser crucial para a manutenção destes serviços ambientais e, conseqüentemente, da floresta ser uma HCVF.
- **HCV4.2 Florestas críticas para o controle da erosão:** Um segundo serviço ambiental básico oferecido pelas florestas é a estabilidade de terrenos, incluindo o controle de erosão, deslizamento de terras, avalanches e sedimentação a jusante. Todas as áreas estão potencialmente sujeitas a algum grau de erosão, mas geralmente a extensão ou risco desta é muito baixa ou as consequências são mínimas. Porém, em alguns casos, as florestas protegem contra erosão, deslizamento de terras e avalanches em áreas onde as consequências em termos de perda de terra produtiva, danos aos ecossistemas, à propriedade, ou perda de vidas humanas são severas. Nestes casos, os serviços ambientais fornecidos pelas florestas são cruciais, e são estas áreas que devem ser designadas como HCVFs.
- **HCV4.3 Florestas que funcionam como barreira para incêndios destrutivos:** Os incêndios fazem parte da dinâmica natural de muitos ecossistemas florestais, como as florestas boreais no Canadá ou florestas de eucalipto na Austrália. Porém, incêndios florestais, sejam iniciados por causas naturais ou humanas, podem às vezes se tornar destrutivos e incontroláveis, sendo um sério risco à vida humana, à propriedade, à atividade econômica, ou aos ecossistemas ou espécies ameaçadas. Um HCV desta categoria inclui florestas que agem naturalmente como barreiras

contra o fogo em áreas vulneráveis a incêndios, e onde as conseqüências destes são potencialmente severas.

2.5. HCV5: Áreas florestais fundamentais para manter necessidades básicas de comunidades locais

A definição de HCVFs reconhece que algumas florestas são essenciais para o bem-estar humano. Este valor visa proteger as fontes básicas de subsistência e a segurança de comunidades locais que dependem das florestas - não apenas para comunidades que moram na floresta, mas também para qualquer comunidade que obtém quantidades substanciais e insubstituíveis de renda, alimento ou outro benefício da mesma.

Emprego, renda e produtos são valores que devem ser conservados se possível, sem prejudicar outros valores e benefícios. Entretanto, o manejo de HCVFs não implica a extração excessiva e insustentável de recursos, mesmo quando as comunidades atuais dependem economicamente da floresta. Também não inclui o emprego excessivo de práticas tradicionais, quando estas estão degradando ou destruindo as florestas e outros valores presentes nelas.

Uma floresta pode ter este HCV se comunidades locais obtêm da floresta combustível, alimento, forragem, medicamentos ou materiais de construção essenciais sem alternativas disponíveis. Nestes casos, o Alto Valor de Conservação é especificamente identificado como uma ou mais destas necessidades básicas.

Não são consideradas HCVFs as seguintes:

- Florestas que fornecem recursos úteis, porém não fundamentais para as comunidades locais.
- Florestas que fornecem recursos que podem ser prontamente obtidos em outro local ou que podem ser substituídos por outros.

O HCV5 se aplica somente a necessidades básicas. Por exemplo, para uma comunidade que obtém grande parte das proteínas que consome da caça e da pesca em área florestal, e que não há fontes alternativas de obtenção de carne ou peixe, então esta floresta seria uma HCVF. Outra floresta, onde pessoas caçavam principalmente para recreação (mesmo que consumissem a caça), mas que não há dependência da caça para sobrevivência, não é uma HCVF.

Com o passar do tempo, um valor pode aumentar ou diminuir, de acordo com mudanças nas necessidades das comunidades e no uso da terra. Uma floresta que era anteriormente apenas uma entre muitas fontes de suprimento, pode se tornar a única ou a fonte básica fundamental de lenha ou de outras necessidades. O contrário também pode ocorrer, certas necessidades podem diminuir e desaparecer com o tempo. Por exemplo, uma área florestal que protege um curso d'água que é a única fonte de água

potável para uma comunidade não seria mais uma HCVF se um poço fosse construído para fornecer água em quantidade e qualidade suficiente para a comunidade.

O HCV5 é determinado pela *dependência* atual das comunidades (mesmo que esta seja apenas ocasional, como no caso de florestas que oferecem alimentos em épocas de escassez), e não numa situação futura ou potencial. Por exemplo, o governo de determinado país pode ter um sistema de gerar emprego e renda para comunidades rurais. Se esse sistema não for implementado por todas as comunidades, ou se alguns membros de certas comunidades não forem capazes ou não desejarem usufruir do sistema, e estarem conseqüentemente ainda dependentes das florestas para algumas de suas necessidades básicas, então a floresta ainda pode ser uma HCVF.

2.6. HCV6: Áreas florestais críticas para a identidade cultural tradicional de comunidades locais

As florestas, além de serem essenciais para a subsistência e sobrevivência, também são cruciais para a identidade cultural de sociedades e comunidades. Este valor é designado para proteger a cultura tradicional de comunidades locais onde a floresta é essencial para a sua identidade, e deste modo ajuda a manter a integridade cultural da comunidade.

Uma área florestal pode ser designada como HCVF se possuir ou oferecer valores sem os quais uma comunidade local sofreria uma mudança cultural inaceitável e a qual não deixaria alternativa à comunidade. Exemplos de HCVF de acordo com esta definição incluiriam:

- Bosques sagrados na Índia, Bornéu e Gana.
- Áreas florestais onde são procuradas penas de faisão-argus usadas por comunidades Dayak em Bornéu como adereços de cabeça em importantes cerimônias.
- Florestas da Amazônia brasileira que são utilizadas por comunidades extrativistas (como os seringueiros) como a única ou a principal atividade econômica.

Este valor deve incluir tanto as pessoas que vivem na floresta e em áreas adjacentes como qualquer grupo que visite regularmente a floresta. Por exemplo, a população Maasai do leste da África está envolvida principalmente em criar gado nas planícies. Entretanto, eles utilizam a floresta como parte integrante dos seus ritos iniciais, e, portanto isso deve ser considerado em qualquer discussão sobre uso florestal.

Apêndice 1: Lista de Revisores do Guia de HCVF

Este documento passou por diversas fases de avaliação e revisão. Além das diversas pessoas que fizeram comentários em várias reuniões, os seguintes profissionais cordialmente revisaram versões anteriores do documento.

Nome	Instituição
Pasi Miettinen	Scanagri, Finlândia
Jeff Sayer	WWF Internacional
Lu Wenming	Chinese Academy of Forestry
Doug Sheil	CIFOR, Indonésia
Pablo Antelo Gil	La Chonta, Bolívia
European FSC National Initiatives	
Lincoln Quevedo	WWF Bolívia
Chuck Cannon	Duke University, USA
Aldo Cerda-Molina	Florestal Minico, Chile
Normand Villeneuve	Direction de l'environnement forestier, Québec, Canadá
Kerry Cesareo	WWF US
Nikla Hagelberg	WWF Finlândia
Petras Kurlavicius	Lithuanian Ornithological Society
Richard Z. Donovan	Rainforest Alliance, USA
Bill Barclay	Greenpeace, USA
Roger May	SILVICS NZ Ltd, New Zealand
Liette Vasseur	Univ of Moncton, Canadá
Alcir R. C. de Almeida	Cikel Brasil Verde S/A, Brasil
Damian I. Rumiz	CFV, Bolívia
Peter Dam	Natural Resource Management & Community Development, PNG
Walter Schutt	Oregon Dept of Planning, USA
Rainer Kuuba	Estonian Forest Mapping
Katie Fernholz	Consultor, USA
Hector Martinez	RNT, Costa Rica

Harrie Schreppers	Skal, Netherlands
Gordon Weetman	UBC, Canadá
Greg Utzig	Consultor, Canadá
Gail Smith	Unilever
M. Vitória D. F. Tomé	SGS Brasil
Brenda Hopkin	Consultor, Canadá
Jim Strittholt	Conservation Biology Institute, USA
Kandyd Szuba	Domtar Inc., Canadá
Dominique Y. Leuba	The Treehouse Company, Suíça
Stu Valintine	Borders Timber Limited, África do Sul
Group of Forest Companies	Mpumalanga Province, África do Sul
Olof Johansson	Sveaskog, Suécia
Paulo Y. Kageyama	ESALQ/USP, Brasil
Daniel Hall	American Lands, USA
Rena Muxica Schwinghammer	Consultor, Chile
Simon Rietbergen	IUCN
Yellen Aguilar Ararat	FSC Working Group, Colômbia
Ishmael Doodoo	Ghana Wildlife Society, Gana
Chris Rhodes	Consultor, Reino Unido
Mark Hiller	SmartWood, Asia Pacific Program
Pär Stenmark	IKEA
Matthew Wenban-Smith	FSC International

Também contribuíram enormemente para o desenvolvimento do Guia, através de participação da aplicação de versões anteriores do documento em experimentos de campo, as seguintes pessoas:

Nome	Instituição
Indonésia	
Sugardjito	FFI
Tonny Soehartono	WWF Indonésia
Diah Raharjo	Consultor

Nome	Instituição
Darrell Kitchener	Consultor
Dwi Rahmad Muhtaman	LATIN
Daryatun	TNC
Jim Jarvie	Consultor
Alan Purbawiyatna	LEI
Doug Sheil	CIFOR
Jeff Hayward	SmartWood Asia Pacific Program
Marc Hiller	SmartWood Asia Pacific Program
Nicarágua	
Steve Gretzinger	WWF
Lenín Corrales	TNC (PROARCA/APM)
Jaime Guillen	FSC Nicarágua
Freddy Ramírez	WWF
Gabriel	Nicambiental
Alain Meyrat	Consultor
Lesbia Cruz	PRADA S.A.
Sandra Vivas	Nicambiental
Henningston Tatum	Consejo Regional (RAAN) / CIUM-BICU
Álvaro Centeno	PRADA S.A.
Sergio Sánchez	INAFOR
Federico Feliciano	CBM
Reynaldo Francis	Consejo Regional (RAAN)
Nordeste da China e Mongólia Central	
Wang Fengyou	Department of Forestry, Jilin Province
Li Fengri	Northeast Forestry University
Shi Peili	Chinese Academy of Forestry
Sun Changfa	Jilin Academy of Forest Inventory and Planning
Wang Jinxin	Baihe Bureau, Jilin Province
Wang Jinman	Greater Xing'an Adm. Bureau, Heilongjiang
Ma Jianlu	Yichun Forest Bureau, Heilongjiang

Nome	Instituição
Li Diqiang	Chinese Academy of Forestry
Qi Jizhong	Beihua University
Cui Guofa	Beijing Forest University
Liu Yongmin	SFA
Feng Guoqiang	SFA
Wu Bo	Chinese Academy of Forestry
Zhu Chunquan	WWF CPO
Dong Ke	WWF CPO
Romênia	
Ioan Abrudan	Forestry Faculty, Brasov
Iovu Biris	Forest Research and Management Institute (ICAS)
George Dinicu	WWF DCP
Marian Dragoi	Forestry Faculty, Suceava
Jeno Ferko	Green Group - Oradea
Carcea Filimon	Academy of Agricultural and Forestry Sciences
Liviu Filip	Ministry of Agriculture, Forests, Waters and Environment (MAPAM)
Viorica Honciuc	Biology Institute
Oliviu Iorgu	Vânatori Neamt Natural Park
Ion Mirea	Forest Research and Management Institute
Carmen Mohanu	National Forest Administration (RNP)
Mihaela Pauca Comanescu	Biology Institute
Attila Sandor	Romanian Ornithological Society – Birdlife Romênia
Erika Stanciu	WWF DCP
Luminita Tanasie	WWF DCP
Victoria Tatole	Antipa Museum
Florea Trifoi	Biodiversity Conservation Management Project
Claudiu Zaharescu	Ministry of Agriculture, Forests, Waters and Environment
Dan Manoleli	Biology Institute
Bulgária	

Nome	Instituição
Veronica Ferdinandova	Bulgarian Society for the Protection of Birds/Birdlife Bulgária
Dobromira Dimova	Directorate of Vitosha Natural Park
Boris Barov	Bulgarian Society for the Protection of Birds
Toma Belev	Directorate of Vitosha Natural Park
Ivan Hristov	Balkani Wildlife Society
Rossen Tzonev	Sofia University, Faculty of Biology
Stefan Avramov	Bulgarian-Swiss Programme for Biodiversity Conservation
Pavel Panov	BULPROFOR – Society of Professional Foresters in Bulgaria
Stanislav Lazarov	Forestry University, Forest Management Department
George Tinchev	National Forestry Board by Ministry of Agriculture and Forestry
Kaloyan Anev	National Nature Protection Service of the Ministry of Environment and Waters
Zhivko Bogdanov	WWF DCP

Parte 2
Definição de Altos Valores de
Conservação em nível nacional:
um Guia Prático

Conteúdo

1	Introdução à definição de Altos Valores de Conservação em Nível Nacional	3
1.1	COMO O GUIA FUNCIONA?	3
1.2	QUEM CONDUZ O PROCESSO	3
1.3	PASSOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO	5
1.4	QUANDO UM ‘VALOR’ É UM ‘ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO’?	6
1.5	TIPOS DE INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS	7
1.6	UTILIZANDO A INFORMAÇÃO DISPONÍVEL	9
2	Definindo Altos Valores de Conservação individualmente	15
2.1	DEFININDO HCV1: CONCENTRAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE VALORES DE BIODIVERSIDADE	16
2.1.1	<i>HCV1.1 Áreas Protegidas</i>	16
2.1.2	<i>HCV1.2: Espécies ameaçadas e em perigo de extinção</i>	19
2.1.3	<i>HCV1.3: Espécies endêmicas</i>	25
2.1.4	<i>HCV 1.4: Concentrações temporais críticas</i>	30
2.2	DEFININDO HCV2: FLORESTAS EXTENSAS EM NÍVEL DE PAISAGEM	34
2.3	DEFININDO HCV3: ÁREAS DE FLORESTAS QUE ESTÃO INSERIDAS EM, OU QUE CONTÉM ECOSISTEMAS AMEAÇADOS OU EM PERIGO	39
2.4	HCV4. ÁREAS DE FLORESTA QUE FORNECEM SERVIÇOS AMBIENTAIS BÁSICOS EM SITUAÇÕES CRÍTICAS (POR EXEMPLO, PROTEÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E CONTROLE DA EROÇÃO).	45
2.4.1	<i>HCV4.1 Florestas críticas para bacias hidrográficas</i>	45
2.4.2	<i>HCV4.2 Florestas críticas para o controle da erosão</i>	48
2.4.3	<i>HCV4.3 Florestas fornecendo barreiras críticas contra incêndios destrutivos</i>	51
2.5	HCV5. ÁREAS DE FLORESTAS ESSENCIAIS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DE COMUNIDADES LOCAIS	55
2.6	HCV6. ÁREAS FLORESTAIS CRÍTICAS PARA A IDENTIDADE CULTURAL TRADICIONAL DE COMUNIDADES LOCAIS	59
3	Envolvendo partes interessadas na identificação e manejo de HCVF	63
3.1	RECOMENDAÇÃO GERAL SOBRE CONSULTA DE HCVF	63
3.1.1	<i>Quem deve ser consultado?</i>	63
3.1.2	<i>Como eles devem ser consultados?</i>	64
3.2	DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA HCV5 E HCV6	64
4	Oferecendo diretrizes para o manejo de HCVF	68
4.1	DIRETRIZ GERAL PARA MANEJO DE HCVFs	68
4.2	DESENVOLVIMENTO DE DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA CADA HCV	70
5	Monitorando HCVFs	72
5.1	SISTEMAS DE MONITORAMENTO ADEQUADOS	73
5.2	FONTES DE INFORMAÇÃO	75

1 Introdução à definição de Altos Valores de Conservação em Nível Nacional

1.1 Como o Guia funciona?

Essa parte do Guia é destinada a todos (incluindo grupos de definição de padrões nacionais de FSC) que precisam interpretar as definições globais de HCV para uso em um determinado país, região, tipo de floresta ou outra grande unidade política ou natural. Após a seção de introdução, o Guia é dividido em quatro seções que abordam cada um dos critérios apresentados sob o Princípio 9 do FSC:

Introdução: nesta é discutido quem conduz o processo de definição dos HCVF em nível nacional, os passos chave envolvidos nesse processo e são discutidos como diferentes tipos de informação podem ser utilizados na definição de HCVFs.

Definindo HCVs individualmente: Essa seção aborda os seis HCVs genéricos, um de cada vez, e oferece diretrizes de como defini-los de uma forma clara e precisa ao nível nacional ou sub-nacional, fornecendo as bases para um uso facilitado do conceito por gestores de florestas, auditores de certificação, compradores de madeira, investidores etc.

Desenvolvendo requerimentos para consulta: Essa seção discute requerimentos para envolver partes interessadas na identificação e no manejo de HCVF. Nela são delineadas algumas das questões básicas para as quais diretrizes podem ser fornecidas para gestores de florestas, especialmente com respeito aos HCVs 5 e 6, para os quais a consulta é particularmente importante.

Desenvolvendo requerimentos para manejo: A tarefa básica dos gestores de florestas que identificaram um ou mais HCV na sua UMF (Unidade de Manejo Florestal) é manter ou aumentar esse valor. Dada a variedade de HCVs, é impossível sugerir prescrições globais de manejo para todos eles. Ao invés disso, essa seção fornece diretrizes sobre como grupos de trabalho de HCVF podem desenvolver recomendações de manejo apropriadas para gestores de florestas.

Desenvolvendo requerimentos para monitoramento de HCVFs: Monitoramento é uma parte integrante de todo manejo florestal e é particularmente importante em assegurar que cada HCV identificado é mantido ou aumentado. Essa seção apresenta um resumo dos processos básicos necessários para o desenvolvimento de protocolos robustos de monitoramento.

1.2 Quem conduz o processo

O Guia será normalmente empregado para auxiliar no processo de definição de HCVs em um país, região, tipo de floresta ou outra grande unidade política ou natural. Isso será realizado, por exemplo, por um grupo de trabalho de HCVF específico, por um grupo de trabalho existente em assuntos relacionados ou por um grupo de trabalho de definição ou mapeamento de valores florestais. Essa parte do Guia é organizada para ser utilizada pelo respectivo grupo de trabalho de HCVF, o qual deve seguir o processo de identificação dos parâmetros locais relevantes para cada elemento, estabelecendo limites e os comunicando através das exigências das avaliações preliminar e completa.

Quando as definições genéricas de HCVF são interpretadas para o desenvolvimento de padrões nacionais, isso é normalmente feito por um grupo composto por múltiplas

partes interessadas, que trabalha por um período de meses ou até anos, realizando consultas a diversos atores sociais. Porém, em vários casos é desejável que se tenha uma interpretação nacional do HCVF antes que um processo de escolha de padrões nacionais seja iniciado. Isso é especialmente importante se, por exemplo, um processo de escolha de padrões nacionais está em curso, mas ainda necessita de um longo período até que seja concluído, ou quando ainda não há um processo de padronização nacional. Esforços devem ser feitos para se coordenar o processo de definição de HCVF com o processo nacional como um todo e qualquer definição do processo de HCVF por si só deve ser subordinada a um padrão nacional completo. É importante evitar a existência de interpretações de HCVF múltiplas e conflitantes.

Na ausência de um padrão nacional ou regional, há duas possibilidades de se definir HCVF para um determinado país, floresta ou região:

- **Método baseado no consenso de múltiplas partes interessadas:** Esse método resultará em uma interpretação definitiva, a qual terá a mesma amplitude de suporte que uma padronização nacional ou regional. Se um padrão nacional ou regional é o produto desejado, então será necessário um processo que envolva uma grande variedade de partes interessadas e que obtenha o apoio deles. É uma boa idéia basear esse processo na diretriz que foi desenvolvida para esse tipo de estabelecimento de padrões¹;
- **Adaptação técnica:** usando um grupo de trabalho ou equipe representativa, esse método resultará em uma interpretação do HCVF, a qual poderá não ser definitiva, mas pode ser extremamente útil como encaminhamento prático. Isso pode então ser incorporado em um padrão nacional uma vez que este processo está ativo e em andamento.

Caso a adaptação seja realizada por um grupo ou equipe de trabalho técnico em HCVF, há alguns pontos importantes que devem tornar o processo bem sucedido.

Primeiro, deve ser deixado claro desde o início que o processo não é equivalente a um processo de estabelecimento de padrões nacionais e que o produto não terá status de um padrão ou norma nacional.

Segundo, assegurar que o grupo ou equipe de trabalho de HCVF inclua:

Expertise: a expertise dos membros do grupo ou equipe deve abranger toda variedade de tópicos incluídos na definição de HCVF, incluindo aspectos biológicos, e serviços ambientais e sociais.

Variedade de pontos de vistas: a definição de HCVF deve sempre ser baseada na melhor informação científica disponível, porém a decisão sobre o limite em que um 'valor' se torna um 'Alto Valor de Conservação' é inevitavelmente um julgamento de valor. O resultado dependerá da composição do grupo. Portanto, é importante tentar assegurar que a composição do grupo represente uma variedade de pontos de vista e perspectivas apropriados.

¹ Por exemplo, Scrase, H. e Lindhe, a. (2001) Developing Forest Stewardship Standards – A Survival Guide. Disponível em www.taigarescue.org; World Bank – WWF Alliance (2002) Capacity Building Toolkit for Working Groups on Forest Certification (website). Disponível em www.piec.org/mswg_toolkit

Experiência prática: é muito importante que o grupo ou equipe inclua pessoas com experiência prática real e atualizada, a fim de assegurar que a interpretação e as respectivas diretrizes sejam apropriadas, passíveis de implementação e acessíveis a gestores de florestas.

O resultado desse processo deve ser um conjunto claramente definido de HCVs para um país ou região (Seção 2), e deve também incluir algum nível de orientações de manejo e monitoramento para cada valor (Seções 4 e 5).

1.3 Passos envolvidos no processo

As seis definições genéricas e globais de HCV originárias do FSC devem ser transformadas em definições que sejam específicas e apropriadas para cada país ou região. Para dois dos seis tipos de Altos Valores de Conservação (HCV1 e HCV4, ver Seção2), o Guia identifica alguns elementos distintos, os quais precisam ser considerados. Isso então fornece diretrizes para cada valor ou elemento sobre como decidir o que constitui um HCV no país ou região. As definições nacionais desenvolvidas a partir do uso das diretrizes contidas nesse documento poderão então ser utilizadas por gestores de florestas e outros usuários na avaliação de áreas florestais específicas quanto à presença ou ausência de HCVs, a fim de identificar e delinear HCVFs.

O processo de definição de HCVs envolve duas etapas críticas:

- Decidir quais são os valores florestais relevantes, como por exemplo, tipos de florestas, grupos de espécies, etc., e especificar os **parâmetros** utilizados para mensurá-los.
- Para cada valor florestal e parâmetro, definir **limites** para decidir quando designar um Alto Valor de Conservação (Caixa 1.1). Limites são níveis reais, números, tipos ou locais. Por exemplo, limites podem relacionar o número de espécies de grupo taxonômico em particular, um tamanho mínimo de um tipo de floresta específico, ou simplesmente a presença/ausência de um tipo singular de sítio de importância religiosa.

Quadro 1.1: Exemplo de definição de HCV
HCV genérico: Concentração de valores de biodiversidade (HCV 1)
HCV em nível nacional específico: florestas costeiras intactas apresentando condições de interior de floresta (área mínima de 1000 ha) com presença de duas ou mais espécies-chave indicadoras presente em lista-vermelha (ex. espécies de aves dependentes de floresta em avançado estágio de crescimento).
Diretrizes de manejo: Manutenção do habitat de interior de floresta nessas áreas e inclusão de considerações sobre conectividade da paisagem no planejamento de florestas.

Decidir parâmetros e limites para cada HCV (ou elemento) é um processo potencialmente complexo e demorado. Felizmente, em um dado país, parâmetros e limites que definem florestas que são críticas por manterem vários desses valores, já

terão sido desenvolvidos por uma série de diferentes processos e iniciativas. É recomendado que, quando apropriado, sejam utilizados esses processos já existentes (ver Seções 1.4-1.6).

O processo de interpretação nacional deve ter o objetivo de tornar os HCVs claros, detalhados e fáceis de serem interpretados o quanto possível, para que possam ser entendidos por usuários que não sejam especialistas, e que sua presença seja inequivocamente avaliada em nível de floresta. Quanto mais precisas forem as definições formuladas pelo grupo de trabalho de HCVF, menos julgamentos de valor deverão ser feitos por gestores de florestas individualmente, aumentando a transparência, justiça e robustez do sistema.

Ao discutir limites, o grupo de trabalho precisa estar atento às implicações de suas decisões para o manejo florestal. Estabelecer limites que sejam muito altos resultará em proteção inadequada de valores florestais, uma vez que sítios importantes serão omitidos. A escolha de limites que sejam muito baixos levará a um excesso de áreas de florestas definidas como HCVF, e colocarão uma carga desnecessária sob o manejo florestal.

1.4 Quando um ‘valor’ é um ‘Alto Valor de Conservação’?

O grupo de trabalho de HCVF deve definir Florestas de Alto Valor de Conservação (HCVF) a partir da interpretação de termos como ‘significante’, ‘crítico’, ‘ameaçado’ e ‘fundamental’ que são usados nos Princípios de FSC. Isso é particularmente difícil, pois embora alguns valores possam apresentar alternativas simples como sim/não, muitos deles serão medidos ao longo de um gradiente contínuo de importância crescente. Isso significa que, embora as definições de HCVF devam ser sempre baseadas na melhor informação científica disponível, elas inevitavelmente envolverão julgamentos de valor.

Por exemplo, o ângulo de declividade do terreno pode ser escolhido como um parâmetro ao avaliar o risco de deslizamento de terra. A probabilidade de um grande deslizamento de terra cresce à medida que o ângulo de inclinação aumenta, mas não há um ângulo em que se possa dizer – “após esse ponto o risco muda claramente de moderado a alto”. Uma redução discreta no ângulo de inclinação causa uma leve redução no risco, porém o risco permanece praticamente o mesmo.

Conseqüentemente, em se tratando de inclinação do terreno (e para a maioria dos outros parâmetros) não há um ponto único no qual se possa dizer com objetividade científica – ‘após esse ponto o valor é alto, abaixo desse ponto o valor não é alto’. Não há razão objetiva para que, por exemplo, um risco de deslizamento de 33% nos próximos 50 anos seja considerado ‘alto’ enquanto um risco de 32% seja considerado ‘moderado’.

No entanto, o grupo de trabalho de HCVF terá eventualmente que estabelecer um limite máximo no ângulo de declividade no qual o risco de deslizamento de terra é considerado extremamente alto, no caso do sítio se encontrar situado acima de um povoado ou cidade. Esse limite pode variar dependendo do tipo de rocha ou zona climática, porém, em nenhuma área o grupo poderá defini-lo com clareza. Infelizmente, o limite escolhido pode não ser aceitável para todos – alguns podem argumentar que o limite poderia ser diminuído, enquanto que outros argumentarão que ele está muito cauteloso e riscos maiores poderiam ser aceitos. Onde isto ocorrer, o grupo de trabalho de HCVF será capaz de argumentar que seguiu o processo correto para encontrar a

posição mais amplamente aceita (ver Seção 1.2.1), e que suas decisões devem, portanto, ser respeitadas.

Pode parecer pouco prático sugerir uma revisão detalhada de dados relevantes para cada valor florestal, seguido pelo estabelecimento de limites numéricos para cada um deles. Na realidade, muitos estudos e revisões existentes já estabeleceram parâmetros e limites para diversos HCVs, e portanto, o grupo de trabalho de HCV será capaz de usar esses métodos existentes para definir HCVs. Por exemplo, pode ser que já exista um processo de mapeamento de risco de deslizamento de terra para uma nação. O grupo de trabalho de HCVF terá que avaliar primeiramente se o estudo é de qualidade boa suficiente para ser empregado como base para tomada de decisão, e eles terão também que avaliar se a resolução espacial é suficiente (ex. um mapa com escala ao nível de municípios é provavelmente inadequado, e o sistema de classificação utilizado pode não ser adaptado a escalas mais refinadas). Se for adequado, então seus resultados podem ser utilizados na definição do respectivo HCV.

A existência de estudos prévios dará um forte rumo na escolha de limites usados na definição de HCVFs. Por exemplo, o mapa de risco de deslizamentos mencionado acima pode categorizar os riscos como ‘muito alto’, ‘alto’, ‘moderado’, ‘baixo’ e ‘muito baixo’. O caminho correto para o grupo de trabalho de HCVF seria então examinar as definições existentes dessas categorias e ver se uma ou mais delas se adequa ao critério de ‘alto valor’ para objetivos de HCV. Isso tem duas vantagens sobre a condução de uma análise rápida dos dados brutos. Primeiro, a análise anterior se beneficiou provavelmente da contribuição de um número maior de especialistas/técnicos do que o grupo de trabalho de HCV seria capaz de fornecer. Segundo, a análise anterior já deve ter sido aceita por várias partes interessadas e em alguns casos já deve ter sido implementada por gestores de florestas, o que significa que a implementação da definição de HCVF é mais provável de ser direta.

A mensagem importante aqui é que **grupos de trabalho de HCVF devem se basear, sempre que possível, em revisões e estudos prévios.**

1.5 Tipos de informação disponíveis

Assim como foi discutido na Parte 1 do Guia, uma das vantagens do método de HCVF é que se pode agregar uma grande variedade de diferentes tipos de abordagens e análises para identificação de valores florestais importantes. O uso de fontes de informação já existentes é bastante desejável. Por exemplo, as leis florestais de um determinado país podem já ter definido quais áreas de florestas são vitais para a manutenção do fluxo de água em bacias hidrográficas propensas a inundação. Tendo em vista que essas regulamentações são adequadas para se atingir o objetivo de manter o funcionamento de bacias hidrográficas em áreas críticas, não há necessidade de que o grupo de trabalho de HCVF desenvolva um novo estudo para definir “proteção de bacias hidrográficas em áreas de captação críticas”.

Logo, a etapa crítica na definição de HCVF se torna uma questão de como utilizar a informação existente. O primeiro passo nessa direção é entender que tipo de informação está disponível para um dado parâmetro. A informação disponível pode estar em uma das quatro formas:

- **Dados:** essa é a informação básica que serve de fundamento para qualquer esquema de avaliação. Como exemplos, podem-se incluir os resultados de

levantamentos de vegetação, registros de ocorrência de espécies, estudos de susceptibilidade de diferentes solos e declividades à erosão, ou levantamentos de uso da floresta por comunidades rurais.

- **Classificação:** divide o parâmetro considerado em diferentes classes ou tipos. Exemplos podem incluir uma classificação de ecossistemas, uma classificação de status de conservação de espécies, uma classificação do risco de erosão, ou uma classificação do grau de dependência que diferentes comunidades florestais têm em relação à floresta.
- **Avaliação:** a avaliação torna a classificação uma realidade ao refletir o verdadeiro tamanho de cada classe. Por exemplo, classificações adaptadas podem mostrar a extensão de diferentes tipos de florestas, a ocorrência de espécies raras, florestas protegendo o solo contra erosão severa, ou a identificação de partes do país onde comunidades são dependentes da floresta.
- **Prioridades:** essa é a fase final do processo de definição de quais florestas em particular são de importância excepcional. Os resultados de uma avaliação são considerados com base em critérios que permitem áreas específicas de floresta serem identificadas como de importância excepcional. Por exemplo, um esquema de priorização deve identificar quais áreas de floresta são críticas para conservar um tipo de floresta ou uma espécie ameaçada, quais áreas de floresta são necessárias para evitar extensiva erosão do solo em áreas de drenagem de alto risco, ou quais áreas de floresta possuem direito tradicional sobre o uso da terra.

A definição de HCVF necessita de um tipo final de informação: uma priorização de quais florestas são avaliadas como 'significante', 'crítica' ou 'fundamental' para cada HCV. Isso é ilustrado na Figura 1.1, onde é apresentado o exemplo de tipos de florestas em um país ou paisagem. Os tipos de florestas em um país são definidos por uma classificação que identifica três tipos: floresta perenifólia, semi-decídua e decídua. A avaliação então analisa a cobertura florestal, o que vai informar a extensão real de cada um desses tipos de floresta.

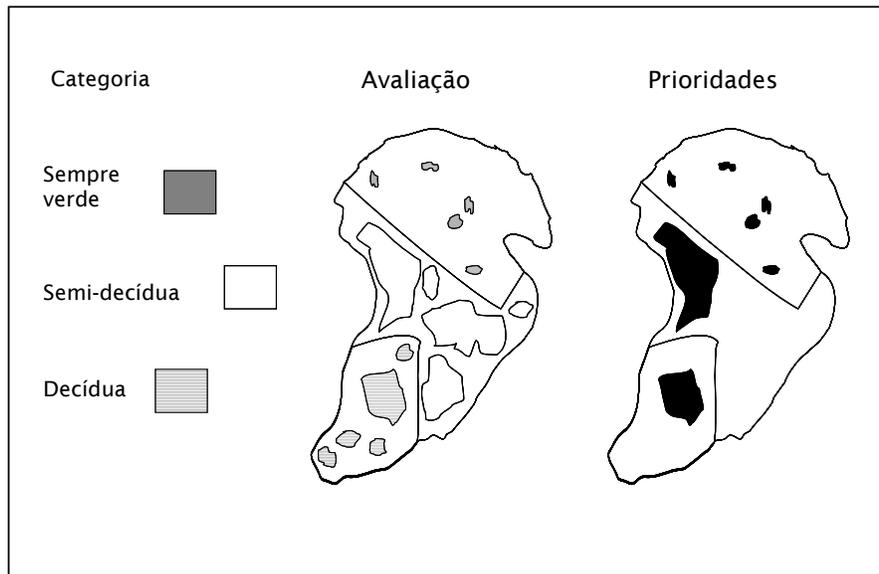


Figura 1.1 Categorias, avaliação e prioridades

Há variação entre os tipos de floresta: uma área razoável de floresta decídua subsiste em manchas de tamanho pequeno e médio; para a floresta semi-decídua há ocorrência de grandes manchas de floresta; já a floresta sempre verde ocorre apenas em manchas pequenas e fragmentadas. Porém, essa avaliação ainda não nos diz quais manchas são de maior importância para preservar cada um dos três tipos de florestas. Para isto é necessária uma etapa final: um esquema de priorização. Nessa fase, as maiores manchas dos tipos de florestas mais comuns (decídua e semi-decídua) e todos fragmentos remanescentes da floresta sempre verde, que é mais rara, foram selecionados como áreas prioritárias que devem ser mantidas a fim de assegurar uma persistência de longo prazo para cada tipo de floresta.

1.6 Utilizando a informação disponível

Diferentes níveis de informação podem estar disponíveis para diferentes HCVs. A Seção 2 fornece um esboço para a definição de HCVFs em nível nacional, e é estruturada com base na tomada de decisão, dependendo do tipo de informação disponível para a definição de cada HCV. Isso ocorre porque os tipos de informação existente diferem entre países. Por exemplo, enquanto um país possui um processo de identificação de habitats florestais críticos (sistema de priorização), outro país pode apenas possuir informações sobre a área de cobertura de diferentes tipos de florestas (avaliação). Sendo assim, no primeiro país, o grupo de trabalho pode ter apenas que avaliar a adequação do sistema de prioridades e então reaproveitá-lo como um HCVF (ver Quadro 1.2). No segundo país, o grupo de trabalho terá que decidir quais tipos de florestas são ameaçados e fornecer seus próprios limites para o tamanho e qualidade de habitats, etc, os quais tornariam esses tipos de floresta um exemplo de HCVF (com efeito, estabelecendo prioridades para esse valor, baseado na análise disponível). Isso significa que os HCVFs então definidos irão envolver diferentes processos, dependendo do tipo de informação disponível.

O sistema proposto leva isso em consideração ao apresentar diferentes rotas que permitem que HCVs sejam definidos quando diferentes tipos de informações estão disponíveis. Normalmente, será necessário seguir apenas uma dessas três rotas, porém, a rota a ser tomada dependerá do tipo de informação que está disponível para um dado valor (Figura 1.2).

O primeiro passo na definição de cada HCV (ou elemento de HCV) será decidir se o mesmo ocorre no país ou não. Isso se deve em virtude de que nem todos HCVs estão presentes em todos países. Por exemplo, no Reino Unido não existe nenhuma comunidade local onde florestas são vitais para sua identidade cultural tradicional, e portanto, não há HCV5 nesse país. Enquanto na Indonésia, Canadá, Brasil ou Gana, esse valor está claramente presente.

O segundo passo é identificar planos, esquemas, mapas² ou processos existentes que identifiquem áreas específicas de florestas como áreas prioritárias para um determinado valor, que poderia potencialmente ser adotado como uma definição de HCV. Essas são as 'prioridades' descritas na seção anterior. Como exemplos, pode-se incluir regulamentações que especificam florestas prioritárias para proteção de bacias hidrográficas (i.e. HCV4.1), ou ainda florestas prioritárias para conservação de ecossistemas raros (HCV3). Instruções são dadas em possíveis fontes de informação sobre cada um dos métodos de priorização.

Onde existem métodos de priorização, uma decisão deverá ser tomada caso estes sejam apropriados para definir o HCV, de modo que o Guia fornecerá diretrizes sobre como decidir sobre isso (vide Quadro 1.2).

Quadro 1.2: Usando prioridades já existentes para definir HCVF.
Três pontos importantes precisam ser considerados ao se cogitar a utilização de prioridades já existentes para definir HCVs. <ul style="list-style-type: none">• <i>Consistência com a definição global do HCV.</i> Apenas o fato de uma organização ter produzido um critério ou mapa de áreas florestais importantes não significa que isto seja automaticamente equivalente a HCVF. Por exemplo, um mapa mostrando 'florestas socialmente importantes' não seria equivalente ao HCV5 se o parâmetro utilizado nesse caso fosse florestas utilizadas para fins de recreação. O grupo de trabalho de HCVF deve sempre avaliar os parâmetros e

² Algumas das metodologias existentes adotadas para definição de HCVs pode vir na forma de mapas. Outras podem vir na forma de critérios (i.e., parâmetros e limites). Por exemplo, uma norma técnica florestal pode definir florestas críticas para o controle da erosão sendo como aquelas florestas em terreno com inclinação maior que 35°. Florestas dentro desse critério podem, ou não, já terem sido mapeadas.

A principal tarefa do grupo de trabalho de HCVF será produzir definições de HCVs: o grupo de trabalho poderá produzir mapas de HCVF, dependendo dos seus objetivos específicos, recursos disponíveis, etc. Já os gestores de florestas irão quase sempre ter que delinear HCVFs como parte de seu planejamento operacional. Mapas de HCVF são certamente bastante úteis para outros usuários do conceito de HCVF (compradores de madeira, planejadores de uso da terra).

limites utilizados em priorizações já existentes para decidir se esses são consistentes com o HCV em questão.

- *Qualidade.* A qualidade de uma priorização já existente envolve vários aspectos:
 - *Resolução* – Apenas métodos que identificam áreas de floresta individuais são adequados para uso direto em definição de HCVs. Várias metodologias identificam partes de um país como sendo importantes para um valor, porém, não distinguem quais as florestas individuais dentro desta área contêm esse valor, e quais florestas não contêm.
 - *Dados utilizados* – se a priorização é baseada em informação desatualizada (por exemplo, que falha em refletir mudanças recentes na cobertura florestal), esta não irá refletir os valores reais presentes no país.
- *Abrangência:* priorizações já existentes são freqüentemente produzidas com um foco muito específico. Por exemplo, uma metodologia que identifica florestas que contêm espécies raras de aves seria certamente útil na definição de HCVF, porém, esta avaliação deveria ser combinada com informações sobre outros grupos taxonômicos (por exemplo, mamíferos, plantas vasculares) para capturar a abrangência necessária para o HCV.

O próximo passo é decidir se a priorização pode ser adotada como ela é, ou se deve ser interpretada de uma outra maneira para que se torne uma definição apropriada do HCV. Por exemplo, pode haver uma tentativa já existente que tenha identificado florestas que abrigam concentrações significantes de espécies raras, o que o grupo de trabalho HCVF acha completamente consistente com o HCV1.1. Quando a priorização é apropriada da forma em que se encontra, então o grupo de trabalho HCVF deve descrever claramente como gestores de florestas usarão essa definição.

Para outras prioridades identificadas, o grupo de trabalho HCVF pode ter que adaptá-las a fim de torná-las consistentes com a definição global do HCV. Por exemplo, a regulamentação florestal nacional pode classificar florestas que protegem bacias hidrográficas em diferentes classes de importância. O grupo de trabalho HCVF terá então que decidir quais dessas classes são consistentes com a definição de HCV, e comunicar isso claramente aos gestores de floresta. Por exemplo, florestas prioritárias para a proteção de bacias podem ser comunicadas como: ‘todas as áreas definidas como florestas de categoria WP 1 e WP 2 na Regulamentação Florestal Nacional T/2002 são HCVF’.

Até esse ponto, foi assumido que o método de priorização existe, e que este é apropriado para uso na definição nacional do HCV, ou como ele está, ou com pequenas adaptações. Onde nenhum método de priorização existe para o valor em questão, ou se o mesmo não é apropriado (por exemplo, se esse não levar em consideração mudanças recentes e extensas na cobertura florestal do país), então o grupo de trabalho tem que tomar uma abordagem diferente.

Esse processo envolverá primeiro a especificação de áreas do país (e/ou tipos de habitat ou grupos culturais, ect, dependendo do HCV em questão) que foram identificadas como sendo de maior relevância para um determinado HCV. Por exemplo, vales de rios que são reconhecidos por serem susceptíveis a inundações catastróficas ou secas podem ser listados. Esse passo é em si um produto útil, tendo em vista que este pode

ser utilizado para alertar gestores de florestas se eles poderiam potencialmente ter esse HCV em suas unidades de manejo florestal. Esse processo pode formar uma “**avaliação preliminar**”, permitindo aos gestores de florestas avaliar rapidamente se suas UMF são passíveis de conter HCVs. Isso irá livrar o usuário da necessidade (e custo) de conduzir pesquisas detalhadas para HCVs, que certamente não estão presentes, o que pode ser particularmente útil para gestores de florestas pequenas e de baixo-impacto e para florestas comunitárias. Porém, unidades de manejo florestal contidas nas regiões identificadas teriam que conduzir uma ‘**avaliação completa**’ para determinar se um ou mais HCVs estão realmente presentes em uma área de floresta em particular.

Em seguida, qualquer priorização local ou plano de manejo pode ser aprovado. Continuando com o exemplo de florestas de proteção de bacias hidrográficas, isso incluiria planos de manejo de ampla extensão por toda a bacia. Esses podem então ser avaliados caso a caso, de um modo similar ao descrito para prioridades nacionais, de modo a determinar se esses são apropriados para serem usados para HCVF. Logo eles poderão ser usados para definir o HCV.

A situação final ocorre quando nenhuma metodologia nacional ou local está disponível ou é adequada para definir um HCV. Nesse caso, o grupo de trabalho HCVF terá que desenvolver seus próprios parâmetros e limites para definir um dado valor. O objetivo é produzir resultados similares àqueles produzidos em exercícios de priorização. Isso pode ser convenientemente baseado nas regiões críticas, tipos de habitat ou grupos culturais identificados acima. O Guia oferece instruções sobre critérios simples que podem ser desenvolvidos para se definir HCVs. Continuando com o exemplo de bacias hidrográficas críticas, o critério limite poderá ser ‘todas as florestas presentes na bacia hidrográfica x e toda floresta maior que 100 ha em bacias y e z são HCVFs’.

A Tabela 1.1 pode ser utilizada como uma lista para ajudar a decidir sobre método ou métodos a serem usados para cada HCV ou elemento.

Figura 1.2. Árvore de decisão para uso de informação existente e métodos para definição de HCV ou elementos de HCV

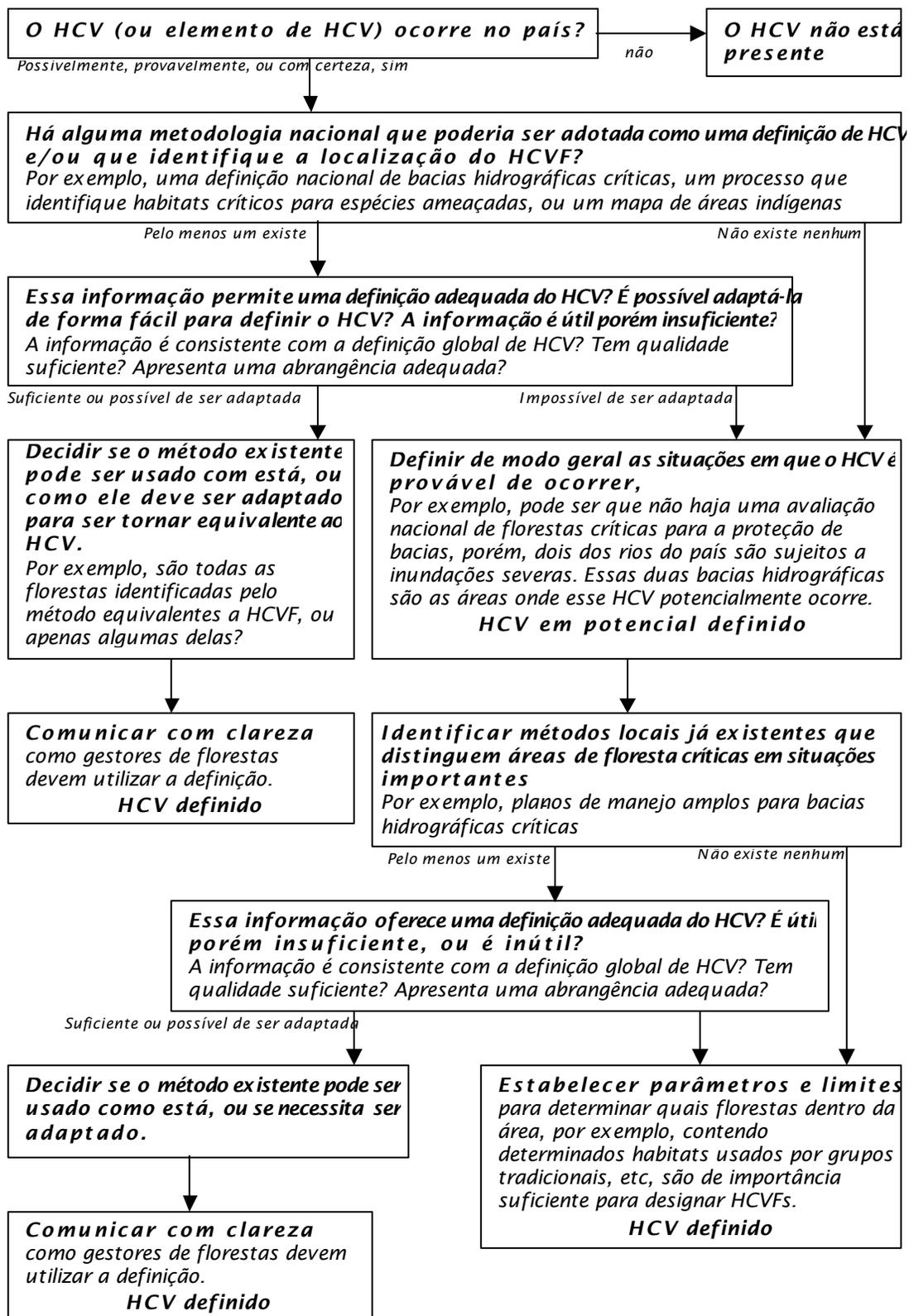


Tabela 1.1 Lista de verificação dos métodos escolhidos para se definir cada HCV ou elemento em um dado processo nacional

HCV (ou elemento de HCV)	Uso de prioridade nacional existente	Uso de prioridade local existente onde HCVF potencialmente ocorre	Estabelecimento de novas prioridades para áreas onde estas não existem
<i>HCV 1 Áreas contendo concentração significativa de valor relativo à biodiversidade em nível global, regional ou nacional</i>			
<i>HCV1.1 Áreas Protegidas</i>			
<i>HCV1.2 Espécies ameaçadas ou em perigo</i>			
<i>HCV1.3 Espécies endêmicas</i>			
<i>HCV1.4 Uso temporal crítico</i>			
HCV2 Áreas florestais extensas, em nível de paisagem, de significância global, regional ou nacional.			
(Sem elementos adicionais)			
HCV3. Áreas florestais inseridas em ou que contenham ecossistemas raros, ameaçados ou em perigo de extinção			
(Sem elementos adicionais)			
HCV4. Áreas florestais que fornecem serviços ambientais básicos em situações críticas			
<i>HCV4.1 Florestas críticas para proteção de bacias hidrográficas</i>			
<i>HCV4.2 Florestas críticas para o controle da erosão</i>			
<i>HCV4.3 Florestas que oferecem barreira aos incêndios destrutivos</i>			
HCV5. Áreas de floresta essenciais para suprir as necessidades básicas de comunidades locais			
(Sem elementos adicionais)			
<i>HCV6. Áreas de floresta críticas para a identidade cultural tradicional de comunidades locais</i>			
(Sem elementos adicionais)			

2 Definindo Altos Valores de Conservação individualmente

Essa seção do Guia tem o objetivo de auxiliar o processo de definição de HCVs e HCVFs ao nível nacional (ou sub-nacional). Cada um dos seis HCVs genéricos é discutido. Para dois desses (HCV1 e HCV4), elementos individuais são especificados para permitir maior clareza no tratamento dos HCVs.

Cada HCV é discutido de acordo com seguintes subtítulos:

- **Introdução.** Inclui uma discussão geral ilustrada com exemplos do que se pretende incluir (e excluir) em cada HCV. Também se distinguem os elementos que formam os HCV1 e HCV4 e explica a importância de cada elemento. Nem todos os elementos serão relevantes para todo país ou área. Por exemplo, o elemento 2 do HCV4 inclui florestas críticas para a proteção contra avalanches severas, o que é muito apropriado para os Alpes Europeus, mas claramente irrelevante para a Amazônia Brasileira.
- **Definindo o HCV.** Uma ferramenta para tomada de decisão é fornecida para cada HCV ou elemento de HCV na forma de uma tabela. Assim como foi descrito na Seção 1.6, a ênfase é dada em como identificar e usar informações existentes para se definir HCV e HCVFs.
- **Exemplos.** Exemplos de definições nacionais (ou sub-nacionais), produzidas usando a metodologia aqui descrita ou um método análogo, são apresentados para cada HCV.

2.1 Definindo HCV1: concentrações significativas de valores de biodiversidade

2.1.1 HCV1.1 Áreas Protegidas

Áreas Protegidas são um componente vital para a conservação da biodiversidade. A rede de áreas protegidas dentro do seu país também afeta as decisões sobre outros HCVs e serão revistas ao longo dessa parte do Guia.

Para esse Guia, áreas protegidas incluem áreas legalmente protegidas, equivalentes às categorias I-V da IUCN³. Áreas que foram propostas para terem status de áreas protegidas pela entidade responsável, mas que ainda não foram anunciadas, devem ser tratadas de forma similar.

É importante notar que alguns tipos de áreas protegidas podem ser consideradas sob outros HCVs. Por exemplo, áreas de bacias hidrográficas definidas legalmente podem ser HCVs sob o HCV4.

Uma questão adicional diz respeito a outras áreas legalmente protegidas (isto é, reservas florestais de produção) e áreas propostas por outras entidades. Em diversos países essa é uma questão complicada, tendo em vista que áreas protegidas podem ser propostas (ou rejeitadas) por diferentes grupos de partes interessadas. Aqui se sugere que essas áreas devam ser tratadas caso a caso, isto é, que elas sejam consideradas HCVFs caso elas contenham alguns dos outros HCVs ou elementos de HCV.

1.1.1 Identificando áreas protegidas já existentes e suas categorias	
Diretriz	<p>Áreas protegidas são normalmente classificadas com base no objetivo de manejo, indo desde áreas que são manejadas principalmente para pesquisa científica e proteção da vida selvagem (Categoria I da IUCN) até aquelas que são manejadas principalmente para o uso sustentável dos ecossistemas naturais (Categoria VI da IUCN). A categoria da área protegida é uma informação importante pois isso irá influenciar as decisões sobre como áreas protegidas poderão ser designadas HCVF.</p> <p>Coletar informações sobre as categorias de áreas florestais protegidas já existentes, designadas pela legislação local, estadual ou nacional apropriada. Áreas que foram propostas com status de área protegida pela entidade responsável, mas que ainda não foram implantadas, devem ser tratadas de forma similar.</p>

³ As definições de áreas protegidas da IUCN podem ser encontradas em <http://wcpa.iucn.org/>

	<i>Seguir para o passo 1.1.2</i>
Fontes de informação	Agências nacionais, estaduais ou locais responsáveis por áreas protegidas ou conservação, IUCN, Sítios do Patrimônio Mundial UNESCO ⁴ , Sítios Ramsar ⁵
1.1.2 Avaliar o quão eficiente é a rede de áreas protegidas	
Diretriz	<p>O grau em que as áreas protegidas são efetivas na conservação da biodiversidade irá influenciar a decisão de critérios. Isso envolve dois aspectos.</p> <p>Ameaças: em alguns países, áreas protegidas são ameaçadas por violações, degradação ou por planos de uso da terra que são incompatíveis com seu status.</p> <p>Representação: a rede de áreas protegidas existentes pode não ser suficiente para manter no país sítios de biodiversidade, habitats ou espécies críticos.</p> <p>Se não há uma avaliação formal, o grupo de trabalho pode consultar biólogos conservacionistas e especialistas em áreas protegidas, ou potencialmente realizar a sua própria avaliação.</p> <p>Seguir para o passo 1.1.3</p>
Fontes de informação	<p>Informações sobre ameaças em áreas protegidas podem ser obtidas com respectivas agências governamentais ou outras entidades de conservação, ONGs conservacionistas e biólogos conservacionistas.</p> <p>Informações sobre a efetividade da rede de áreas protegidas, incluindo revisões recentes dessa rede, análise de lacunas das áreas protegidas, ou a extensão abrangida pelas áreas protegidas pode ser obtida de fontes similares.</p> <p>Caso o grupo de trabalho decida que necessita realizar a sua própria avaliação, então uma análise de lacunas⁶ ou uma análise de ameaças⁷ constituem ferramentas em potencial.</p>

⁴ Informações sobre os Sítios do Patrimônio Mundial podem ser obtidas em <http://www.unesco.org/>

⁵ Mapas das áreas úmidas de importância internacional podem ser obtidas em: <http://www.wetlands.org/>

⁶ A análise de lacunas do WWF é um sistema de identificação de lacunas em redes de áreas protegidas, por meio do uso de um sistema de classificação de terras baseada em características duradouras como um modo de aproximação a vegetação original: Tony Iacobelli, Kevin Kavanagh e Stan Rowe (1994); *A Protected Areas Gap Analysis Methodology*, WWF Canada. Contate tiacobelli@wwfcanada.org ou visite <http://www.wwfcanada.org>

1.1.3 Interpretar e comunicar	
Diretriz	<p>Dependendo da ameaça e efetividade da rede de áreas protegidas já existente, uma das três categorias de áreas protegidas pode ser designada.</p> <p>Áreas protegidas que são inteiramente HCVF: Isso irá normalmente incluir as categorias IUCN mais altas, apesar de que categorias inferiores podem ser incluídas caso a rede de áreas protegidas seja ameaçada ou se tipos críticos de biodiversidade não estão representados. Áreas protegidas individuais com função excepcional de proteção da biodiversidade também podem ser incluídas, mesmo que estejam classificadas em uma categoria inferior da IUCN.</p> <p>Áreas protegidas cujas áreas núcleo sejam HCVF: Algumas áreas protegidas podem conter uma mistura de áreas que são críticas para a proteção da biodiversidade, do meio ambiente, ou de importância cultural excepcional, assim como outras áreas menos importantes. Nesse caso, as áreas ‘núcleo’ identificadas nos planos de manejo da área protegida devem ser consideradas HCVF, enquanto que as demais áreas serão consideradas HCVF somente se elas apresentarem um ou mais dos outros HCVs ou elementos de HCV.</p> <p>Áreas protegidas a serem tratadas como uma área de floresta qualquer: Áreas protegidas sob categorias inferiores de manejo em países onde áreas protegidas oferecem boa representação de habitats de biodiversidade e são seriamente ameaçadas podem ser tratadas como uma área de floresta qualquer, e somente ser consideradas HCVF se elas apresentarem um ou mais dos outros HCVs ou elementos de HCV.</p>
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p><i>Por exemplo, ‘todas reservas e parques nacionais definidos sob a Lei de Proteção à Biodiversidade de 1999, além de áreas núcleo para a biodiversidade designadas em parques naturais, são HCVF’.</i></p>

⁷ A metodologia de análise de ameaça foi desenvolvida para auxiliar a identificação de questões-chave durante pesquisas em ecorregiões. Contate Jason.Clay@wwfus.org ou visite <http://www.worldwildlife.org>

2.1.1.1 Exemplos

Exemplo 1: Indonésia⁸

Definição: Todas áreas protegidas já planejadas, áreas protegidas propostas já em processo legislativo em qualquer nível governamental, Hutan lindung e outras zonas designadas para proteção por qualquer agência governamental, são HCVF.

Exemplo 2: Bulgária⁹

Definição: Áreas protegidas designadas pela Lei de Áreas Protegidas e Lei de Florestas são consideradas HCVMs, a seguir:

- Terras e florestas do fundo florestal (LFFF, do inglês, Lands and forests from the forest fund) em reservas, reservas manejadas, parques nacionais, áreas protegidas e sítios naturais;
- LFFF em parques naturais incluídas em áreas de conservação da biodiversidade, designadas por planos de manejo;
- LFFF em parques naturais sem documentos de manejo;
- LFFF incluídas em áreas protegidas designadas pela Lei de Diversidade Biológica.

2.1.2 HCV1.2: Espécies ameaçadas e em perigo de extinção

Florestas que contêm concentrações de espécies ameaçadas ou em perigo de extinção são certamente mais importantes para a manutenção de valores da biodiversidade do que aquelas que contêm nenhuma ou poucas espécies ameaçadas, simplesmente porque essas espécies são mais vulneráveis à perda contínua de habitats, caça, doenças, etc. O critério 6.2 do FSC aborda de maneira geral a presença de espécies raras, ameaçadas ou em perigo. O elemento de HCV 1.2 inclui proteção adicional para florestas que contêm concentrações excepcionais de espécies raras ou ameaçadas.

1.2.1 Identificando processos já existentes de estabelecimento de sítios

⁸ Exemplo extraído de ‘*Identifying, Managing, and Monitoring High Conservation Value Forests in Indonesia: A Toolkit for Forest Managers and other stakeholders*’. Agosto 2003. Disponibilizado por Jeff Hayward, SmartWood Asia Pacific Program (jhayward@smartwood.org).

⁹ Exemplo extraído de ‘*Identifying, Managing, and Monitoring High Conservation Value Forests in Bulgaria*’. Versão Preliminar de 15 de julho de 2003. Disponibilizado por Zhivko Bogdanov, WWF DCP Bulgaria (zhbogdanov@internet-bg.net).

prioritários para espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção.	
Diretriz	<p>Alguns países já têm processos para identificar sítios de importância excepcional para a conservação de espécies raras, ameaçadas ou em perigo¹⁰.</p> <p>Em outros países, sistemas de priorização podem ser parciais, de modo que estes são limitados a determinadas regiões do país ou limitadas a certos grupos taxonômicos importantes. Esses sistemas ou planos devem ser tratados similarmente ao processo nacional.</p> <p><i>Se o referido processo existe, siga para o passo 1.2.2</i></p> <p><i>Se nenhum processo está disponível, siga para o passo 1.2.4</i></p>
Fontes de informação	<p>Agências governamentais nacionais, estaduais ou locais responsáveis pela conservação da natureza, ONGs.</p> <p>Vários sistemas de priorização que consideram apenas certas áreas chave do país foram realizadas por diferentes ONGs usando métodos ligeiramente diferentes¹¹, além das outras fontes mencionadas acima.</p> <p>Sistemas de priorização que consideram grupos taxonômicos em particular incluem Áreas Importantes para Aves¹² e Áreas Importantes para Plantas¹³, além das fontes mencionadas acima.</p>
1.2.2 Determinar se os sistemas de priorização existentes são suficientes	

¹⁰ Por exemplo, na Comunidade Européia, os países membros têm a responsabilidade de designar sítios de importância excepcional para a proteção de aves, animais e plantas raras e esses locais podem ser incorporados à rede 'Natura 2000' de áreas protegidas.

¹¹ Por exemplo, o WWF utilizou Ecoregion Vision Workshops (<http://www.worldwildlife.org>) e Systematic Conservation Planning (bpressey@ozemail.com.au), a The Nature Conservancy usa 'The Five-S Framework System' (<http://nature.org>), etc.

¹² A BirdLife International oferece mapas e listas de Áreas Importantes para Aves (IBAs, Important Bird Areas). O nível atual de cobertura varia entre regiões, e dentro de regiões em um mesmo país. Informação (incluindo fontes de dados), podem ser encontrados em <http://www.birdlife.net/sites/index.cfm> e para a América do Norte em <http://www.audubon.org/bird/iba/index.html>

¹³ Informações sobre Áreas Importantes para Plantas (IPAs) na Europa podem ser encontradas em Plantlife: <http://www.plantlife.org.uk>

Diretriz	<p>Qualidade: uma análise de priorização adequada deve levar em conta mudanças recentes no status de conservação da espécie, assim como pesquisas biológicas ou inventários recentes. Isso também terá que avaliar a escala em que a espécie é considerada rara (isto é, uma espécie pode ser nacionalmente comum, e ainda assim ser considerada criticamente em perigo em outro local. Outra ainda pode ser rara no país e ainda assim globalmente comum etc).</p> <p>Abrangência: uma definição de sítios prioritários adequada deve também cobrir uma variedade de grupos taxonômicos adequada. Na prática, é impossível considerar todos os grupos taxonômicos devido à ausência de informação ou dificuldades na identificação. Porém, uma metodologia que considere somente um grupo (mamíferos) pode não ser considerada suficiente em um país onde outros grupos (aves, árvores) também são conhecidos como de alta importância para a conservação.</p> <p>Consistência com a definição do HCV: todas as áreas prioritárias devem conter populações ou sub-populações de espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção, e devem excluir sítios que protegem espécies que são características, mas que não possuem alto status para conservação, ou que contém apenas uma ou poucas espécies que são relativamente de baixa importância para a conservação (por exemplo, 'vulnerável').</p> <p>Onde mais de um sistema de prioridades existe, é necessário escolher entre eles, ou combinar seus resultados de alguma forma (por exemplo, incluindo todos os sítios priorizados pelos diferentes sistemas, ou somente os sítios priorizados por ambos sistemas ao mesmo tempo).</p> <p>Se os sistemas forem suficientes, siga para o passo 1.2.3</p> <p><i>Se não, quer para partes do país ou para grupos taxonômicos importantes não são abrangidos pelos planos de priorização existentes de áreas florestais, siga para o passo 1.2.4</i></p>
1.2.3 Interpretar e comunicar	
Diretriz	Aceitar os sítios identificados pelo método de priorização (ou categorias prioritárias em particular, se mais de uma é apresentada) como HCVF.
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p>Deve ser comunicado de maneira clara para os gestores de florestas. Por exemplo, 'todas as áreas de florestas identificadas como de prioridade máxima para conservação de espécies pelo 'plano nacional de conservação de espécies' são HCVF'.</p>
1.2.4 Determinar se há alguma espécie em particular cuja presença por si só constitui um HCV	

Diretriz	<p>Isso deve normalmente ser o caso somente para espécies de importância internacional excepcional (por exemplo, gorila da montanha, panda gigante, rinoceronte de Java), onde a legislação existente e a rede de áreas protegidas atual não são suficientes para sua proteção. Trata-se de espécies com o mais alto status internacional de conservação (por exemplo, o ' criticamente em Perigo ' da IUCN).</p> <p>Para espécies de status de conservação crítico, a presença de um único casal reprodutivo, ou mesmo a ocorrência freqüente da espécie sem reprodução, pode ser suficiente para garantir a designação de HCVF, apesar de que um limite mais alto pode ser determinado, caso apropriado.</p> <p><i>Siga para o passo 1.2.5</i></p>
Fontes informação	Listas nacionais de conservação que freqüentemente incluem as categorias de espécies ameaçadas da IUCN, Livros Vermelhos da IUCN ¹⁴ e Apêndices I e II do CITES ¹⁵
<p>1.2.5 Identificar tipos de habitats críticos que são conhecidos por terem concentrações excepcionais de espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção</p>	
Diretriz	<p>A maneira mais eficiente de identificar concentrações de espécies notáveis pode ser encontrar os habitats que as abrigam. Se isso não der certo, será necessário buscar por essas concentrações de espécies diretamente.</p> <p>Algumas partes do país podem ser reconhecidas por conterem concentrações significativas de espécies raras, ameaçadas ou em perigo identificadas nos passos 1.2.4 e 1.2.5, de modo que determinados tipos de florestas nessas áreas serão especialmente críticos¹⁶. Em outros países, a informação pode estar ausente, ou concentrações de espécies raras, ameaçadas ou em perigo, podem ser encontradas em diversos tipos de habitats, ou na maior parte</p>

¹⁴ Listas Vermelhas de Espécies Ameaçadas da IUCN podem ser encontradas em: <http://www.iucn.org>

¹⁵ CITES (Convention on International Trade in Endangered Species). As espécies listadas no Apêndice I e II podem ser encontradas em: <http://www.cites.org>

¹⁶ Exemplos de áreas específicas e tipos de florestas em um país podem incluir:

- Na Costa Rica, as florestas Talamancan, que se estendem das terras baixas do oeste até as montanhas do interior, são um dos tipos de montanha mais diversas na América Central, além de conter várias espécies ameaçadas.
- Na Espanha, florestas de coníferas em montanha e florestas mistas temperadas contêm metade de todas as espécies registradas na Espanha, incluindo várias que estão ameaçadas ou em perigo.

	<p>do país.</p> <p><i>Se tipos de habitat específicos ou áreas do país podem ser identificados, siga para o passo 1.2.3</i></p> <p><i>Se nada pode ser identificado, siga para o passo 1.2.7</i></p>
Fontes de informação	Agências nacionais, estaduais e locais responsáveis por conservação, biólogos conservacionistas e ONGs. Avaliação global de tipos de habitats críticos.
1.2.6 Definir quando exemplos desses tipos de habitats poderiam constituir HCVFs	
Diretriz	<p>Mesmo considerando tipos de habitats ou regiões do país que são em geral reconhecidos por conterem concentrações excepcionais de espécies raras, ameaçadas ou em perigo, nem todas as florestas irão na verdade ser relevantes. Para que uma área individual de floresta contenha HCVs, irá depender de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • quão bem a legislação existente e a atual rede de áreas protegidas protegem espécies raras, ameaçadas ou em perigo; • o tamanho individual desses habitats específicos; • as condições desses habitats (por exemplo, a proporção da área de floresta que é formada por obras de infraestrutura como estradas ou assentamentos, estrutura da comunidade florestal, composição de espécies, etc); • <i>o contexto em que um habitat em particular se enquadra na paisagem (por exemplo, áreas adjacentes a, ou que conectam grandes áreas protegidas, ou manchas de floresta em uma paisagem agrícola dominante, são mais prováveis de serem críticas para a manutenção de concentrações de espécies de importância para conservação, do que florestas que não se encontram em nenhuma dessas situações.</i>
Fontes de informação	Biólogos conservacionistas
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p>Por exemplo, 'todas as áreas de floresta temperada natural na região x que possuem no mínimo 100 ha e todas as florestas acima de 1000 m de altitude nas regiões y e z, são consideradas HCVFs'</p>
1.2.7 Decidir quais populações ou associações das espécies identificadas constituem uma concentração significativa	
Diretriz	Associações que se qualificam como HCVs podem incluir qualquer grande concentração de espécies de importância para conservação. A interpretação nacional precisará oferecer diretrizes sobre o

	<p>tamanho que essas associações devem ter para que possam ser consideradas um HCV. A definição precisará ser flexível suficiente para levar em conta os tamanhos de populações de uma determinada espécie (grandes populações são mais importantes), e a variação de concentrações de espécies raras que podem ser encontradas em diferentes florestas do país.</p> <p>As associações também podem incluir grupos de interesse científico ou ecológico. Por exemplo, a presença de uma comunidade completa de espécies, com funções ecológicas críticas (por exemplo, predadores de topo de cadeia) ou status evolutivo (por exemplo, um grupo de espécies raras de parentesco próximo) que inclua diversas espécies ameaçadas ou em perigo pode ser considerada de importância excepcional e portanto, merece um status de HCV.</p> <p>Pode ser útil o fornecimento de diretrizes sobre quais informações um gestor de florestas deverá coletar para determinar se sua UMF contém esse HCV em particular. Isso pode incluir informações sobre quais espécies ou grupos taxonômicos em particular devem ser pesquisados.</p>
Fonte de informação	<p>A legislação nacional (ou estadual) irá designar espécies ameaçadas ou em perigo. Além disso, vários países possuem órgãos responsáveis pela avaliação do status de conservação das espécies (por exemplo, COSEWIC no Canadá), ou que são autoridades respeitadas em biodiversidade (por exemplo, NatureServe e Infonatura¹⁷). Mapas de planejamento para conservação podem estar disponíveis em agências do governo, ONGs e institutos de pesquisa locais. Biólogos conservacionistas em particular podem também ser aptos a oferecer informações úteis.</p>
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p><i>Por exemplo, 'Qualquer floresta que contenha no mínimo um par da espécie b ou c, e/ou possua populações de no mínimo seis das espécies listadas no apêndice em anexo, contém um HCV, e a área florestal crítica para a manutenção dessas espécies (por exemplo, sítios de reprodução e habitats críticos para alimentação) constitui um HCVF'.</i></p>

¹⁷ A NatureServe oferece busca a banco de dados além de outras informações sobre a distribuição de espécies e ecossistemas na América do Norte (www.natureserve.org) e distribuição de aves e mamíferos na América Latina em www.infonatura.org

2.1.2.1 Exemplos

Exemplo 1: Bulgária

Definição: Uma lista de 11 espécies raras e 1 grupo taxonômico e seus respectivos limites populacionais foram produzidos – uma floresta contendo qualquer um desses itens é uma HCVF.

Exemplo 2: Indonésia

Definição: A presença de qualquer floresta contendo espécies listadas como ‘criticamente em perigo’ na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN ou no Apêndice I do CITES, e qualquer espécie apontada como de importância excepcional para a conservação por um consenso de partes interessadas capacitados.

2.1.3 HCV1.3: Espécies endêmicas

Espécies endêmicas são aquelas confinadas a uma área geográfica específica. Quando essa área é restrita, a referida espécie tem importância especial para conservação¹⁸. Através das interpretações nacionais deve-se decidir quais espécies são consideradas endêmicas em florestas para as quais a padronização se aplica. Pelo fato de que fronteiras biológicas raramente seguem fronteiras políticas, em alguns casos algumas serão incluídas espécies cuja distribuição geográfica se sobrepõe apenas parcialmente à área a que a padronização se aplica.

1.3.1 Identificar sistemas já existentes para o estabelecimento de sítios prioritários para espécies endêmicas

Diretriz

Os sítios prioritários já estabelecidos para espécies endêmicas podem ser em nível nacional, ou podem ser específicos para determinadas áreas do país, ou mesmo limitados a poucos grupos taxonômicos.

Siga para o passo 1.3.2

¹⁸ Certamente, a escala em que se considera a distribuição geográfica de espécies (por exemplo, país, região, ecorregião ou biorregião) é fundamental para determinar endemismo. Por exemplo, entre os mognos verdadeiros, uma espécie (*Switenia mahogoni* – mogno cubano) é endêmica das ilhas do Caribe, enquanto que outra espécie (*Switenia macrophylla* – mogno de folha larga) tem uma ampla distribuição natural, indo do México até o sul da bacia Amazônica. Há várias definições técnicas de “endêmica” (por exemplo, espécie com uma distribuição global de menos de 50.000 km²; espécies em que mais de 75% da população está contida em uma única ecorregião), sendo que nenhuma delas é universalmente aceita. Os usuários do Guia devem, portanto, utilizar a informação existente, como avaliações de sítios prioritários para endemismo e listas nacionais de espécies endêmicas, quando disponíveis.

Fontes de informação	<p>Sistema nacional de áreas prioritárias podem estar disponíveis nos órgãos governamentais responsáveis pela conservação da natureza, biólogos conservacionistas ou ONGs.</p> <p>Planos de prioridades limitados a determinadas partes do país podem estar disponíveis em ONGs¹⁹..</p> <p>Sítios importantes para aves endêmicas estão disponibilizados pela BirdLife International²⁰.</p> <p>Publicações de fontes locais como mapas de áreas prioritárias para conservação, flora, classes de vegetação e textos zoológicos oferecem informações sobre importantes centros nacionais de endemismo.</p>
1.3.2 Determinar se as prioridades existentes são suficientes	

¹⁹ Sítios prioritários para espécies endêmicas em uma determinada área do país podem ter sido identificados por, por exemplo, WWF (ex., Ecoregion Vision Workshops, Systematic Conservation Planning), The Nature Conservancy (ex., The Five-S Framework), Conservation International, assim como por ONGs locais.

²⁰ A BirdLife International definiu 218 áreas ao redor do mundo como sendo de importância excepcional para espécies endêmicas de aves. Um detalhado relatório sobre as 218 Áreas para Aves Endêmicas (EBAs): Alison J. Stattersfield, Michael J. Crosby, Adrian J. Long and David C. Wege (1998). Endemic Bird Areas of the World. BirdLife International. Ver também <http://www.birdlife.net>

Diretriz	<p>Qualidade: uma análise (ou análises) de priorização adequada deverá levar em conta mudanças recentes na cobertura florestal, taxonomia e pesquisas biológicas.</p> <p>Abrangência: os sítios prioritários também devem cobrir uma variedade taxonômica adequada. Na prática, é impossível considerar todos os grupos taxonômicos devido à ausência de informação ou dificuldade de identificação em alguns grupos. Porém, um sistema que considere apenas um grupo (por exemplo, aves) pode não ser considerado suficiente em um país onde outros grupos, como peixes de água doce ou orquídeas, também são reconhecidos pelos altos níveis de endemismo.</p> <p>Consistência com a definição de HCV: todos os sítios prioritários devem conter concentrações significativas de espécies endêmicas.</p> <p>Onde mais de um sistema de prioridades existe, é necessário escolher entre eles, ou combinar seus resultados de alguma forma (por exemplo, incluindo todos os sítios priorizados pelos diferentes sistemas, ou somente os sítios priorizados por ambos sistemas simultaneamente).</p> <p>Se os sistemas forem suficientes, siga para o passo 1.3.3</p> <p><i>Se não, ou para partes do país não abrangidas por planos de priorização de florestas, siga para o passo 1.3.4</i></p>
1.3.3 Interpretar e comunicar	
Diretriz	Aceitar os sítios identificados pelo sistema de priorização (ou sistemas específicos) como HCVF.
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p><i>Por exemplo, 'todas as áreas florestais identificadas como alta prioridade para conservação de espécies endêmicas pelo 'plano nacional de conservação de espécies endêmicas', são HCVF'.</i></p>
1.3.4 Especificar habitats críticos que são reconhecidos por conterem concentrações excepcionais de espécies endêmicas	
Diretriz	<p>A maneira mais eficiente de identificar concentrações de espécies notáveis pode ser encontrar os habitats que as abriguem. Se isso não der certo, será necessário buscar por essas concentrações de espécies diretamente.</p> <p>Algumas partes do país podem ser reconhecidas por conterem concentrações significativas de espécies endêmicas, de modo que determinados tipos de florestas nessas áreas são críticos²¹. Porém,</p>

²¹ Exemplos de áreas específicas e tipos de floresta em determinados países podem incluir:

	<p>em outros países, a informação pode estar ausente, ou concentrações de espécies endêmicas podem ser encontradas em diversos tipos de habitats, ou na maior parte do país.</p> <p><i>Se tipos de habitat específicos ou áreas do país podem ser identificados, siga para o passo 1.3.5</i></p> <p><i>Se nada pode ser identificado, siga para o passo 1.3.6</i></p>
Fontes de informação	<p>Avaliações globais de áreas que contém concentrações de endemismos estão disponibilizadas pelo WWF Global 200 Ecoregions²² e pelos ‘hotspots’²³ da Conservation International.</p> <p>Avaliações locais podem estar disponíveis em órgão nacionais, estaduais ou locais responsáveis pela conservação, ou por biólogos conservacionistas e ONGs.</p>
<p>1.3.5 Determinar quando certos tipos de habitats podem constituir potenciais HCVFs</p>	
Diretriz	<ul style="list-style-type: none"> • Mesmo em habitats e regiões de um país que são reconhecidos por conterem concentrações excepcionais de espécies endêmicas, nem todas as florestas irão conter na realidade concentrações significantes. Os pontos seguintes devem ser considerados: • quão bem a legislação existente e a atual rede de áreas protegidas protegem espécies endêmicas; • o tamanho mínimo que um determinado ecossistema deve possuir para poder ser considerado um HCV • as condições que poderiam permitir a classificação desses ecossistemas como HCVs (por exemplo, a proporção da área

- As florestas úmidas das ilhas Molucas, Indonésia, as quais possuem uma alta densidade de espécies endêmicas quando comparadas a qualquer outra área terrestre no mundo.
- Florestas temperadas decíduas mistas na Turquia, as quais contém assembléias altamente diversas em plantas, vertebrados e invertebrados, muitos dos quais endêmicos.
- Florestas úmidas ao sul do Western Ghats na Índia, que contém diversas espécies endêmicas, incluindo 84 anfíbios que são encontrados apenas na Índia.

²² WWF Global 200 Ecoregions. Ecorregiões globalmente importantes baseadas em riqueza de espécies; endemismo; singularidade taxonômica; fenômenos ecológicos ou evolutivos e raridade global dos principais tipos de habitats. Informações podem ser encontradas em <http://www.panda.org>

²³ Os ‘hotspots’ da Conservation International são áreas que apresentam níveis extraordinários de endemismo e que têm sofrido perdas de habitats em taxas elevadas. Informação disponível em www.conservation.org

	<p>de floresta que é formada por obras de infraestrutura como estradas ou assentamentos, estrutura da comunidade florestal, composição de espécies, etc);</p> <ul style="list-style-type: none"> o contexto em que um habitat em particular se enquadra na paisagem (por exemplo, habitats naturalmente isolados como ilhas, grupos de montanhas isoladas ou afloramentos de tipos de rocha raros que frequentemente contêm altos níveis de endemismo).
Fontes de informação	Órgãos do governo responsáveis pela conservação da natureza, ONGs, biólogos conservacionistas
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p>Por exemplo, ‘todas as áreas de floresta nativa sobre calcário na região x que tenham área de no mínimo 100 ha, e todas as florestas situadas em um raio de 500 m de pastos alpinos nas regiões y e z, são HCVFs’</p>
<p>1.3.6 Decidir quantas espécies, e suas respectivas populações, irão constituir uma concentração significativa</p>	
Diretriz	<p>O estabelecimento de limites deve levar em conta quatro fatores chave:</p> <ul style="list-style-type: none"> o número de espécies que uma floresta contém: isso seria normalmente uma indicação de uma proporção significativa de espécies endêmicas nos grupos identificados acima no passo 1.3.4; o status de conservação das espécies envolvidas – espécies ameaçadas devem ser consideradas como de importância superior o tamanho da população: grandes populações ou sub-populações devem ser consideradas. a variação na concentração de espécies endêmicas que podem ser encontradas nas diversas florestas do país. <p>Pode ser útil o fornecimento de diretrizes sobre quais informações um gestor de florestas deverá coletar para determinar se sua UMF contém esse HCV em particular. Isso pode incluir informações sobre quais espécies ou grupos taxonômicos em particular devem ser pesquisados.</p>
Fontes de informação	Órgãos do governo responsáveis pela conservação da natureza, ONGs, biólogos conservacionistas
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p>Esse HCVF pode ser comunicado como ‘qualquer floresta com populações reprodutivas de no mínimo x primatas endêmicos é</p>

	considerada uma HCVF'.
--	------------------------

2.1.3.1 Exemplos

<p>Exemplo 1: Bulgária</p> <p>Definição: Uma lista de espécies endêmicas com limites de tamanhos populacionais para cada espécie foi produzida – uma floresta contendo qualquer uma dessas espécies é uma HCVF.</p>

2.1.4 HCV 1.4: Concentrações temporais críticas

Esse elemento é designado para assegurar a manutenção de concentrações importantes de espécies que usam a floresta apenas em certas ocasiões ou determinadas fases da sua história de vida. Isso inclui sítios de reprodução, sítios de inverno, sítios de migração, rotas migratórias, ou corredores (latitudinais ou altitudinais).

1.4.1 Identificar métodos já existentes para designação de sítios prioritários de uso temporal crítico	
Diretriz	<p>Alguns países já possuem métodos para definição de sítios de importância excepcional para espécies migratórias, ou outras espécies que sejam dependentes de determinadas áreas florestais em épocas do ano específicas.</p> <p><i>Se um método de priorização já existe, siga para o passo 1.4.2</i></p> <p><i>Se não existe nenhum método, siga para o passo 1.4.4</i></p>
Fontes de informação	<p>Informações sobre Áreas Importantes para Aves (IBAs) podem ser obtidas da BirdLife International²⁴ ou da Audubon Society²⁵. Órgãos nacionais ou locais responsáveis por questões relacionadas à vida selvagem podem informar sobre áreas importantes em nível nacional, assim como as necessidades migratórias de espécies ameaçadas ou em perigo. Mapas de áreas prioritárias para conservação podem ser disponibilizados por pesquisadores ou ONGs da região.</p>
1.4.2 Determinar se as priorizações existentes são suficientes	

²⁴ A BirdLife International oferece mapas e listas de Áreas Importantes para Aves (IBAs). O nível atual de cobertura varia entre regiões, e dentro de regiões em um mesmo país. Informação (incluindo fontes de dados), podem ser encontrados em <http://www.birdlife.net/sites/index.cfm>

²⁵ Audubon Society. Informações sobre Áreas Importantes para Aves na América do Norte podem ser encontradas em: <http://www.audubon.org/bird/iba/index.html>

Diretriz	<p>Qualidade: uma análise de priorização adequada deve levar em conta mudanças na importância de sítios, baseando-se em toda perda recente de habitats temporários críticos, ou em mudanças no status de conservação da espécie que utiliza esses habitats.</p> <p>Abrangência: deve levar em consideração um número adequado de grupos taxonômicos (aves e mamíferos, por exemplo), assim como uma variedade apropriada de usos críticos, os quais podem incluir sítios críticos para reprodução, sítios de inverno, sítios de migração, rotas migratórias ou corredores (latitudinais ou altitudinais).</p> <p>Consistência com a definição do HCV: todas as áreas prioritárias devem conter concentrações críticas de espécies ao longo de no mínimo uma parte do ano (em alguns casos, o uso pode não ser anual, por exemplo, quando campos de alimentação de inverno são utilizados somente durante invernos severos, eles podem ainda sim ser críticos para a manutenção de populações). Sítios que são utilizados por um pequeno número de indivíduos ou de espécies (as quais devem ser mantidas sobre outro critério de manejo florestal) devem ser excluídos.</p> <p>Onde mais de um sistema de prioridades existe, é necessário escolher entre eles, ou combinar seus resultados de alguma forma (por exemplo, incluindo todos os sítios priorizados pelos diferentes sistemas, ou somente os sítios priorizados por ambos sistemas ao mesmo tempo).</p> <p>Se os sistemas forem suficientes, siga para o passo 1.4.3</p> <p><i>Se não, ou no caso de para partes do país não abrangidas por planos de priorização de florestas, siga para o passo 1.4.4</i></p>
1.4.3 Interpretar e comunicar	
Diretriz	Aceitar os sítios identificados pelo sistema (ou sistemas) de priorização como HCVF.
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p><i>Por exemplo ‘todos os sítios designados como sendo ‘sítios críticos para reprodução’ ou ‘campo de alimentação de inverno para ungulados’, pela regulamentação estadual da vida selvagem, são HCVF’</i></p>
1.4.4 Determinar feições da paisagem ou características de habitat que tendem a se correlacionar com concentrações temporais de espécies	
Diretriz	<p>Considerar os requerimentos de habitat das espécies:</p> <ul style="list-style-type: none"> • em relação aos padrões internacionais de migração, quando uma grande proporção da população regional ou global da

	<p>espécie usa o país;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espécies que dependem de recursos disponíveis sazonalmente (por exemplo, alimento ou sítios de reprodução). <p>Alguns habitats ou determinados habitats em certas partes do país podem ser reconhecidos por conterem concentrações temporais críticas de espécies. Um exemplo de feições da paisagem que podem indicar um HCV 1.4 pode ser uma área florestal que seja conectada a duas outras áreas (como por exemplo, áreas protegidas) que contenham concentrações de espécies raras, e que poderia atuar como uma rota migratória entre esses fragmentos. Por exemplo, uma concessão florestal entre duas áreas que contém tigres, elefantes e outros mamíferos ameaçados, poderia ser um importante corredor de migração. Um exemplo de característica de habitat que indica uma concentração temporal significativa de espécies poderia ser uma floresta que contém diversas fontes de sal, que são usados por várias espécies animais das áreas adjacentes.</p> <p><i>Siga para o passo 1.4.5</i></p>
Fontes de informação	Órgãos nacionais e locais responsáveis por questões ligadas à vida selvagem, biólogos conservacionistas e ONGs.
1.4.5 Determinar quando esses tipos de habitat podem constituir HCVs	
Diretriz	<p>Mesmo em habitats e regiões de um país que são reconhecidos por conterem concentrações temporais excepcionais de espécies, nem todas essas florestas irão realmente conter essas concentrações. Logo, os pontos seguintes devem ser considerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • quão bem a legislação existente e a atual rede de áreas protegidas protegem essas espécies • qual proporção das populações nacional, regional ou global o sítio mantém • qual o tamanho mínimo que um determinado ecossistema deve possuir para poder ser considerado um HCV • as condições que poderiam permitir a classificação desses ecossistemas como HCVs (por exemplo, a proporção da área de floresta que é formada por obras de infraestrutura como estradas ou assentamentos, estrutura da comunidade florestal, a composição de espécies, etc); • <i>o contexto em que um habitat se enquadra na paisagem (por exemplo, áreas adjacentes a, ou que conectam grandes áreas protegidas, ou ainda, manchas de floresta em uma paisagem agrícola dominante, são mais prováveis de serem críticas para a manutenção de concentrações temporais de espécies do que florestas que não se encontram em nenhuma dessas situações.</i>

Produto	<i>HCVF definida</i> Este poderia ser comunicado com clareza, como por exemplo, 'todas as florestas ripárias na região x que têm área de no mínimo 100 ha, são HCVFs'
---------	--

2.1.4.1 Exemplos

Exemplos de produtos para o HCV1.4
<p>Exemplo 1: Indonésia Definição: Uma concentração significativa de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espécies de aves migratórias paleárticas, ou espécies determinadas por listagens produzidas por autoridades independentes; ou • Uma característica de habitat (por exemplo, fontes de sal; grande concentração de figueiras estranguladoras; corredores de migração de elefantes) que podem ser usados por diversos taxa, ou por uma grande proporção da população local de uma única espécie, confirmada pelo conhecimento local ou indígena. <p>Apenas gestores de florestas cuja UMF contém extensas áreas de mangues, florestas em brejos de água doce e florestas de brejo com turfa, florestas ripárias, ou uma das feições de habitat listadas, necessitam conduzir pesquisas biológicas para determinar a importância dessas áreas.</p> <p>Exemplo 2: Bulgária Definição: Uma floresta contendo uma grande concentração permanente ou temporária de espécies, ou um refúgio de importância crítica para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concentrações de aves migratórias • Locais de reprodução do galo silvestre europeu Capercaillie (<i>Tetrao urogallus</i>). • Colônias de morcegos • Áreas migratórias de reprodução para peixes • Áreas de reprodução para veados

2.2 Definindo HCV2: Florestas extensas em nível de paisagem

Esse HCV inclui florestas que estão em (ou perto de) o que pode ser chamada uma condição 'natural' ou livre de perturbações ao longo de uma grande extensão. Essas florestas têm um completo grupo de espécies que são próprias desse habitat. É importante também que elas sejam grandes o suficiente e manejadas em baixa intensidade, de modo que os processos ecológicos naturais continuem ocorrendo – como por exemplo, incêndios naturais e outras catástrofes que beneficiam espécies pioneiras, oscilações populacionais cíclicas, movimentos sazonais ou agrupamentos, e assim por diante. A área e o grau de 'naturalidade' que são requeridos para que uma floresta possa ser designada uma HCVF irá variar de país para país, dependendo da cobertura florestal remanescente, e do modo com que os humanos se utilizaram da floresta ao longo da história.

2.1 Identificar sítios prioritários existentes para manutenção de paisagens florestais	
Diretriz	Podem ser incluídas áreas protegidas criadas para preservar paisagens naturais amplas, assim como 'florestas naturais intactas' ²⁶ <i>Se esse sistema de priorização já existe, siga para o passo 2.2</i> <i>Se não, siga para o passo 2.4</i>
Fontes de informação	Órgãos do governo nacional, estadual e local, responsáveis por áreas protegidas e conservação. Mapas e descrições de florestas naturais intactas estão disponíveis para alguns países no Global Forest Watch ²⁷ .
2.2 Determinar se o sistema existente é suficiente	

²⁶ Por exemplo, na Rússia, o Global Forest Watch definiu 'floresta natural intacta' como sendo áreas florestais de no mínimo 50.000 ha desprovidas de infraestrutura e não afetadas por exploração florestal, agricultura, etc. (Global Forest Watch Russia (2002), 'Atlas of Russia's Intact Natural Forest Landscapes').

²⁷ Global Forest Watch (www.globalforestwatch.org).

Diretriz	<p>Qualidade: uma análise de priorização adequada deve ter levado em conta mudanças recentes na cobertura florestal.</p> <p>Consistência com a definição de HCV: os sítios prioritários devem excluir áreas extensas de floresta que não são de caráter excepcional em um contexto global, regional ou nacional, assim como amplas áreas florestais onde a maioria das espécies não é de ocorrência natural.</p> <p><i>Se é suficiente, siga para o passo 2.3</i></p> <p><i>Se não, ou para partes do país não abrangidas por planos de priorização de florestas, siga para o passo 2.4</i></p>
2.3 Interpretar e comunicar	
Diretriz	Aceitar os sítios prioritários (ou determinadas categorias de prioridades, caso ocorra mais de uma) como uma HCVF.
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p>Este deve ser comunicado de maneira clara para gestores de florestas. Por exemplo, ‘todas as áreas de floresta identificadas como paisagens prioritárias no mapa x e todas áreas protegidas de Categoria A, são HCVF.’</p>
2.4 Identificar paisagens florestais relevantes a partir de mapas de cobertura florestal	
Diretriz	<p>Mapas de cobertura florestal devem ser recentes e disponibilizados em resolução suficiente para que a fragmentação possa ser distinguida (causada por estradas ou assentamentos, por exemplo). O próximo passo será a escolha de critérios para identificação de paisagens florestais significativas^{28,29}. Os critérios irão depender de quão comuns e seguras são as áreas florestais extensas no país, e irão normalmente incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tamanho: Normalmente, dezenas de milhares de hectares. O tamanho mínimo limite em um país será influenciado pelo contexto nacional ou regional. Por exemplo, se o território é pequeno, a proporção de florestas naturais remanescentes

²⁸ Se os recursos permitirem, isso poderá ser feito de uma maneira espacialmente explícita, resultando em mapas de florestas extensas ao nível de paisagem. Detalhes de um método análogo usado pelo Global Forest Watch para identificar ‘florestas naturais intactas’, incluindo os critérios utilizados, estão disponíveis em www.globalforestwatch.org

²⁹ Pode ser mais apropriado avaliar diferentes zonas ecológicas (por exemplo, ecorregiões) separadamente, dependendo da informação disponível, o tamanho e a complexidade do país e quando houver diferenças consideráveis (de causas naturais ou antrópicas) nos padrões de cobertura florestal, de modo que as paisagens florestais mais relevantes de cada tipo sejam escolhidas.

	<p>será pequena, ou onde há poucas áreas protegidas, o tamanho mínimo poderá reduzido (ver também o passo 2.6).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fragmentação: Atividades antrópicas recentes como estradas, desmatamento para oleodutos ou gasodutos, devem ser considerados. Essa fragmentação pode ter um efeito dramático na sustentabilidade ecológica das florestas ao restringir o movimento ou dispersão de determinadas espécies, assim como na redução de habitat disponível para espécies mais sensíveis. Quando há poucas manchas de floresta natural não fragmentada no país, pode ser decidido que algumas das florestas menos fragmentadas poderão ser escolhidas. • Condição: esse parâmetro pode ser avaliado através da definição de padrões de distúrbios que ocorrem nos diferentes tipos de floresta, além da composição de espécies, estrutura da comunidade florestal, composição de habitats, e grau de ausência de espécies exóticas, os quais devem ser suficientes para permitir a manutenção da maioria das espécies de ocorrência natural. Quando há pouca ou nenhuma floresta no país que pode ser considerada isenta de alterações antrópicas severas, o grupo de trabalho pode decidir escolher as florestas menos perturbadas que ainda existem. <p>Em alguns casos, apesar de existirem extensas áreas de florestas, paisagens florestais significativas não serão facilmente notadas (por exemplo, onde não há grandes ameaças às extensas áreas florestais existentes, ou onde as atividades antrópicas são relativamente uniformes).</p> <p>Além disso, pode ser que nenhuma área onde ‘a maioria ou todas espécies nativas ocorrem em padrões naturais de distribuição e abundância’, exista no país (no Reino Unido, por exemplo), e que nesse caso esse HCV não está presente.</p> <p>Se nenhuma área de destaque é evidente, escolha o passo 2.5 ou o passo 2.6</p>
Fontes de informação	Órgãos ou departamentos do governo responsáveis pelas florestas ou conservação, instituições de sensoriamento remoto, biólogos conservacionistas, ONGs. Fontes internacionais incluem o Global Forest Watch e, nos trópicos, o The Tropical Rain Forest Information Centre ³⁰ .
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p><i>Esse pode incluir mapas ou critérios simples, como ‘qualquer floresta na região x que seja inteiramente ou parte de uma área florestal de no mínimo 50.000 ha, e que inclua menos de x % de</i></p>

³⁰ O The Tropical Rain Forest Information Centre (TRFIC) fornece mapas de cobertura florestal para várias áreas localizadas nos trópicos: <http://www.bsrsi.msu.edu/trfic>

	<i>plantações, é uma HCVF’.</i>
2.5 Utilizar áreas protegidas como áreas focais para a definição de florestas extensas ao nível de paisagem	
Diretriz	Um modo de definir florestas extensas ao nível de paisagem é usar áreas protegidas como enfoque, tendo em vista que as áreas protegidas são mais prováveis de terem sido identificadas como unidades de paisagem relevantes, além de serem provavelmente seguras. O grupo de trabalho pode decidir quais áreas protegidas (ou categoria de áreas protegidas) que possuem ampla cobertura de vegetação natural e tamanho suficiente para potencialmente conter a maioria, senão todas as espécies de ocorrência natural. O grupo de trabalho pode então decidir que irá definir esse HCV como: <ul style="list-style-type: none"> • áreas protegidas extensas que não estão completamente definidas como uma HCVF com base no HCV1.1; ou • unidades de manejo florestal adjacentes a áreas protegidas extensas, que em conjunto com essas áreas protegidas constituem uma extensa área florestal ao nível de paisagem.
Fontes de informação	Órgãos do governo nacional, estadual ou local responsáveis por áreas protegidas ou conservação, ONGs, Ramsar, UNESCO
Produto	<i>HCVF definida</i> <i>Por exemplo, ‘as áreas protegidas x e y juntas com as unidades de manejo florestal adjacentes, constituirão juntas uma HCVF’</i>
2.6 Escolher populações de ‘espécies guarda-chuva’, as quais indicarão um HCV2	
Diretriz	‘Espécies guarda-chuva’ são aquelas com requerimentos ecológicos conhecidos, as quais podem ser usadas como indicadores da condição do habitat. Nesse contexto, a presença de populações de espécies com grande variedade de requerimentos (como predadores de topo de cadeia ou outros grandes mamíferos) pode ser usada para indicar que uma floresta é capaz

³¹ Desenvolvido pela Wildlife Conservation Society (WCS) para planejamento a partir do uso de populações ecológicas funcionais de um grupo de espécies ao nível de paisagem: <http://wcs.org>

³² O conceito de ‘população viável’ é complexo, porém (com vários pressupostos), 50 indivíduos são com frequência considerados suficientes para reduzir o nível de endocruzamento em níveis aceitáveis. (Franklin, I.R. (1980), Evolutionary changes in small populations. I: Soulé, M.E., Wilcox, B.A. (Eds.), Conservation Biology: an Evolutionary-Ecological Perspective. Sinauer Associates, Sunderland, MA, USA). O grupo de trabalho pode certamente preferir outras definições.

	de manter a maioria ou todas espécies de ocorrência natural ³¹ . Informações sobre o tamanho mínimo de florestas que podem potencialmente manter populações viáveis ³² ou sub-populações ³³ importantes de determinada espécie, podem então ser usadas para definir o tamanho das HCVFs.
Fontes de informação	Biólogos da vida selvagem
Produto	<i>HCVF definida</i> Por exemplo, 'qualquer unidade de manejo florestal que tenha no mínimo 50.000 ha ou que faça parte de uma área florestal de no mínimo 50.000 ha, e que contenha sub-populações de elefantes e tigres, é uma HCVF'

2.2.1.1 Exemplos

<p>Exemplo 1: NE da China e Mongólia Central³⁴</p> <p>Definição: Grandes manchas de floresta não fragmentada remanescente, identificadas por sensoriamento remoto e SIG (detalhes disponíveis em contato na nota de rodapé).</p>

³³ Onde grandes florestas em nível de paisagem são raras, pode ser decidida a inclusão de sub-populações importantes de espécies de ampla distribuição geográfica ou vulneráveis (por exemplo, glutão, tigre, elefante), mesmo que essas sub-populações não sejam viáveis à longo prazo.

³⁴ Extraído de '*Identifying High Conservation Values in Northeast China and Inner Mongolia: A Toolkit for Managers and Other stakeholders*'. Versão preliminar de setembro de 2003. Disponibilizado por Dr. Zhu Chunquan, WWF China (chqzhu@wwfchina.org).

2.3 Definindo HCV3: Áreas de florestas que estão inseridas em, ou que contém ecossistemas ameaçados ou em perigo

Alguns ecossistemas têm ampla distribuição geográfica e estão sob pouca ameaça, enquanto que outros são naturalmente raros, ou estão diminuindo rapidamente devido a pressões antrópicas. Com intuito de conservar toda variedade da biodiversidade, é importante que áreas suficientes de cada um desses habitats raros ou em processo de redução, sejam mantidas em boas condições. A maneira mais eficiente de atingir esses objetivos é incluir uma cobertura adequada desses ecossistemas dentro de áreas protegidas seguras. Onde isso não é factível, ou onde ainda não foi atingido, um manejo sensível é necessário para sítios chave localizados fora do sistema de áreas protegidas. A meta para esse HCV é a identificação de sítios onde esse manejo específico é necessário para todo tipo de habitat raro, ameaçado ou em perigo. Para alguns habitats, nenhum manejo específico é necessário, mas para outros, todo exemplar remanescente desse habitat deve ser considerado precioso. Porém, em vários casos haverá a necessidade de identificar e se concentrar nos sítios de prioridade mais alta, dentro de um conjunto de sítios de importância variável.

3.1 Identificar o nível de informação disponível sobre a conservação de ecossistemas	
Diretriz	Diversos níveis de informações e sínteses podem estar disponíveis: <ul style="list-style-type: none">• Uma identificação de florestas prioritárias para conservação de ecossistemas no país (siga para o passo 3.2)• Identificação de florestas prioritárias em partes específicas do país (siga para o passo 3.2)• Identificação de áreas prioritárias no país, ou de regiões prioritárias, ou de tipos de florestas (siga para o passo 3.4)• Uma avaliação da extensão da cobertura florestal para cada tipo de floresta (siga para o passo 3.4)• Uma classificação de ecossistemas (siga para o passo 3.4)
Fontes de informação	<ul style="list-style-type: none">• Informações sobre determinadas áreas florestais que foram identificadas como sítios prioritários para conservação de ecossistemas podem estar disponíveis a partir de mapas de áreas prioritárias para conservação³⁵, ou através autoridades

³⁵ Por exemplo, na 'Diretiva sobre habitats, os estados membros da União Européia devem identificar e designar como Áreas Especiais para Conservação, sítios que contém habitats os quais a extensão natural é bastante reduzida, ou que têm diminuído consideravelmente, ou que são exemplos notáveis de ecossistemas da Comunidade Européia. Todos esses fazem parte da rede 'Natura 2000' de sítios protegidos.

	<p>reconhecidas em biodiversidade (por exemplo, NatureServe, Infonatura³⁶), ONGs e instituições de pesquisa.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Áreas do país que são prioritárias para conservação podem ser encontradas nas prioridades de conservação globais, que estão disponíveis em WWF Global 200 ecoregions³⁷ e nos ‘hotspots’ da Conservation International³⁸, assim como nas fontes listadas anteriormente. • A avaliação da cobertura florestal e classificação de ecossistemas deve estar disponível em órgãos locais responsáveis pela conservação da natureza, ONGs e institutos de pesquisa. • Onde há pouca informação existente, utilizar todas as fontes disponíveis e as definições estabelecidas de ecossistemas ‘ameaçados ou em perigo³⁹’.
<p>3.2 Determinar se os planos de priorização existentes são suficientes</p>	

³⁶ NatureServe oferece busca a banco de dados e outras informações sobre a distribuição de espécies e ecossistemas na América do Norte (www.natureserve.org), e distribuição de aves e mamíferos na América Latina em www.infonatura.org

³⁷ WWF Global 200 Ecoregions. Ecorregiões globalmente importantes baseadas em riqueza de espécies; endemismo; singularidade taxonômica; fenômenos ecológicos ou evolutivos e raridade global dos principais tipos de habitats. Informações podem ser encontradas em <http://www.panda.org>

³⁸ Os ‘hotspots’ da Conservation International são áreas que apresentam níveis extraordinários de endemismo e que têm sofrido perdas de habitats em taxas elevadas. Informação disponível em www.conservation.org

³⁹ Por exemplo, o US National Biological Service classifica ecossistemas como criticamente em perigo (redução de >98%), em perigo (redução de 85-98%), e ameaçadas (redução de 70-84%), através da comparação das distribuições originais pré-colonização européia, usando indicadores qualitativos e quantitativos (área, abundância relativa de estágios sucessionais, presença de estágio avançado de desenvolvimento, etc). Noss, R.F., E.T. LaRoe, and J.M. Scott. 1995. Endangered ecosystems of the United States: a preliminary assessment of loss and degradation. Washington, DC: Biological Report 28. USDI National Biological Service.

Diretriz	<p>Qualidade: uma análise de priorização adequada deverá levar em conta mudanças recentes na cobertura florestal.</p> <p>Abrangência: a escala em que os tipos de florestas são raros, ameaçados ou em perigo (por exemplo, um tipo de floresta pode ser comum nacionalmente, mas não ocorrer fora do país, enquanto que outro tipo pode ser raro no país, e ainda sim ser comum globalmente, etc).</p> <p>Consistência com a definição de HCV: todos os sítios prioritários devem conter tipos de florestas raros, ameaçados ou em perigo, e esses tipos de florestas irão, por sua vez, ter importância suficiente para serem designados HCVFs. São excluídos tipos de florestas que são característicos, mas não são nem raros, ameaçados ou em perigo (como discutido na Parte 1 do Guia, Seção 2.3).</p> <p>Onde mais de um sistema de prioridades existe, é necessário escolher entre eles, ou combinar seus resultados de alguma forma (por exemplo, incluindo todos os sítios priorizados pelos diferentes sistemas, ou somente os sítios priorizados por ambos sistemas ao mesmo tempo).</p> <p>Se os sistemas forem suficientes, siga para o passo 3.3</p> <p><i>Se não, ou para partes do país não abrangidas por planos de priorização de florestas, siga para o passo 3.4</i></p>
3.3 Interpretar e Comunicar	
Diretriz	Aceitar os sítios identificados pelo método de priorização (ou categorias prioritárias em particular, se mais de uma é apresentada) como HCVF.
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p>Este deve ser comunicado para os gestores de floresta com clareza. Por exemplo, ‘todas áreas de floresta identificadas como de alta prioridade para conservação pelo estudo y, são HCVFs.’</p>
3.4 Definir tipos de florestas raros e ameaçados	
Diretriz	<p>O grupo de trabalho de HCVF deve decidir que tipos de florestas são raros, ameaçados ou em perigo, excluindo aqueles que não são. Isso irá definir os parâmetros do HCV3 que poderão ser usados na elaboração de uma lista de HCVFs potenciais para avaliações preliminares feitas por gestores de florestas.</p> <p>O grupo de trabalho de HCVF deve considerar:</p> <ul style="list-style-type: none"> tipos de florestas que são raros ou ameaçados no país (naturalmente raros ou que se tornaram ameaçados por atividades antrópicas históricas ou recentes)

	<ul style="list-style-type: none"> tipos de florestas com outras características excepcionais, como uma riqueza de espécies incomum, habitat para uma espécie de importância crítica para conservação, etc. <p>Para cada um desses casos, o nível de cobertura abrangido áreas protegidas já existentes, e pela legislação nacional/estadual deve ser avaliado. Para os casos onde a proteção atual é inadequada, será preciso considerar no mínimo alguns sítios sem proteção como HCVFs.</p> <p>Siga para o passo 3.5</p>
Fontes de informação	Mapas de cobertura florestal, textos nacionais sobre ecologia, ecorregiões da WWF, hotspots da CI, Natureserve, conhecimento de especialistas e informações sobre áreas protegidas obtidas do órgão governamental responsável.
Produto	<p><i>Potencial HCVF definida</i></p> <p><i>O grupo de trabalho de HCVF pode elaborar uma lista de tipos de florestas raros, ameaçados ou em perigo (isto é, os parâmetros para o HCV3), como uma avaliação preliminar para gestores de florestas. Por exemplo, 'se a sua UMF contém os tipos de floresta a, b ou c, ou se a sua UMF está localizado na região x do país e contém o tipo de floresta d, então a floresta contém um HCV, e portanto uma avaliação completa é necessária'.</i></p>
3.5 Determinar limites para HCVF	
Diretriz	<p>Ao determinar os limites apropriados para cada tipo de floresta, é útil considerar:</p> <ul style="list-style-type: none"> Se determinados tipos de floresta ou partes do país foram identificados como sendo de extrema importância para conservação A extensão a qual determinado tipo de floresta é protegido pela rede existente de áreas de conservação, e pela legislação nacional/estadual A redução em extensão que determinado tipo de floresta vem sofrendo nos últimos anos A proporção da cobertura global ou regional desse tipo de floresta encontrada no país <p>Alguns tipos podem estar tão ameaçados que qualquer exemplar deve ser designado como HCVF. Para ecossistemas que estão menos ameaçados, deve-se considerar o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> O tamanho mínimo o qual exemplos desse ecossistema devem ser designados como uma HCVF A condição que seria usada para classificar exemplos desses

	ecossistemas como HCVF (por exemplo, a proporção da área de floresta que é formada por obras de infraestrutura como estradas ou assentamentos, estrutura da comunidade florestal, composição de espécies, etc);
Fontes de informação	<p>Mapas de cobertura florestal, conhecimento de especialista</p> <ul style="list-style-type: none"> • áreas do país consideradas como de extrema importância para conservação podem ser determinadas a partir de planos nacionais para conservação e da legislação, além do Global 200 Ecoregions, hotspots da CI, Naturereserve, etc • Informações sobre os tipos de floresta contidos em áreas protegidas podem ser obtidas em órgãos dos governos nacional e estadual responsáveis por áreas protegidas • a área remanescente de tipos florestais pode ser obtida por meio de mapas de cobertura florestal produzidos por órgãos locais responsáveis pela conservação do meio ambiente, autoridades reconhecidas em biodiversidade, ONGs e instituições de pesquisa • a proporção de cobertura global e regional de tipos florestas encontradas no país pode ser encontrada nas fontes listadas acima
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p><i>Comunicar claramente, por exemplo, 'qualquer tipo de floresta X de no mínimo 2.000 ha e com menos de 5% de sua área coberta por infraestrutura (estradas e assentamentos) e qualquer tipo de floresta Y que tenha no mínimo 200 ha, são HCVFs'</i></p>

2.3.1.1 Exemplos

Exemplo 1: Indonésia

Definição: Tipos de florestas ameaçados (incluindo florestas de altitude, florestas de montanhas, florestas baixas e úmidas de montanha, florestas de brejo com turfa, florestas inundadas, floresta aberta, savanas, floresta em calcário, mangues e florestas baixas em determinadas áreas⁴⁰), são HCVF quando essas áreas também tiver sido identificadas como sítios prioritários por diferentes processos de planejamento de conservação (incluindo Indonesian Biodiversity Strategic Action Plan, comitês regionais responsáveis pela produção de prioridades bioregionais do IBSAP, Plano Nacional de Conservação, planos ecoregionais existentes- por exemplo, o da TNC para East Kalimantan e o plano da CI para West Papua).

Exemplo 2: Região Autônoma do Atlântico Norte da Nicarágua (RAAN)⁴¹

Definição: florestas ripárias dominadas por bambu.

⁴⁰ Florestas baixas não estão incluídas para aquelas províncias onde o desmatamento é relativamente limitado.

⁴¹ Exemplo de ‘Validando el Protocolo para Definir Bosques de Alto Valor para la Conservación (BAVC). Puerto Cabezas, Región Autónoma Atlántica Norte (RAAN), Nicaragua’. Setembro de 2002. Disponibilizado por Steve Gretzinger, WWF Central America (sgretzin@wwfca.org).

2.4 HCV4. Áreas de floresta que fornecem serviços ambientais básicos em situações críticas (por exemplo, proteção de bacias hidrográficas e controle da erosão).

2.4.1 HCV4.1 Florestas críticas para bacias hidrográficas

Todas as florestas afetam as bacias hidrográficas onde elas ocorrem. Porém, a função de proteção de bacias, desempenhada por determinadas florestas, não é sempre crítica. Florestas podem ser consideradas críticas para a proteção de bacias, quando uma área de floresta em particular protege contra:

- Inundações ou secas potencialmente catastróficas
- Grandes perdas de água para consumo humano, agricultura, hidroelétricas e outros usos que não podem ser substituídos
- A destruição de estoques pesqueiros em que os sítios de reprodução são protegidos por mangues ou florestas ripárias
- Mudanças na hidrologia de um curso d'água que possam degradar seriamente e de forma irreversível uma área protegida.

Alguns tipos de floresta são particularmente importantes na regulação do fluxo de água, e, conseqüentemente, mais prováveis de serem críticas para o funcionamento de bacias hidrográficas. Exemplos incluem floresta ripária e floresta de montanha.

4.1.1 Identificar critérios existentes para a identificação de florestas críticas para a manutenção de curso d'água vulneráveis	
Diretriz	A maioria dos países tem um sistema para identificar bacias hidrográficas críticas. Isso é freqüentemente parte da regulamentação florestal nacional, e consiste, tipicamente, no zoneamento de áreas florestais em diferentes classes de proteção, dependendo dos riscos de colapso na proteção da bacia e nas potenciais conseqüências deste colapso. Se uma classificação de cursos d'água já existe, siga para o passo 4.1.2 Se não existe nenhuma classificação, siga para o passo 4.1.4
Fontes de informação	Regulamentação florestal nacional, sistema governamental de zoneamento de corpos d'água etc..
4.1.2 Determinar se a classificação existente é suficiente	

Diretriz	<p>Qualidade: uma classificação adequada deverá refletir mudanças recentes na cobertura florestal do país e atualizar o conhecimento sobre hidrologia, além de ser amplamente aceita e implementada.</p> <p>Abrangência: a classificação deve cobrir uma variedade de parâmetros (ver a introdução dessa seção). Por exemplo, uma classificação que englobe somente a proteção de barragens em hidrelétricas terá abrangência insuficiente em um país com histórico de inundações catastróficas.</p> <p>Consistência com a definição de HCV: uma ou mais classes de proteção devem abranger todas as áreas de floresta essenciais para proteção de bacias hidrográficas críticas, e ao mesmo tempo excluir florestas que são importantes, mas que não sejam críticas (isto é, quando boas práticas de manejo florestal são suficientes para a manutenção do funcionamento da bacia).</p> <p>Se a classificação é suficiente, siga para o passo 4.1.3</p> <p><i>Se não, siga para o passo 4.1.4</i></p>
4.1.3 Interpretar e comunicar	
Diretriz	Escolher a(s) classe(s) de proteção que são mais consistentes com a definição do HCV4 (como discutido na Parte 1 do Guia, Seção 2.4)
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p>Comunicar de uma maneira clara para gestores de florestas. Por exemplo, ‘todas as áreas definidas como florestas de categorias WP1 e WP2 na Regulamentação Florestal Nacional T/2002, são HCVF.’</p>
4.1.4 Identificar bacias hidrográficas críticas	
Diretriz	<p>Devem incluir bacias com alto risco de inundações ou secas catastróficas, ou que oferecem suprimento crítico para reservatórios, irrigação, recarga de rios, sistemas de hidrelétricas, que protegem estoques pesqueiros, ou que são críticas para o funcionamento ecológico de áreas protegidas⁴².</p> <p>Siga para o passo 4.1.5</p>
Fontes de	Informações sobre áreas que são sujeitas a inundações ou secas

⁴² Em algumas circunstâncias, os planos de manejo de áreas protegidas incluirão uma avaliação de potenciais impactos externos degradantes (por exemplo, um requerimento para planos de manejo para os sítios Natura 2000). Além disso, pode haver alguns tipos de áreas protegidas que são intrinsecamente sujeitas degradação por atividades que ocorrem fora dos seus limites (por exemplo, áreas protegidas de floresta de brejo com turfa na Indonésia, áreas protegidas que dependem da proteção de florestas ripárias).

informação	severas, historicamente ou em anos recentes, ou que são críticas para a manutenção de importantes suprimentos para reservatórios, irrigação, recarga de rios, sistemas de hidroelétricas e estoques pesqueiros, assim como mapas hidrológicos, devem estar disponíveis em departamentos e agências governamentais.
4.1.5 Identificar se essas bacias críticas têm planos de manejo de ampla abrangência	
Diretriz	<p>Mesmo se não houver uma classificação nacional adequada para a proteção de bacias hidrográficas, aquelas bacias onde as conseqüências de uma interrupção funcional são particularmente severas, freqüentemente terão planos de manejo de ampla abrangência. Nesses casos será necessária uma avaliação caso a caso.</p> <p>Se sim, siga os passo 4.1.2 e 4.1.3</p> <p><i>Se não, siga para o passo 4.1.6</i></p>
Fontes de informação	Governos estaduais ou locais, agências bilaterais, etc.
4.1.6 Assumir que as florestas nessas bacias hidrográficas são HCVFs, a não ser que seja demonstrado que elas não são	
Diretriz	<p>Seguindo o princípio da precaução, o ônus de demonstrar que suas áreas não são HCVF recai sobre os gestores da floresta. Instrução pode ser fornecida a eles sobre a maneira em que isso pode ser feito. Por exemplo, indicações de que uma UMF não possui um papel vital na proteção da bacia podem incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • se a bacia hidrográfica é ainda amplamente coberta por floresta • se a UMF cobre uma proporção muito pequena da bacia
Fontes de informação	Conhecimento de especialistas
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p>Por exemplo ‘todas as florestas pertencentes à bacia x e qualquer floresta maior que 100 ha nas bacias y e z, são HCVFs.’</p>

2.4.1.1 Exemplos

Exemplos de produtos para o HCV4.1	
Exemplo 1: Indonésia Definição: Todas as florestas protegidas, áreas DAS Super-Prioritas e DAS Prioritas, outras DAS importantes e áreas Sub-DAS designadas por especialistas responsáveis, além de florestas de montanha, serão considerados HCVFs.	
Exemplo 2: Bulgária Definição: As seguintes Terras e Florestas do Fundo Florestal (LFFF) são HCVFs:	
1. LFFF incluído bacias hidrográficas em áreas de corredeiras, as quais a cobertura florestal exceda 40%;	
2. Comunidades de <i>Pinus mugo</i> ;	
3. LFFF formando a fronteira florestal alta (HFB) e regulamentada pelo Forests Act, ou incluído no cinturão de 200 m abaixo do HFB;	
4. Florestas ripárias naturais nas planícies inundáveis que contém <i>Quercus pedunculiflora</i> , <i>Q. robur</i> , <i>Fraxinus oxycarpa</i> , <i>Ulmus minor</i> , <i>U. laevis</i> , <i>Salix alba</i> , <i>Alnus glutinosa</i> , <i>Populus alba</i> , <i>P. nigra</i> e <i>Platanus orientalis</i> ;	
5. Florestas entre o dique e a margem sul do Danúbio, ilhas de florestas e o cinturão de 200 m a partir da margem;	
6. Florestas dentro do cinturão 100 m dos rios Maritza, Toundja, Mesta, Strouma, Arda, Lom, Tzibritza, Ogosta, Skut, Iskar, Yantra, Vit, Sazlijka, Stryama, Ossam, Roussenski Lom, Kamchiya, Veleka e Rezovska (somente a sua parte Búlgara);	
7. LFFF situada em área sanitária protegida 3 de represas de água potável, reguladas pela Regulamentação 3 de 2002.	

2.4.2 HCV4.2 Florestas críticas para o controle da erosão

Florestas são freqüentemente importantes na manutenção da estabilidade dos terrenos, incluindo o controle da erosão, de deslizamentos e avalanches. A maioria dos padrões para um manejo florestal responsável leva isso em consideração. Em alguns casos, porém, o risco de erosão severa, deslizamentos e avalanches são extremamente altos, e suas conseqüências, em termos de perda de terra produtiva, danos a ecossistemas, perdas de propriedade e de vidas humanas, são potencialmente catastróficas. Nesses casos, o serviço de ecossistema fornecido pela floresta é vital, e são essas áreas que devem ser designadas HCVFs. Assim como para outros elementos do HCV4, a principal tarefa do grupo de trabalho será decidir onde esses serviços podem ser considerados críticos.

4.2.1 Identificar um sistema existente que distingue sítios que são críticos para o controle da erosão e estabilidade do terreno	
Diretriz	A maioria dos países possui um sistema para identificar áreas que são críticas para o controle da erosão e estabilidade do terreno. Esse sistema é normalmente parte da regulamentação nacional de florestas. Ele consiste tipicamente no zoneamento de áreas florestais em diferentes classes de proteção contra a erosão,

	<p>dependendo dos riscos de erosão severa e de suas potenciais conseqüências.</p> <p><i>Se uma classificação de áreas críticas para proteção contra a erosão existe, siga para o passo 4.2.2</i></p> <p><i>Se não existe, siga para o passo 4.2.4</i></p>
Fontes de informação	Regulamentação florestal nacional, departamentos florestais e mapas, além de consulta a especialistas relevantes.
4.2.2 Determinar se a classificação existente é relevante	
Diretriz	<p>Qualidade: uma classificação adequada deverá levar em conta mudanças recentes na cobertura florestal do país, além de um conhecimento atualizado sobre erosão. Idealmente, esta classificação deverá ser amplamente aceita e implementada.</p> <p>Abrangência: a classificação deve compreender uma variedade apropriada de parâmetros.</p> <p>Consistência com a definição de HCV: uma ou mais classes de proteção devem conter todas as áreas florestais que são essenciais para proteção contra erosão severa ou instabilidade do terreno, em áreas onde as conseqüências destes são severas. A classificação deve excluir florestas que são importantes, mas não críticas (isto é, quando boas práticas de manejo florestal são suficientes para o controle da erosão).</p> <p>Se for suficiente, siga para o passo 4.2.3</p> <p>Se não, siga para o passo 4.2.4</p>
4.2.3 Interpretar e comunicar	
Diretriz	Selecionar as classes de proteção que são mais consistentes com a definição do HCV4 (como discutido na Parte 1 do Guia, Seção 2.4)
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p>Comunicar de maneira clara para gestores florestais. Por exemplo, ‘todas áreas definidas como sendo florestas de categorias EP1.1 e EP1.3 na Regulamentação Florestal Nacional T/2001, são HCVFs’.</p>
4.2.4 Identificar áreas críticas para erosão	
Diretriz	O primeiro passo será identificar regiões onde há risco de erosão severa, deslizamentos de terra e avalanches. Essas serão áreas com história de erosão séria ou de instabilidade do terreno, ou onde o solo, geologia e declividade tornam o terreno vulnerável. Em segundo lugar, devem ser definidos os tipos de impactos catastróficos ou cumulativos provocados pela erosão e instabilidade do terreno, os quais deverão ser protegidos pelas HCVFs designadas. Impactos potenciais da erosão severa e da

	<p>instabilidade do terreno podem incluir perda de terras agrícolas produtivas, danos a ecossistemas e perdas de propriedade ou vidas humanas.</p> <p>Siga para o passo 4.2.5</p>
Fontes de informação	<p>Informações sobre áreas sujeitas a erosão grave ou avalanches, historicamente ou em anos recentes, e as conseqüências dessas catástrofes, devem estar disponíveis em departamentos e agências do governo.</p>
<p>4.2.5 Determinar se essas áreas críticas possuem planos locais de proteção</p>	
Diretriz	<p>Mesmo se não houver uma classificação nacional de erosão e proteção do terreno, podem existir planos de proteção locais ou regulamentações para áreas críticas. Essas áreas devem ser avaliadas caso a caso.</p> <p><i>Se sim, siga os passos 4.2.2 e 4.2.3</i></p> <p><i>Se não, siga para o passo 4.2.6</i></p>
Fontes de informação	<p>Governos nacional, estadual ou local, agências bilaterais, etc.</p>
<p>4.2.6 Assumir que florestas dentro dessas áreas críticas são HCVFs, a não ser que seja demonstrado que elas não o são</p>	
Diretriz	<p>Seguindo o princípio da precaução, o ônus de demonstrar que suas áreas não são HCVFs recai sobre os gestores de floresta. Instrução pode ser fornecida a eles sobre a maneira em que isso pode ser feito. Indicações de que uma UMF não tem um papel crítico na proteção contra a erosão e instabilidade do terreno, incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se a UMF contém apenas uma pequena área de solos vulneráveis ou declives • Se uma determinada situação topográfica da UMF a protege de erosão potencialmente severa, incluindo chuvas.
Fontes de informação	<p>Conhecimento de especialista</p>
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p>A decisão deve ser comunicada de forma clara para os gestores de florestas, por exemplo 'qualquer área florestal nas regiões x e y que apresente declividade acima de z graus, é HCVF'</p>

2.4.2.1 Exemplos de produtos para HCV4.2

Exemplo 1: Indonésia

Definição: Todas as áreas protegidas, áreas DAS Super-Prioritas e DAS Prioritas, outras áreas DAS e Sub-DAS significativas designadas por especialista responsáveis, assim como florestas de montanha, são consideradas HCVFs.

Exemplo 2: Bulgária

Definição: As seguintes Terras e Florestas do Fundo Florestal (LFFF) são HCVFs:

1. LFFF com mais de 30° de declividade (ou menos, em caso de estar em uma área de bacia hidrográfica com declividade de superior a 10° e comprimento maior de 200m) com uma área total acima de 1 ha e densidade de árvores acima de 0.6;
2. Áreas impróprias para florestas, cobertas por árvores e vegetação arbustiva;
3. Florestas planadas sob projetos técnicos para controle da erosão, regulação, proteção de margens e cinturões florestais de proteção contra o vento, além de florestas protegendo equipamentos de engenharia;
4. Florestas protegendo assentamentos ou estruturas de comunicação, situadas na rota típica de avalanches (dados do Serviço de Resgate em Montanha), florestas nos pontos de encontro para neve acima de 20° de declividade, florestas situadas em área desmatada de ponto de encontro para neve acima de 200 m de comprimento e 20° de declividade.
5. Comunidades de *Carpinus orientalis* em solos pobres ou bastante rasos.

2.4.3 HCV4.3 Florestas fornecendo barreiras críticas contra incêndios destrutivos

A maioria dos padrões para manejo florestal responsável contém requerimentos para prevenção e controle de incêndios em áreas, onde apropriado. Esse elemento não pretende incluir florestas onde o fogo é um elemento natural ou parte normal de um processo no ecossistema florestal. Ao contrário, devem ser incluídas aquelas poucas florestas que se constituem em barreiras naturais ao fogo, em locais onde o fogo incontrolado pode representar um sério risco à vida humana e propriedade, atividades econômicas ou a ecossistemas ou espécies ameaçadas. Exemplo de florestas que oferecem barreiras naturais ao fogo incluem corredores naturais de floresta decídua encontradas em áreas de floresta de eucalipto na Austrália, ou em florestas tropicais de pinheiros.

4.3.1 Identificar uma classificação existente de áreas de proteção contra incêndios

Diretriz	Em vários países onde há risco de incêndios catastróficos, existe um sistema para identificar florestas que são críticas para o controle do fogo. Isso é normalmente parte da regulamentação florestal nacional. Esses sistemas tipicamente designam áreas de florestas em torno de cidades vulneráveis, áreas protegidas, etc, como florestas protetoras.
----------	--

	<p>Se uma classificação existe, siga para o passo 4.3.2</p> <p>Se nenhuma classificação existe, siga para o passo 4.3.4</p>
Fontes de informação	Agências do governo responsáveis e especialistas em incêndios florestais pertencentes a instituições de pesquisa.
4.3.2 Determinar se o sistema de classificação existente é suficiente	
Diretriz	<p>Qualidade: uma classificação adequada deverá refletir mudanças recentes na cobertura florestal e risco de incêndio no país. Idealmente, ela deverá ser amplamente aceita e implementada.</p> <p>Abrangência: a classificação deve cobrir uma variedade apropriada de parâmetros (ver passo 4.3.5).</p> <p>Consistência com a definição do HCV: uma ou mais classes de proteção devem abranger todas as áreas florestais essenciais para a proteção contra incêndios descontrolados e destrutivos em áreas onde as conseqüências do fogo sejam severas. Devem ser excluídas florestas que são importantes, mas não críticas (isto é, quando boas práticas de manejo florestal são suficientes para o proteção e controle do fogo).</p> <p>Se o sistema é suficiente, siga para o passo 4.3.3</p> <p>Se não, siga para o passo 4.3.4</p>
4.3.3 Interpretar e comunicar	
Diretriz	Selecionar a classe (ou classes) de proteção ao fogo que devem ser consideradas HCVF.
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p><i>Comunicar de maneira clara para gestores de floresta. Por exemplo, 'todas as áreas de acordo com a definição para florestas de categoria FP1.1 na Regulamentação Florestal Nacional T/2001, são HCVFs'.</i></p>
4.3.4 Identificar regiões onde há um alto risco de incêndio descontrolado e destrutivo	
Diretriz	<p>Regiões, sujeitas a incêndios severos, historicamente ou em anos recentes, devem ser delineadas.</p> <p>Áreas ou tipos de floresta específicos nessas regiões, onde florestas podem atuar como uma barreira contra incêndios descontrolados e destrutivos, também devem ser identificadas.</p> <p>Siga para o passo 4.3.5</p>
Fontes de	Agências do governo e especialistas em incêndios florestais que

informação	atuam em instituições de pesquisa.
4.3.5 Identificar se existem planos de manejo de controle de incêndios nessas áreas	
Diretriz	<p>Mesmo se não há uma classificação nacional de proteção contra incêndios, áreas com alto risco de incêndios catastróficos podem ter planos de manejo de proteção contra o fogo. Esses deverão ser avaliados caso a caso.</p> <p><i>Se sim, siga os passos 4.3.2 e 4.3.3</i></p> <p><i>Se não, siga para o passo 4.3.6</i></p>
Fontes de informação	Agências do governo estadual ou local
4.3.6 Assumir que florestas dentro dessas áreas críticas são HCVFs, a não ser que seja demonstrado que elas não o são	
Diretriz	<p>Florestas dentre as de alto risco identificadas no passo 4.3.4 irão normalmente ser assumidas como sendo HCVF se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • contém ou são adjacentes a assentamentos humanos ou comunidades; • contém ou são adjacentes a lugares de importante valor cultural (por exemplo, lugares sagrados, sítios arqueológicos); • contém ou são adjacentes a áreas protegidas que contém espécies ameaçadas ou em perigo ; • são suficientemente grandes para oferecer uma barreira significativa; <p>Se nenhum desses indicadores está presente em uma região identificada no passo 4.3.4, então, seguindo o princípio da precaução, o ônus de demonstrar que o sítio não é uma HCVF recai sobre os gestores de floresta.</p>
Produto	<p><i>HCVF definida</i></p> <p>Comunicar claramente, por exemplo ‘qualquer floresta decídua na região x que está a 5 km de um ou mais assentamentos humanos, ou que está adjacente a uma área protegida ou monumento nacional, é um HCVF’.</p>

2.4.3.1 Exemplos de produtos para o HCV4.3

Exemplo 1: Bulgária

Definição: Todas as florestas decíduas (exceto aquelas dominadas por bétula, Acácia e híbridos/cultivares) entre plantações de coníferas e assentamentos, e entre plantações de coníferas e terras com diferentes usos agrícolas, e que estão a no mínimo 250m de largura, são HCVFs.

Exemplo 2: Região Autônoma do Atlântico Norte da Nicarágua (RAAN)

Definição: *Esse elemento de HCV não está presente na RAAN.*

2.5 HCV5. Áreas de florestas essenciais para suprir as necessidades básicas de comunidades locais

Florestas podem suprir uma grande variedade de necessidades básicas para comunidades locais. Porém, nós trabalhamos com os vários elementos de HCV juntos, porque as questões básicas que o grupo de trabalho irá decidir, as quais incluem a definição do que constitui uma ‘necessidade básica’ e o que constitui ‘essencial’, serão as mesmas, independente se o valor em questão for água para uso diário, alimento, combustível, material de construção, etc.

Esse HCV é diferente dos HCVs biológicos e ambientais porque sua identificação requer consulta a comunidades locais. Isso significa que um grupo de trabalho pode definir se esse HCV é provável de ocorrer, porém, uma consulta de nível local é necessária para determinar se o HCV5 está realmente presente em uma determinada floresta.

O grupo de trabalho deve então considerar dois tipos de diretrizes para os gestores de florestas: uma ‘avaliação preliminar’, que descreve a situação (áreas do país ou grupos culturais) onde o HCV pode potencialmente ocorrer, além de instruções sobre como os gestores de florestas nessas situações devem fazer a consulta para saber se o HCV realmente ocorre.

Como parte da avaliação preliminar, o grupo de trabalho pode identificar as comunidades locais, tipos de comunidades ou regiões onde comunidades potencialmente dependam das florestas para suas necessidades básicas. Isto deve incluir pessoas que vivem em áreas de floresta e áreas adjacentes, assim como qualquer grupo que visite regularmente a floresta. As necessidades básicas de comunidades locais que são fornecidas pelas florestas do país devem também ser identificadas. O grupo deve levar em consideração alimentos, remédios, forragem, combustível, materiais de construção e artesanato, água de beber e outros usos diários, fontes de renda, e florestas que mantêm agricultura de subsistência através do melhoramento das condições microclimáticas locais.

O grupo de trabalho deve também considerar o fornecimento de diretrizes sobre consultas que os gestores de florestas precisarão conduzir se esse HCV estiver potencialmente presente em suas UMFs. Isso pode incluir informações sobre técnicas apropriadas de consulta, quais tipos de informações são necessários, e como avaliar essas informações. Como o HCV6 também requer consulta, o grupo de trabalho pode considerar esses dois HCVs juntos ao desenvolver diretrizes sobre consultas.

5.1 Identificar grupos culturais que são conhecidos por usar a floresta para suas necessidades básicas	
Diretriz	Os grupos culturais a serem considerados incluem pessoas em isolamento voluntário, povos indígenas, comunidades locais com governo próprio, assim como outros grupos culturais que dependem da floresta para sua fonte de renda. Em alguns casos isso incluirá grupos com desvantagem econômica.

	<p><i>Se um ou mais grupos existem, siga para o passo 5.2</i></p> <p><i>Se nenhum grupo existe, esse HCV não está presente no país</i></p>
Fontes de informação	Organizações de povos indígenas, agências do governo responsáveis por povos indígenas ou desenvolvimento rural, cientistas sociais e antropólogos com experiência no local, representantes de grupos culturais e de comunidades.
5.2 Identificar as partes do país onde esses grupos vivem	
Diretriz	<p>Os grupos identificados acima devem viver em regiões específicas do país, de modo que uma lista dessas áreas será o tipo de informação que o grupo de interpretação deve fornecer aos gestores de florestas.</p> <p><i>Siga para o passo 5.3</i></p>
Fontes de informação	Mapas de áreas indígenas, etc, além das fontes citadas em 5.1.
5.3 Identificar a distância que as pessoas costumam percorrer dos assentamentos até a floresta, para atender suas necessidades básicas	
Diretriz	<p>Os grupos que são potencialmente dependentes da floresta freqüentemente irão usar florestas situadas a uma certa distância de seus assentamentos para suprir suas necessidades básicas, não só corriqueiramente, mas também sazonalmente, como parte de estratégias de uso da terra de longo prazo. Novamente, esse é o tipo de informação que o grupo de trabalho pode oferecer aos gestores de florestas.</p> <p><i>Siga para o passo 5.4</i></p>
Fontes de informação	Como no passo 5.1
5.4 Identificar quais tipos de necessidades básicas as comunidades identificadas obtêm da floresta	
Diretriz	<p>Potencialmente, necessidades básicas essenciais incluem, mas não se limitam a: fontes únicas de água de beber e para outros usos diários, alimentos, remédios, combustível, forragem, material de construção e artesanato, proteção de campo agrícolas contra microclimas adversos (por exemplo, vento).</p> <p><i>Siga para o passo 5.5</i></p>
Fontes de informação	Como no passo 5.1
5.5 Interpretar e comunicar	

Diretriz	<p>Os passos 5.1 a 5.5 devem permitir a determinação de onde o HCV5 é potencialmente encontrado no país. Isso pode compor a avaliação preliminar para gestores de florestas.</p> <p>Siga para o passo 5.6</p>
Produto	<p><i>Potencial HCVF definida</i></p> <p><i>Este deve ser comunicado claramente, por exemplo 'qualquer floresta nas regiões a, b e c que estão a 5 km de um assentamento dos grupos j e k, e que é usada por membros dessas comunidades para caça, pesca e coleta de combustível, são potencialmente HCVFs'.</i></p>
<p>5.6 Desenvolver diretrizes sobre métodos de consulta apropriados</p>	
Diretriz	<p>Esse passo tem o objetivo de ajudar gestores de florestas a determinar se a floresta está suprimindo uma ou mais necessidades básicas da comunidade, e se a floresta é essencial para a comunidade (ou comunidades).</p> <p>Como discutido acima, a identificação de HCV5, em última análise, requer consulta à comunidade local que potencialmente depende de determinada área de floresta para suas necessidades básicas. O grupo de trabalho irá então ter que produzir instruções sobre métodos de consulta apropriados que irão auxiliar gestores de florestas a determinar se o uso da floresta é fundamental para as necessidades básicas das comunidades. Essa diretriz possui vários aspectos, os quais são discutidos em mais detalhes na Seção 3.2.</p> <p>Caracterizando a comunidade: partes diferentes da comunidade podem utilizar a floresta de modos diferentes, e conseqüentemente, pesquisas sobre o uso da floresta irão envolver consultas a diferentes sub-grupos. O grupo de trabalho deve considerar o desenvolvimento de diretrizes sobre quais sub-grupos devem ser consultados.</p> <p>Métodos de consulta: existem várias maneiras de se comunicar com comunidades. O grupo de trabalho deve considerar fornecer instruções sobre formas apropriadas de consulta.</p> <p>Informações necessárias: vários tipos de informações serão necessários para determinar se os recursos florestais são essenciais para suprir as necessidades básicas das comunidades locais. Isso normalmente inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para quê a comunidade usa a floresta • Padrões de uso de recursos (como, quanto e onde) e fontes alternativas • Se o uso de um recurso interfere na manutenção de outro HCV

	<ul style="list-style-type: none"> • Se o uso do recurso é sustentável <p>Como interpretar a informação obtida: oferecer diretrizes sobre como a informação colhida durante a consulta deve ser usada para determinar se uma necessidade básica é essencial para a comunidade local. Potenciais indicadores de uma floresta que é fundamental para comunidades locais incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uma grande proporção das necessidades da comunidade vem de uma floresta em particular; • Não há alternativas facilmente disponíveis, econômicas ou aceitáveis; • Uma comunidade iria sofrer de piora da saúde ou bem estar com uma eventual redução em um recurso; • Um determinado recurso fornece apenas uma pequena proporção das necessidades básicas da comunidade, ou é usado apenas ocasionalmente, porém, é ainda sim crítico (por exemplo, onde uma floresta fornece apenas uma pequena proporção de todo alimento consumido, porém, toda a proteína, ou onde uma floresta fornece alimento em épocas de fome, ou uma grande proporção de alimento em uma parte específica do ano).
Fontes de informação	Como no passo 5.1
Produto	<i>Métodos para uma completa avaliação do HCV</i>

2.5.1.1 Exemplos de produtos para o HCV5

<p>Exemplo 1: Indonésia</p> <p>Um método completo sobre como gestores de florestas devem consultar comunidades locais, e como utilizar a informação obtida para determinar se um HCV5 está presente em suas UMFs, é apresentado em '<i>Identifying, Managing, and Monitoring High Conservation Value Forests in Indonesia: A Toolkit for Forest Managers and other stakeholders</i>'. Agosto de 2003. Disponibilizado por Jeff Hayward, SmartWood Asia Pacific Program (jhayward@smartwood.org)</p>
--

2.6 HCV6. Áreas florestais críticas para a identidade cultural tradicional de comunidades locais

Nós consideramos vários componentes desse HCV ao mesmo tempo, porque as questões básicas que o grupo de trabalho terá que decidir, as quais incluem a definição do que constitui 'crítico', serão as mesmas se o valor em questão é cultural, religioso, etc.

A diferença entre ter algum significado para a identidade cultural, e ser **crítico**, será freqüentemente uma linha difícil de se traçar, assim como é para o caso do suprimento de necessidades básicas, de modo que a maneira de se estabelecer isso é altamente variável. Porém, para ser um HCV, a floresta deve ser crítica para a cultura, e o grupo de trabalho precisará definir o que 'crítico' significa nos diversos contextos sociais encontrados no país.

Assim como apresentado no HCV anterior, identificar se uma determinada floresta contém um HCV6 irá requerer, em última análise, uma consulta. Isso significa que o grupo de trabalho pode identificar áreas onde o valor é provável de ocorrer, e isso deve ser usado como uma avaliação preliminar pelos gestores de florestas. O grupo de trabalho de HCVF pode também fornecer aos gestores de florestas diretrizes sobre métodos de consulta apropriados para determinar se esse HCV realmente ocorre em uma determinada UMF. Pela necessidade compartilhada de consulta para HCV5 e HCV6, é normalmente mais conveniente para gestores de florestas examinarem esses dois componentes juntos.

6.1 Identificar grupos culturais que têm uma forte relação cultural com florestas	
Diretriz	<p>Algumas comunidades são tão fortemente ligadas à floresta, que é muito provável que as florestas sejam críticas para sua identidade cultural tradicional. Isso inclui:</p> <ul style="list-style-type: none">• pessoas em isolamento voluntário,• povos indígenas,• comunidades locais com governo próprio• grupos culturais dependentes da floresta para sua fonte de renda <p>Porém, as florestas podem ser de importância cultural crítica para comunidades que são menos dependentes da floresta que os citados anteriormente. O grupo de trabalho de HCVF deve considerar quais tipos de comunidades, além daqueles listados acima, que possuem identidades culturais tradicionais relacionadas às florestas:</p> <ul style="list-style-type: none">• grupos que são reconhecidos por possuírem fortes ligações culturais com florestas

	<p>Se um ou mais grupos existem, siga para o passo 6.2</p> <p>Se não existir nenhum grupo, esse HCV não está presente no país</p>
Fontes de informação	Organizações de povos indígenas, mapas de terras indígenas, agências do governo responsáveis por grupos indígenas ou desenvolvimento rural, cientistas sociais e antropólogos, representantes de grupos culturais e de comunidades.
6.2 Identificar as partes do país onde esses grupos vivem	
Diretriz	<p>Em vários países, grupos que possuem laços culturais tradicionais com florestas estão restringidos a áreas específicas do país. A definição de áreas onde comunidades locais são culturalmente dependentes de florestas irá auxiliar os gestores de florestas a decidir se esse HCV está potencialmente presente.</p> <p>Siga para o passo 6.3</p>
Fontes de informação	Veja as fontes de informação listadas no passo 6.1.
6.3 Compilar e interpretar a informação	
Diretriz	<p>Uma lista (ou mapa) de áreas do país onde grupos para os quais florestas podem ser críticas para as suas identidades culturais tradicionais, além de uma lista de grupos culturais relevantes, irá permitir gestores de florestas avaliarem rapidamente a possibilidade de ocorrência deste HCV em suas UMFs.</p> <p>Siga para o passo 6.4</p>
Produto	<p>Potencial HCVF definida</p> <p>Por exemplo, este pode ser comunicado como ‘gestores de florestas nas regiões a, b ou c, cujas florestas são utilizadas, pelo menos ocasionalmente, pelos grupos culturais x e y, ou por comunidades sem acesso por estrada, potencialmente possuem HCV6 e devem realizar uma avaliação completa através da consulta às comunidades em questão’.</p>
6.4 Desenvolver diretrizes sobre métodos de consulta apropriados	
Diretriz	<p>Esse passo tem o objetivo de ajudar gestores de florestas a determinar se alguma parte das suas UMFs é de importância suficiente para a identidade cultural tradicional de comunidades locais para que esta possa ser considerada uma HCVF.</p> <p>Como discutido acima, a identificação de HCV6, requer consulta. O grupo de trabalho irá então ter que produzir instruções sobre métodos de consulta apropriados que irão auxiliar gestores de florestas a determinar se o uso da floresta é crítico para a identidade cultural tradicional das comunidades. Essa diretriz possui vários aspectos, os quais são discutidos em mais detalhes</p>

	<p>na Seção 3:</p> <p>Caracterizando a comunidade: partes diferentes da comunidade podem ter diferentes associações com a floresta, e conseqüentemente consultas a diferentes sub-grupos serão geralmente necessárias.</p> <p>Métodos de consulta: O grupo de trabalho deve considerar fornecer instruções sobre formas apropriadas de consulta.</p> <p>Informações necessárias: vários tipos de informações serão necessários para determinar se a floresta é crítica para a identidade cultural das comunidades locais. Isso normalmente inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indicadores de importância cultural em potencial, os quais podem incluir sítios sagrados ou religiosos, áreas específicas que têm sido historicamente governada e regulada ativamente, áreas com resquícios históricos ligados a identidade do grupo (por exemplo, estátua, monolitos, etc), uso freqüente de produtos florestais/materiais para uso artístico, tradicional ou envolvendo status social, nomes para feições da paisagem, histórias sobre a floresta, associações históricas, valores estéticos; • Por quanto tempo a comunidade esta associada à determinada floresta <p>Como interpretar a informação obtida: oferecer diretrizes sobre como a informação colhida durante a consulta deve ser usada para determinar se uma associação cultural é crítica para a identidade cultural da comunidade (isto é, se um valor cultural é um HCV). Possíveis indicadores incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quando mudanças para outra floresta podiam potencialmente causar uma mudança irreversível na cultura tradicional local (por exemplo, templos, cemitérios ou sítios relacionados a determinadas atividades culturais ou religiosas) • Quando uma floresta em particular fornece um valor cultural que é único ou insubstituível (por exemplo, quando uma floresta é usada para a coleta de materiais para uso artístico, tradicional, ou envolvendo status social, que não estão presentes ou disponíveis em outras florestas locais.; • Quando um valor é 'tradicional' para uma comunidade. Quando uma comunidade está associada com um determinado tipo de florestas por centenas de anos, esses valores são claramente tradicionais. No caso de uma comunidade que chegou mais recentemente, isso se torna menos claro. O grupo de trabalho de HCVF deve definir um limite mínimo de décadas ou número de gerações que um grupo deve estar associado a um determinado tipo de floresta para que a associação possa
--	--

	ser considerada crítica.
Produto	<i>Diretrizes e critérios sobre como um gestor de floresta pode identificar um HCV6.</i>

2.6.1.1 Exemplos de produtos para HCV6

Exemplo 1: Indonésia

Um método completo sobre como gestores de florestas devem consultar comunidades locais e como utilizar a informação obtida para determinar se um HCV6 está presente em suas UMFa é apresentado em '*Identifying, Managing, and Monitoring High Conservation Value Forests in Indonesia: A Toolkit for Forest Managers and other stakeholders*'. Agosto de 2003. Disponibilizado por Jeff Hayward, SmartWood Asia Pacific Program (jhayward@smartwood.org)

3 Envolvendo partes interessadas na identificação e manejo de HCVF

HCVFs são, por definição, as florestas mais notáveis ou críticas. Portanto, é importante que uma grande diversidade de opiniões e conhecimento seja usada na sua identificação, no desenvolvimento de regimes de manejo para sua manutenção, e na revisão da eficiência do manejo. O envolvimento de partes interessadas nesses processos tem no mínimo duas grandes vantagens:

- A reunião de uma grande variedade de experiências e conhecimento propicia um maior nível de certeza de que as decisões sobre a identificação e manejo são adequadas.
- O envolvimento de partes interessadas representa uma maior segurança para a sociedade de que os HCVs estão sendo trabalhados de maneira adequada.

A importância do envolvimento de partes interessadas está sumarizada no critério 9.2 do FSC (ver quadro).

Critério 9.2 do FSC. A parte consultiva do processo de certificação deve enfatizar os atributos de conservação identificados, bem como opções para a sua manutenção.

O grupo de trabalho de HCVF pode então decidir fornecer aos gestores florestais diretrizes sobre quais consultas são apropriadas para satisfazer esse critério (ou outros requerimentos similares, se o HCVF está sendo usado fora do modelo da FSC). Nessa seção nós iniciamos com uma breve discussão sobre o fornecimento de diretrizes sobre consultas que se aplicam à identificação, manejo e monitoramento de todos HCVFs. Maiores detalhes serão dados aos HCVs 5 e 6, pois a consulta é uma parte intrínseca na identificação destes.

3.1 Recomendação geral sobre consulta de HCVF

3.1.1 Quem deve ser consultado?

Há dois tipos básicos de partes interessadas que precisam estar envolvidos na consulta de HCVF:

- **Partes interessadas diretamente afetadas pelo manejo.** Inclui comunidades ou indivíduos vivendo na UMF ou nas proximidades.
- **Grupos e indivíduos com um interesse especial no HCV.** O grupo de trabalho de HCVF pode fornecer aos gestores de florestas uma lista de grupos com interesse especial, e seus respectivos contatos, para cada HCV. Por exemplo, grupos com interesse especial no HCV 1.2 (concentrações significativas de espécies ameaçadas ou em perigo) podem incluir órgãos do governo nacional, estadual ou local e ONGs conservacionistas. Esses poderiam ser os mesmos grupos que são potenciais 'fontes de informação', citados na Seção 2.

3.1.2 Como eles devem ser consultados?

Há duas opções básicas para o processo de consulta de HCVF:

- **Contatos informais com partes interessadas.** Isso envolve o contato periódico com partes interessadas, além de solicitação de opiniões sobre a identificação de HCVFs e suas respectivas opções de manejo. As vantagens desse processo é que este apresenta bom custo-benefício, e que o grupo de trabalho pode decidir se esse é o melhor modelo para pequenas florestas manejadas por comunidades em regime de baixo impacto. Dentre as potenciais desvantagens está o fato que algumas partes interessadas podem achar (corretamente ou não) que os gestores de florestas não estão atendendo suas questões.
- **Fórum de partes interessadas sobre manejo.** Envolve a organização de um grupo formal de partes interessadas, as quais se reuniriam periodicamente com os gestores de florestas para discutir e aconselhar o manejo do HCVF. Qualquer consenso alcançado sobre o manejo do HCVF poderá ser incorporado em planos de manejo e ações. As vantagens desse método são que os grupos envolvidos têm mais chances de fornecer boas contribuições técnicas e de tempo, se eles são parte de uma estrutura formal. Isso confere um nível de transparência ao processo de consulta, de modo que as partes interessadas envolvidas saibam que suas opiniões estarão sendo ouvidas. As desvantagens incluem o aumento de custos para a organização das reuniões. Essas limitações significam que o grupo de trabalho deve decidir se o fórum é apropriado para pequenas florestas manejadas por comunidades em regime de baixo impacto.

3.2 Diretrizes específicas para HCV5 e HCV6

Como discutido na Seção 2, a identificação final desses HCVs irá sempre necessitar de consulta⁴³, e o grupo de trabalho é estimulado a fornecer diretrizes detalhadas sobre técnicas de consulta que irão determinar se uma floresta é essencial para suprir alguma necessidade básica (HCV5), ou crítica para a identidade cultural da comunidade (HCV6). Como uma consulta completa demanda geralmente muito tempo e recursos, a Seção 2 sugere que o grupo de trabalho de HCVF forneça informações sobre quando essas consultas precisarão ser conduzidas, e quando elas serão desnecessárias (isto é, uma

⁴³ Como discutido acima, a avaliação de valores sociais é bastante similar, e portanto, esses dois itens são melhor entendidos juntos. Se há interesse na certificação da FSC, isso deve também estar relacionado aos requerimentos dos Princípios 2, 3 e 4. Fontes de informação:

1. Organizações e pessoas reconhecidas, como ONGs, organizações de comunidades locais ou instituições acadêmicas. Esses tipos de grupos podem geralmente fornecer uma introdução rápida sobre as questões.
2. Fontes da literatura como relatórios e artigos científicos, que quando disponíveis, podem ser fontes úteis de informação.
3. Consulta às próprias comunidades é a maneira mais importante de coletar informações. Essa também é uma tarefa difícil e pode requerer auxílio profissional adequado no planejamento e implementação do processo de consulta, para assegurar que a informação necessária é obtida dentro de um prazo adequado.

Informações adicionais são fornecidas no Apêndice 1.

avaliação primária). Pela mesma razão, o grupo de trabalho deve considerar o que será solicitado aos gestores de pequenas florestas, onde geralmente não é apropriada a realização de um grande processo de consulta. O grupo de trabalho deve deixar isso claro, além de fornecer diretrizes para um processo adequado.

Métodos de consulta são muito variáveis, dependendo do contexto sócio-econômico. Às vezes o gestor de floresta precisará buscar auxílio de cientistas sociais especialistas na região. De qualquer forma, o processo irá sempre envolver consulta à comunidade.

O gestor de floresta deve receber diretrizes claras sobre o processo de consulta para a realização de avaliação completa. Isso deve levar em consideração:

- Os tipos apropriados de consulta
- Consideração de membros ou subgrupos ao invés de tratar a comunidade de forma homogênea.
- Grupos apropriados de partes interessadas (quando possível, manter um banco de dados central dos grupos que já expressaram interesse).
- As melhores fontes de informação.
- Técnicas de consulta que sejam apropriadas para grupos em particular.
- Comunidades e gestores de florestas com experiência nesse processo, os quais estão preparados para compartilhar essa experiência com novos participantes do processo.

3.2.1.1.1 Algumas questões que devem ser consideradas

- O que fazer quando uma comunidade não tem a capacidade de se engajar na consulta.
- Como lidar com conhecimentos secretos que as pessoas não querem compartilhar.
- É conveniente estabelecer limites numéricos – por exemplo, uma floresta é essencial para suprir as necessidades básicas de uma comunidade se essa comunidade obter no mínimo 15% de sua dieta da floresta. Há dois possíveis problemas com esse método:
 - a informação pode não estar facilmente disponível, e as comunidades podem não fornecer a informação por medo de serem cobradas, taxadas ou advertidas porque o que estão fazendo é ilegal.
 - pode ser uma medida muito grosseira – por exemplo, uma comunidade pode obter da floresta somente 5% de sua dieta, porém, 100% da proteína, tornando a floresta fundamental, apesar de que o limite de 15% não tenha sido atingido.
- Se a floresta é muito pequena, não será apropriado conduzir um grande processo de consulta, de modo que o grupo de trabalho deve deixar isso claro, e fornecer diretrizes sobre um processo aceitável. Informações sobre o processo de consulta podem ser obtidas de cientistas sociais e antropólogos com experiência no local.

O processo de consulta deve ser adequado para assegurar que a informação coletada é apropriada para o tamanho e o tipo de organização florestal e para o tipo de comunidade que está sendo consultada. Diretrizes específicas sobre métodos apropriados e processos necessitarão ser desenvolvidos localmente, porém, as diretrizes a seguir são de forma geral seguidas em um processo de consulta:

- A consulta é um processo dinâmico e interativo – não é um exercício realizado apenas uma vez. Tempo de esforço adequados devem ser fornecidos para construção de confiança e aprendizado de como se comunicar efetivamente.
- O processo de consulta deve ser planejado, e em muitos casos, documentado (em um nível apropriado).
- O método de consulta deve ser culturalmente apropriado e aceito localmente, além de ser justificado e explicado com o uso de linguagem apropriada⁴⁴.
- Aqueles que serão consultados devem ser informados do propósito da consulta de uma maneira culturalmente apropriada.
- Todas as partes interessadas relevantes devem ser identificadas, e seus contatos anotados.
- Para consulta com comunidades, é importante estabelecer:
 - a identidade dos tomadores de decisão na comunidade (você deve ajustar suas técnicas de consulta para incluir essas pessoas)
 - os processos pelos quais as decisões são tomadas e disputas resolvidas (você deve ajustar suas técnicas de consulta para incluir esses processos)
 - Todos os grupos relevantes, especialmente grupos marginalizados e mulheres, devem ter voz
 - Se as pessoas podem dizer o que elas realmente pensam, ou se elas se encontram em um contexto que não as permite fazê-lo (por exemplo, em uma área ou país em guerra, ou empresa onde a livre opinião não é permitida)
- Os mecanismos de feedback devem ser estabelecidos e comunicados às pessoas consultadas.
- É muito importante estar atento à forma com que as perguntas são feitas e as informações são solicitadas, tendo em vista que as pessoas podem não mencionar coisas que elas assumem que estão implícitas, ou que na realidade não compreendem.

Por exemplo, alguém que é perguntado ‘a floresta é vital para suas necessidades básicas?’ pode responder ‘não’, pelo fato de achar o conceito confuso. Porém, se é

⁴⁴ Por exemplo, a comunicação verbal deve ser usada em comunidades analfabetas, e isso deve ser feito nos termos deles, como comparecendo a uma reunião comunitária, ao invés de combinar um horário conveniente ao gestor da floresta.

perguntado 'de onde vem a água do rio que fornece sua água de beber?', a resposta se torna 'da floresta'.

4 Dando diretrizes sobre o manejo de HCVF

A definição de HCVs em nível nacional ou regional é vital para todos usuários finais. Para alguns deles, como compradores de madeira ou planejadores ambientais, essa é a fase mais importante. Porém, muitos usuários, incluindo gestores de florestas e auditores de certificação, irão também precisar de diretrizes sobre o manejo de HCVs. Para essas partes interessadas, a identificação de HCVFs é apenas o primeiro estágio do processo, e portanto, eles também terão que considerar as implicações para o manejo, a fim de assegurar que todo HCV que foi identificado na sua UMF será mantido ou aumentado. Portanto, é desejável que grupos de trabalho forneçam diretrizes sobre como manejar HCVs, uma vez que esses tenham sido definidos e identificados.

O Princípio 9 do FSC requer que o manejo florestal deve assegurar que os valores identificados são mantidos ou melhorados, e é provável que outros que se utilizam do conceito irão precisar de requerimentos similares. O processo também necessita estar fortemente integrado com um programa de monitoramento, como foi discutido na Seção 5.

Critério 9.3 da FSC O plano de manejo deve incluir medidas específicas e implementadas para assegurar a manutenção e melhoria dos respectivos atributos de conservação, consistentes com o princípio de precaução. Essas medidas devem ser incluídas especificamente no resumo do plano de manejo disponível ao público.

Uma consideração chave nesse estágio é que o manejo florestal deve ser demonstrado claramente capaz de manter ou melhorar cada HCV específico que foi identificado.

4.1 Diretriz geral para manejo de HCVFs

Essa seção apresenta diretrizes gerais sobre o manejo de HCVs, adaptadas ao nível local. Como na identificação de HCVs, não é possível ser muito específico ao nível global, portanto, as diretrizes necessitarão de um bom refinamento ao nível nacional ou de UMF. O nível de detalhe de exigência de manejo para HCVs que os grupos de interpretação nacional irão fornecer será provavelmente muito variável. Por exemplo, em algumas regiões e para determinados HCVs, as práticas de manejo necessárias à manutenção ou aumento de HCVs devem ser bem compreendidas, experimentadas e testadas. Por exemplo, se o HCV é um grupo de besouros ameaçados, pode ser sabido que as suas densidades populacionais se mantêm se a densidade de madeira morta debaixo de um dossel fechado permanece acima de um determinado nível. O grupo de trabalho de HCVF deve portanto produzir recomendações específicas para que nessas florestas se realize exploração seletiva de madeira, com uma determinada densidade de árvores sendo removidas por cima, obstáculos retidos, e no mínimo um certo volume de detritos de madeira bruta deixado nos estandes. Para outros HCVs, ou onde a variabilidade torna determinadas recomendações difíceis de serem seguidas, o grupo de trabalho pode preferir dar diretrizes mais gerais. Os grupos de trabalho em HCVF devem considerar as necessidades específicas e limitações de gestores de pequenas florestas. Apesar disso, algumas diretrizes são universais, e em particular, o manejo de HCVs deve:

- ser sempre baseado no princípio da precaução, a fim de minimizar o risco de danos irreversíveis a esses valores críticos (ver quadro).
- ser sempre fundamentado no manejo adaptativo, isto é, pela implementação, monitoramento dos efeitos, e quando possível, re planejado com base na análise dos resultados do monitoramento.

Há três opções básicas disponíveis para o manejo de HCVFS:

- **Proteção da área**, por meio de reservas, áreas tampão, estabelecimento de limites e controle de atividades que degradam o HCV (por exemplo, caça de espécies raras). Onde houver dúvida se as opções de manejo são capazes de manter ou aumentar os HCVs identificados, a proteção será a opção preferida, de acordo com o princípio da precaução.
- **Modificações ou limitações em operações**, ou sistemas operacionais/prescrições específicas. Qualquer ameaça aos HCVs causada por operações ou outras atividades na floresta precisam ser identificadas e documentadas. Essa análise deve incluir todos os efeitos potenciais diretos (por exemplo, operações de retirada de madeira ou uso de químicos), ou indiretos (por exemplo, aumento da caça como resultado de melhoria das estradas). As limitações que essas ameaças irão impor a operações e outras atividades devem também ser examinadas. A decisão de se adotar uma determinada operação deve ser feita com base no princípio da precaução, significando que se não se está seguro se uma determinada atividade pode ter um efeito negativo em um HCV, deve ser assumido que sim, até que a partir de maiores informações coletadas, seja provado que a atividade não é prejudicial. Exemplos podem incluir a implementação de determinados ciclos de corte, retenção de certas espécies ou maximização de características notáveis do habitat, como áreas adequadas para nidificação ou alimentação.
- **Atividades de recuperação** onde as áreas florestais necessitam de alguma atividade de remediação, como a remoção de espécies invasoras ou o enriquecimento de funções ripárias.

O Princípio da Precaução

Um importante componente do manejo de HCVFs é a aplicação do Princípio da Precaução. HCVFs são, por definição, as florestas mais importantes sob uma perspectiva social ou conservação (dependendo dos HCVs identificados). Portanto, é criticamente importante que os valores identificados não sejam perdidos. Porém, com o nível de conhecimento atual sobre florestas e seu funcionamento, é impossível ter certeza em todos os casos se uma determinada estratégia de manejo irá funcionar. Sendo assim, é essencial o uso do princípio da precaução ao se trabalhar com HCVFs. Na prática, isso significa:

“O planejamento, manejo e monitoramento dos atributos que fazem uma unidade de manejo florestal uma HCVF devem ser designados, baseados em conhecimento científico e indígena/tradicional existente, a fim de assegurar que esses atributos não fiquem sob ameaça, redução significativa ou perda, e que qualquer ameaça de redução ou perda seja detectada bem antes que a redução se torne irreversível. Quando uma ameaça for identificada, uma ação preventiva, incluindo a suspensão de atividades existentes, deve ser tomada, a fim de evitar ou minimizar essas ameaças, mesmo sem uma certeza científica absoluta sobre as causas e efeitos da ameaça”

(Princípio 9 do Painel Consultivo do FSC, 2000).

4.2 Desenvolvimento de diretrizes específicas para cada HCV

Quando possível, a especificação de diretrizes para cada HCV deve incluir:

- Se há limitações no manejo do HCVF (ou HCV) estabelecida por lei. Por exemplo, se o mesmo se encontra em uma área protegida, ou contém uma espécie protegida por legislação nacional (por exemplo, leis sobre a vida selvagem) ou por convenções internacionais (por exemplo, se a espécie está listada pela CITES ou pela Lista Vermelha da IUCN), ou se o manejo é submetido à regulamentação florestal.
- Reunião de informações sobre práticas de manejo experimentadas e testadas que são reconhecidas por serem efetivas na manutenção de cada HCV. Essas podem ser originadas de regulamentações florestais (por exemplo, se o manejo de bacias hidrográficas críticas é limitado por lei) ou de florestas onde o manejo tem uma história de sucesso na manutenção do referido valor.
- Informações básicas, incluindo o status atual, e as principais tendências e ameaças. Isso deve incluir uma avaliação dos impactos do manejo habitual. Isso pode ajudar gestores de florestas a identificar e se preparar para qualquer ameaça externa ao HCV, assim como alertar gestores de florestas de problemas potenciais com suas práticas de manejo atuais.
- Lista de organizações, instituições e indivíduos que podem ser capazes de fornecer instruções específicas sobre o manejo de cada HCV. Muitos desses serão os mesmos dos presentes na lista de partes interessadas, discutida na Seção 3.
- Para os HCVs 1 a 3, o grupo de trabalho de HCVF pode se reunir e interpretar informações relevantes sobre biologia de espécies ou processos ecológicos para

cada HCV. Isso é necessário, a fim de desenvolver práticas adequadas de manejo, além de assegurar a sua proteção por longo período.

- Para os HCVs 5 e 6, fornecer diretrizes sobre técnicas de consulta relevantes (ver também Seções 2 e 3).

5 Monitorando HCVFs

O monitoramento é uma parte essencial de qualquer manejo florestal. No contexto das HCVFs, o principal objetivo do monitoramento é estabelecer se o HCV identificado está sendo mantido ou aumentado. O monitoramento permite ao gestor da floresta checar se o manejo está funcionando, e se não, alertar gestores de florestas quando o manejo deve ser modificado. Os grupos de trabalho de HCVF devem fornecer informação detalhada sobre quais tipos de monitoramento (por exemplo, tipos de indicadores, desenho do programa de monitoramento e processos de revisão) serão provavelmente necessários para cada um dos HCVs que eles definiram. Atenção particular deve ser dada às exigências de monitoramento para operações florestais pequenas e de baixo impacto, de modo que limitações técnicas ou econômicas desnecessárias não sejam incluídas nas exigências de monitoramento.

Na maioria das vezes, o monitoramento de HCVs irá estar relacionado ao seu próprio monitoramento na UMF, apesar de que algumas das exigências de monitoramento podem também considerar eventos que ocorram fora da UMF, quando esses afetarem o HCV identificado (por exemplo, mudanças no status de conservação de tipos de ecossistemas, designação de fontes alternativas de água potável para comunidades locais). Outras partes interessadas, como planejadores de uso da terra, podem precisar monitorar HCVs em uma escala de paisagem, porém, esse ponto não vai ser abordado aqui.

A ligação entre manejo e monitoramento é definida de forma bastante clara pelas exigências para HCVFs no Princípio 9 da FSC (Critério 9.4).

Critério 9.4 do FSC *O monitoramento anual deve ser conduzido com intuito de avaliar a eficiência das medidas empregadas para manter ou aumentar os respectivos atributos de conservação.*

Normalmente será impossível para o grupo de trabalho de HCVF descrever em detalhes os programas de monitoramento apropriados para cada tipo de HCV, porém, o grupo de trabalho pode fornecer:

- **Descrição de sistemas apropriados.** Independente do HCV ou HCVF a ser monitorado, programas de monitoramento têm mais chances de sucesso se estes seguirem alguns processos básicos. O grupo de trabalho de HCVF poderá descrever estes processos;
- **Referências a fontes de informações sobre monitoramento.** Podem incluir exigências de monitoramento contidas na legislação ou regulamentação florestal, descrições de indicadores florestais relevantes para cada HCV, e detalhes sobre publicações, organizações ou indivíduos que desenvolveram protocolos adequados para monitoramento.

Estes são abordados na seção seguinte.

5.1 Sistemas de monitoramento adequados

Além de assegurar que cada HCV está sendo mantido ou aumentado, é também recomendável monitorar se as medidas de manejo propostas estão realmente sendo conduzidas conforme planejado. Isso é freqüentemente chamado monitoramento 'operacional'. Por exemplo, é comum monitorar se as operações de corte estão seguindo os procedimentos corretos. Isso auxilia na identificação de qualquer problema óbvio, antes que ele seja detectado nos resultados de um programa de monitoramento de longo prazo (ou 'estratégico').

Ao desenvolver todo programa de monitoramento, o seguinte procedimento passo a passo deve ser seguido: seleção de indicadores, desenho do programa e revisão dos resultados⁴⁵.

- **Indicadores.** Um indicador é uma característica mensurável que reflete o HCV em questão, de modo que medições de mudanças no valor de um indicador refletem mudanças reais no status de um HCV. Por exemplo, um indicador de uso temporal crítico (HCV1.4) pode ser o número de espécies de aves migratórias utilizando um lago a cada ano; um indicador de uso de uma floresta por comunidades locais (HCV5) pode ser a renda da população local que é obtida da coleta de produtos florestais não madeireiros. Quando possível, mais de um indicador deve ser usado para monitorar cada HCV. Isso assegura que diferentes aspectos do HCV estão sendo monitorados, e conseqüentemente aumenta a robustez do programa de monitoramento. O grupo de trabalho de HCVF será provavelmente incapaz de especificar indicadores para todos HCVs, exceto para aqueles que estão submetidos a regulamentações florestais, ou que são métodos já experimentados e testados. A seguir, uma consideração final sobre o nível dos indicadores:
 - **Indicadores grosseiros:** são medidas das principais características de uma floresta. Exemplos incluem a estrutura da floresta (por exemplo, área basal, cobertura do dossel) para habitats para a vida selvagem (HCV1) ou ecossistemas raros (HCV3). As vantagens de indicadores grosseiros é que eles são geralmente de rápida medida e freqüentemente não requerem conhecimento específico ou equipamentos complexos. Uma potencial desvantagem é que eles podem não refletir com precisão as mudanças em outros aspectos da floresta, como populações de determinadas espécies ameaçadas. O grupo de trabalho de HCVF deve decidir se indicadores grosseiros são suficientes para operações florestais pequenas e de baixo impacto. O grupo de trabalho pode fornecer amostras de indicadores para cada HCV (ver também a Seção 5 na Parte 3 do Guia).
 - **Indicadores finos:** são medidas mais específicas de um aspecto particular e restrito da floresta. Exemplos podem incluir a medição de populações de uma ou mais espécies raras (HCV1), a composição de espécies de árvores em regeneração (HCV3), o volume do fluxo de água e sedimento (HCV4.1). Esses são geralmente mais complexos e caros para serem medidos, mas podem ser necessários, especialmente se indicadores grosseiros não refletirem de forma

⁴⁵ Um manual completo sobre o monitoramento de HCVs biológicos em florestas nativas na América Central é apresentado em Hayes, J., Finegan, B., Delgado, D. & Gretzinger, S. (2003). 'Biological monitoring for forest management in High Conservation Value Forests'. Boa parte deste poderá ser facilmente adaptada para uso em florestas em outras partes do mundo. O manual é disponibilizado por Bryan Finegan (bfinegan@catie.ac.cr).

adequada as características de interesse. O grupo de trabalho pode fornecer amostras de indicadores para cada HCV (ver também a Seção 5 na Parte 3 do Guia).

- **Desenhando o programa de monitoramento.** Deve incluir a consideração de como decidir quando uma mudança ocorrida irá requerer mudanças no manejo, como e quando informações deverão ser coletadas, a frequência em que essas medidas devem ser realizadas, como a informação deve ser analisada e estabelecer métodos para revisar os resultados e incorporá-los no manejo. Assim como na escolha de indicadores, será geralmente preferível permitir aos gestores de florestas definir os detalhes dos seus programas de monitoramento. Porém, poderá ser útil para o grupo de trabalho de HCVF fornecer idéias de potenciais estruturas, exemplos de programas de monitoramento, ou instruções detalhadas para determinados tipos de gestores de florestas (ex., pequenas operações florestais). Um ponto específico diz respeito à frequência do monitoramento. O Critério 9.4 da FSC afirma que o monitoramento anual é necessário. Porém, um monitoramento anual não é necessariamente apropriado para todos HCVs e HCVFs (ver exemplo), e conseqüentemente nós interpretamos isso como 'o monitoramento deve ser realizado com uma frequência relevante para a avaliação da efetividade das medidas empregadas para a manutenção e aumento dos respectivos atributos de conservação, e isso deve ser revisto no mínimo anualmente'. O grupo de trabalho de HCVF deve, portanto, considerar se certos tipos de monitoramento devem ocorrer com frequência maior que uma vez ao ano, porém, também deve deixar claro que os resultados dos programas de monitoramento de HCVF devem ser revistos no mínimo anualmente.

Exemplo de um protocolo de monitoramento de HCVF onde diferentes componentes são monitorados a diferentes frequências

HCV: a única fonte de água potável para uma comunidade local, a qual é fornecida por um córrego que nasce dentro da unidade de manejo floresta (HCV5)

HCVF: uma zona de proteção ripária onde não há desmatamento, além de uma zona tampão adicional ao redor desta onde o corte é limitado (em termos de densidade de árvores cortadas, além de outros requerimentos sobre queda direcional e arrasto).

Programa de monitoramento: O monitoramento operacional incluirá checagem se a zona restrita de proteção foi respeitada e se o corte na zona tampão seguiu as regras de manejo. Certamente, o monitoramento só fará sentido se for realizado durante o corte, e conseqüentemente, isso só será realizado anualmente, caso as operações de corte ocorram anualmente na zona tampão. O monitoramento estratégico poderá incluir o monitoramento do fluxo da água e volume de sedimentos, assim como consulta à população local, a fim de assegurar que suas necessidades estão sendo supridas. Os períodos chave para o monitoramento da água e volume de sedimentos são durante os períodos de fluxo de água máximo (por exemplo, após tempestades), e mínimo (durante períodos de seca prolongada), os quais ocorrem em uma frequência superior a anual. Consultas à comunidade podem envolver conversas informais freqüentes com o funcionário de saúde responsável pelo vilarejo (para ver se há alguma doença relacionada à qualidade da água), assim como discussões mais formais com a comunidade (que podem ser realizadas anualmente, a não ser que surja algum problema).

Revisão dos resultados: Discussões com a comunidade, ou anualmente ou imediatamente após uma séria redução no fluxo e qualidade da água ter sido identificada, ou após um aumento significativo na incidência de doenças relacionadas à água.

5.2 Fontes de informação

Há várias fontes de informação que podem ser úteis para gestores de florestas que precisam desenvolver e implementar protocolos de monitoramento de HCVFs. O grupo de trabalho pode reunir essas fontes e recomendá-las a gestores de florestas quando necessário. Elas podem incluir:

- regulamentações florestais que governam uma determinada HCVF;
- instruções de manejo florestal que fundamentam o processo de desenvolvimento de programas de monitoramento e a integração do monitoramento no manejo florestal
- textos descrevendo indicadores específicos sobre como medi-las
- fontes de informações básicas que podem permitir a avaliação do impacto de eventos localizados fora da UMF sobre o HCV que esta contém (como as tendências nacionais no número de aves migratórias, para o HCV1 .4)